

Relatório de Gestão

**Secretaria de Biodiversidade e Florestas
Tomada de contas
2007**

ITEM I

Informações gerais de identificação da unidade jurisdicionada

Informações da Unidade Jurisdicionada

Nome completo da unidade e sigla	Secretaria de Biodiversidade e Florestas - SBF	
Natureza jurídica	Órgão da administração direta do Poder Executivo	
Vinculação ministerial	Ministério do Meio Ambiente	
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União	<p>- Decreto nº 6.101/2007, 27/04/2007, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Meio Ambiente, e dá outras providências;</p> <p>- Portaria nº 292, de 23 de maio de 2007, que delega competência ao titular da Secretaria de Biodiversidade e Florestas e</p> <p>- Portaria MMA Nº 486, de 12/09/2007, Publicação DOU em 13/9/2007</p>	
CNPJ	37.115.375/0010-06	
Nome e código no SIAFI	440069 - SBF	
Código da UJ titular do relatório	440069 - Secretaria de Biodiversidade e Florestas (SBF)	
Códigos das UJ abrangidas	Não consolida outras unidades	
Endereço completo da sede	Esplanada dos Ministérios, Bloco B, 7º Andar, Sala 700, CEP 70.068-900, Tel: (61) 3317-1115/1052/1386	
Endereço da página institucional na internet	www.mma.gov.br	
Situação da unidade quanto ao funcionamento	Em Funcionamento	
Função de governo predominante	18 – Gestão Ambiental	
Tipo de atividade	Políticas Públicas para o Meio Ambiente	
Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	Nome	Código
	Manejo Integrado da Biodiversidade Aquática - SBF – AQUABIO	440071
	Projeto Corredores Ecológicos - SBF/BIRD TF050370	440055
	Projeto Corredores Ecológicos – SBF/KFW 2001 65 092	440068
	Dep. de Conservação da Biodiversidade - DCBIO/SBF	440080
	Departamento de Florestas - DFLOR/SBF	440081
	Departamento de Áreas Protegidas - DAP/SBF	440082
	Departamento de Patrimônio Genético - DPG/SBF	440083

ITENS II e III

Responsabilidades Institucionais e Estratégia de Atuação

Secretaria de Biodiversidade e Florestas 2007

É incontestável a riqueza ambiental brasileira, revelada em seus biomas – Pampa, Mata Atlântica, Pantanal, Cerrado, Caatinga, Amazônia, e Zona Costeira e Marinha. Riqueza essa formada não apenas por uma ampla diversidade de recursos naturais, mas também, pela diversidade cultural das comunidades tradicionais e todo conhecimento que elas detêm sobre as formas de usar e conservar a natureza. Ao longo dos anos, todos os biomas vem sofrendo com problemas, como desmatamento, queimadas, invasões de espécies exóticas, contaminação por agrotóxicos e efeitos das mudanças climáticas.

A **Secretaria de Biodiversidade e Florestas** tem como objetivo promover - com participação, inclusão social e repartição dos benefícios - a valorização, a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos conhecimentos tradicionais associados, dos recursos florestais, faunísticos, florísticos, pesqueiros e genéticos dos ecossistemas, bem como a remuneração pelos serviços ambientais por eles prestados. Suas competências estão definidas no Decreto nº 6.101/2007, em seu art. 19, e estas atribuições são gerenciadas pelos 4 Departamentos e 4 Núcleos de Assessoramento por Biomas que compõe a Secretaria.

A Secretaria de Biodiversidade e Florestas implantou novos programas para a conservação da biodiversidade e para a promoção do desenvolvimento sustentável, além de aprimorar iniciativas concebidas em gestões anteriores, adaptando-as às novas diretrizes e prioridades da política ambiental. Foram priorizadas três frentes: combate ao desmatamento nos biomas, recuperação e uso sustentável da diversidade biológica e aumento das áreas protegidas. O trabalho foi desenvolvido a partir das seguintes estratégias: articulação de políticas específicas para cada bioma, organização de espaços de participação social, reforma institucional do setor florestal e ampliação do conhecimento sobre a biodiversidade. Assim, quase todos os biomas brasileiros passaram ter uma agenda própria, baseada nas quatro diretrizes da política ambiental. Atualmente, cada um deles conta com um espaço institucional para formulação e implementação de políticas de conservação – uma instância que favorece as contribuições da sociedade – e um programa de ação único, com recursos assegurados para sua implementação no Orçamento e no Plano Plurianual da União.

O combate ao desmatamento ilegal tem sido fortemente combatido de forma transversal no âmbito do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia Legal. Esse Plano, elaborado por 13 ministérios e sob a coordenação da Casa Civil, contribuiu para a redução em 59% na taxa acumulada de desmatamento da Amazônia, nos últimos três anos.

Como uma das estratégias para auxiliar no combate ao desmatamento, a Secretaria de Biodiversidade e Florestas mudou o processo de criação de Unidades de Conservação - UC's federais. As UC's passaram a ser criadas em regiões indicadas como prioritárias para a conservação da biodiversidade, em áreas de pressão antrópica. Antes da mudança, as unidades eram criadas em regiões de menor complexidade social e política, ou seja, regiões remotas.

E em seu Departamento de Florestas, a Secretaria de Biodiversidade e Florestas tem apoiado e fomentado projetos de manejo florestal sustentável, em escalas empresarial, comunitária e familiar, bem como práticas agroflorestais adequadas, aliando, assim, sustentabilidade econômica, social e ambiental. Por meio de ações de parceria, tem se trabalhado na adequação e criação de novas linhas de crédito para financiamento de atividades florestais, bem como investido na capacitação de técnicos e extensionistas para a elaboração de projetos de crédito e assistência técnica rural em atividades florestais. Dessa forma, produtores rurais recebem informações para a incorporação do elemento arbóreo no sistema de produção, por meio da implantação de projetos de manejo florestal sustentável, sistemas agroflorestais, silvicultura e adequação ambiental (adoção de práticas sustentáveis para a redução da emissão de gases causadores do efeito estufa, regulação do clima, conservação do solo, recursos hídricos e da biodiversidade), garantindo o reflorestamento de áreas com

aptidão florestal ou de interesse para a conservação ambiental (Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal). Atualmente, produtores rurais e empresários de agroindústrias e indústrias de base florestal dos Biomas Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica e Amazônia investem em reflorestamento nas propriedades rurais.

Dois novos e importantes instrumentos legais para o setor florestal foram aprovados em 2006: depois de 14 anos de tramitação, no Congresso Nacional, a Lei da Mata Atlântica - Lei nº. 11.428 de 22.12.2006, que dispõe sobre os limites do bioma, atribui função social à floresta, estabelece regras para o seu uso e cria incentivos econômicos para a sua conservação e recuperação; e a Lei nº. 11.284, de 02.03.2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas, institui no âmbito do MMA o Serviço Florestal Brasileiro e cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal.

Os efeitos das mudanças climáticas, principalmente pelos aumentos de temperatura, estão afetando e podem causar impactos bastante intensos nos ecossistemas naturais, causando a destruição ou a degradação do habitat e a perda permanente da produtividade, ameaçando tanto a biodiversidade como o bem estar humano. Em relação aos ecossistemas naturais, os dados do 4º relatório de avaliação do IPCC projetam que até meados do século, os aumentos de temperatura e as correspondentes reduções da água no solo, devem fazer com que porções da floresta tropical na Amazônia se tornem área de cerrado, um processo conhecido como "savanização", no leste da Amazônia. Além da Amazônia, outros ecossistemas como o Pantanal, Cerrado, Mata Atlântica, Caatinga e Zona Costeira e Marinha poderiam ser comprometidos devido ao aumento das temperaturas e mudanças nos regimes de chuvas, tanto em volume como em distribuição.

Com vistas à manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos frente às ameaças representadas pelas mudanças climáticas, diversas medidas podem ser relacionadas de modo a permitir que os ecossistemas sejam protegidos, como: a expansão das áreas protegidas, pela criação de novas áreas e de corredores ecológicos; a proteção das espécies ameaçadas de extinção; a preservação e restauração da diversidade de ecossistemas naturais e degradados; a valorização econômica e social da diversidade biológica; a proteção de paisagens naturais pouco alteradas e de notável beleza cênica; a promoção da educação ambiental e do ecoturismo, o incentivo à pesquisa científica e o combate e prevenção ao estabelecimento de espécies exóticas invasoras.

E, é com este objetivo que o Departamento de Áreas Protegidas da Secretaria de Biodiversidade e Florestas vem, através do Programa Nacional de Áreas Protegidas, expandir e consolidar o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC (Lei 9.985, de 18/07/2000), e outras áreas protegidas. As unidades de conservação são fundamentais para a proteção dos ecossistemas, pois suas áreas são legalmente instituídas pelo Poder Público, e tem objetivos de conservação e limites definidos, com um regime especial de administração e garantias adequadas de proteção.

No período de 2003/2007 Sistema Nacional de Unidades de Conservação foi ampliado em 20,8 milhões de hectares (41,2,% de aumento em relação a 2002) com a criação de 55 unidades de conservação - UC e a ampliação e recategorização de sete áreas já existentes, sendo que 29 das Unidades de Conservação criadas foram na Amazônia Legal.

O "Mapeamento da Cobertura Vegetal Nativa dos Biomas Brasileiros" também começou a ser feito em 2003 e foi lançado em 2007. Com ele, todos os biomas passaram a ser monitorados e, hoje podem ser melhor protegidos. Esse trabalho oferece informações importantes de base para formulação e o aperfeiçoamento das políticas de conservação.

O Departamento de Conservação da Biodiversidade desta Secretaria trabalhou para a captação de recursos externos de doação para possibilitar iniciativas voltadas para a conservação e uso sustentável da biodiversidade brasileira, com destaque para os mangues brasileiros, para a conservação de polinizadores de culturas, visando o aumento da produção e para a indução de ações transversais para a incorporação do componente biodiversidade nas políticas, planos e ações dos outros setores governamentais. No total foram captados US\$ 31.500.000,00 de recursos de doação para o Brasil.

Com o objetivo de garantir a conservação e o uso sustentável da biodiversidade brasileira a Secretaria de Biodiversidade e Florestas tem orientado suas ações visando cumprir as metas nacionais para até 2010, definidas pela Comissão Nacional de Biodiversidade para a biodiversidade – CONABIO, na Resolução nº 3, de 21 de dezembro de 2006.

E em 28 de novembro de 2007, o Governo Federal publicou no Diário Oficial da União a Consulta Pública com o objetivo de recolher contribuições para o aperfeiçoamento de Projeto de Lei que dispõe sobre o acesso aos recursos genéticos e seus derivados para pesquisa científica ou tecnológica, bioprospecção, elaboração ou desenvolvimento de produtos comerciais; a coleta, a remessa e o transporte de material biológico; o acesso e a proteção aos conhecimentos tradicionais associados e aos direitos dos agricultores; e sobre a repartição de benefícios derivados do acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado a este. O Projeto em questão visa a substituir o regime instituído pela Medida Provisória nº 2.186-16/01, e seus principais desafios são: desonerar a pesquisa e a bioprospecção; determinar quem tem direito à repartição de benefícios; estabelecer mecanismos eficientes de repartição de benefícios, garantindo a destinação de recursos à conservação da biodiversidade, à proteção dos conhecimentos tradicionais e ao desenvolvimento sustentável; e definir precisamente que tipos de usos dos recursos genéticos ou conhecimentos tradicionais devem resultar na repartição de benefícios. A apresentação do Projeto de Lei em apreço à sociedade, por meio de Consulta Pública, revigora os compromissos firmados pelo País sob o marco da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), em 1992.

Quanto aos aspectos estruturais desta Secretaria, releva salientar o enfrentamento de restrições tanto de ordem de pessoal, com a evasão de servidores imprescindíveis ao desenvolvimento de ações de interesse da SBF, quanto na esfera de orçamento e finanças.

O quantitativo de pessoal, a exemplo dos contratados por tempo determinado e terceirizados, custeados por meio de recursos advindos das ações de responsabilidade desta Secretaria, durante o exercício de 2006, teve empenhado cerca de R\$ 7.236.061,70 (sete milhões e duzentos e trinta e seis mil e sessenta e um reais e setenta centavos), enquanto para o exercício seguinte, a despesa para o mesmo fim alcançou a soma de R\$ 5.729.860,46 (cinco milhões e setecentos e vinte nove mil e oitocentos e sessenta reais e quarenta e seis centavos). Não obstante a este fato, as atribuições desta Secretaria aumentaram de forma expressiva, absorvendo ônus de outras unidades, em especial da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, com reflexos significativos nas áreas meio e fim.

Quanto ao aspecto orçamentário e financeiro, vale esclarecer que a Secretaria de Biodiversidade e Florestas teve seu orçamento sujeito a contingenciamento no ano de 2007, sendo limitado ao montante de R\$35.090.840,00 (trinta e cinco milhões e noventa mil e oitocentos e quarenta reais). Entretanto, este valor disponibilizado foi considerado insuficiente para a cobertura das necessidades intrínsecas à consecução de seus objetos e objetivos, sendo importante frisar que, o quantum disponível, correspondeu a apenas R\$24.359.755,00 (vinte e quatro milhões e trezentos e cinquenta e nove mil e setecentos e cinquenta e cinco reais). Cabe informar, que as doações presentes na Lei Orçamentária Anual não foram consideradas neste parágrafo, uma vez que grande parte dos acordos em negociação não foram concluídos e o montante total não pode ser executado.

ITENS IV e V

**Gestão de Programas e Ações e Desempenho
Operacional**

Gestão de Programas e Ações

Programa 0508 – Programa de Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Genéticos

Objetivos- O Programa Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Genéticos tem atuação nacional tendo como unidades executoras o MMA, o IBAMA, o FNMA, o JBRJ e o DNOCS. O Programa Biodiversidade tem como principal estratégia a parceria entre o poder público e a sociedade civil na conservação da diversidade biológica, na utilização sustentável de seus componentes e na proteção do conhecimento tradicional associado à biodiversidade

Dados gerais:

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral (conforme cadastro de ações do PPA)	Conhecer, conservar, recuperar e usar sustentavelmente a diversidade biológica e os recursos genéticos, promover a biossegurança, o acesso e a repartição dos benefícios decorrentes do uso dos recursos genéticos e do conhecimento tradicional associado.
Objetivo Específico	Ampliar a participação do uso sustentável dos recursos da biodiversidade continental e marinha e das áreas protegidas no desenvolvimento nacional
Gerente do programa	Maria Cecília Wey de Brito
Gerente executivo	Braulio Ferreira de Souza Dias
Indicadores ou parâmetros utilizados	Taxa de Conservação das Espécies Ameaçadas
Público-alvo (beneficiários)	Povos indígenas, comunidades tradicionais e locais, produtores rurais, setor empresarial, museus e herbários, a academia e a comunidade internacional.

Ações do Programa

Ação	Justificativa
2B07 – Fomento a Projetos de Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade	Esta ação abrange grande parte dos objetivos gerais do programa em questão, que por sua vez fundamentam-se nos componentes "Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade" da Convenção Sobre Diversidade Biológica - CDB.
4981 – Conservação e Uso Sustentável de Polinizadores na Agricultura	Esta ação enfoca um componente ainda abordado, porém extremamente relevante, que é a interface entre os serviços ambientais prestados pelos polinizadores e a maior sustentabilidade dos agroecossistemas.
6007 – Monitoramento e Controle de Espécies Invasoras	As espécies invasoras representam atualmente a terceira principal causa de perda de biodiversidade em nível mundial, de modo que ações de prevenção e detecção precoce, controle e monitoramento destas espécies são extremamente relevantes para a conservação da biodiversidade brasileira.

Ação	Justificativa
4978 - Capacitação em Biossegurança de Organismos Geneticamente Modificados, em Combate à Biopirataria, e para Conservação, Uso Sustentável e Repartição dos Benefícios Derivados	Um dos grandes gargalos relacionado ao tema dos OGMs, atendido por esta ação, é a qualificação de técnicos das áreas de licenciamento e fiscalização no que se refere aos impactos ambientais causados por estes organismos. Esta ação, portanto, abrange o componente "biossegurança" do Programa.
2B61 - Identificação de Espécies da Flora Brasileira de Importância Econômica	Esta ação abrange o uso sustentável da biodiversidade um dos grandes do Programa, uma vez que tenta induzir o uso de espécies ainda não exploradas comercialmente, mas que apresentam características que possibilitariam essa exploração.
2B63 - Mapeamento da Distribuição Geográfica de Parentes Silvestres de Plantas Cultivadas	Essa ação complementa as ações voltadas para garantir a conservação da biodiversidade mas que podem ser impactadas devido ao uso de OGM's
0A31 - Apoio à Implantação de Sistemas Comunitários de Conservação e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade	Essa ação visa para garantir a conservação da biodiversidade na forma cultivadas por pequenos proprietários, as suas variedades crioulas.
6271 - Rede de Informações em Biodiversidade	Esta ação contempla uma das grandes preocupações do Programa qual seja a divulgação de informações de qualidade para a sociedade brasileira.

Gestão das ações:

Ação 2B07 – Fomento a Projetos de Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade

Dados gerais da ação:

Tipo (Orçamentária ou Não-Orçamentária)	Orçamentária
Finalidade	Promover a conservação de espécies da flora e da fauna ameaçadas ou não de extinção e a repartição dos benefícios derivados da utilização da biodiversidade; induzir, por meio de editais e outros instrumentos, a realização de pesquisas, avaliações, a disseminação do conhecimento, bem como o desenvolvimento de projetos demonstrativos; estabelecer parcerias para a incorporação do componente biodiversidade nas políticas públicas setoriais; promover a conservação e uso sustentável da biodiversidade de manguezais em áreas protegidas, fortalecendo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC e o quadro legal e institucional direcionado à proteção desse ecossistema.

Descrição	Fomento a projetos que visem: 1) a conservação e o manejo sustentável da fauna e da flora, implementando alternativas viáveis de conservação da biodiversidade e de produção sustentável alinhada à conservação ambiental; 2) a conservação e utilização sustentável da diversidade biológica brasileira, produção e disseminação dos conhecimentos sobre os componentes da biodiversidade, apoio à produção de informações sobre as espécies ameaçadas e espécies exóticas invasoras e à elaboração e implementação de planos de manejo; 4) o fomento a ações políticas e projetos que promovam a transversalidade do componente biodiversidade em políticas públicas setoriais; 6) a promoção da criação e gestão integrada de Unidades de Conservação - UCs em mosaicos que abriguem manguezais e ecossistemas associados, que contemplem planos de manejo adequados para a zona costeira e marinha e sejam apoiadas por um quadro legal e institucional fortalecido e efetivo.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério do Meio Ambiente
Unidades executoras	Ministério do Meio Ambiente , FNMA e ICMBio
Áreas responsáveis pelo gerenciamento ou execução	SBF (DCBIO)
Coordenador nacional da ação	Braulio Ferreira de Souza Dias
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso) - coordenador de ação por localizador	Apa Parque Natural Municipal Fazenda Santa Cecília do Ingá - Volta Redonda - RJ -Braulio Ferreira de Souza Dias

Resultados:

Para o desenvolvimento desta ação foram utilizados recursos orçamentários ordinários de cerca de R\$ 4.275.000,00. Dentre as atividades desenvolvidas nesta ação podemos citar: o lançamento do livro "Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefício da Biodiversidade Brasileira; a atualização da Portaria MMA nº 09, de 23 de janeiro de 2007". O PORTALBIO, um sítio eletrônico na Internet abrigado no portal do MMA com informações sobre biodiversidade, passou a disponibilizar a totalidade dos relatórios dos projetos apoiados pelo Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira – PROBIO. Toda a história e os resultados do Projeto da Secretaria de Biodiversidade e Florestas (SBF/MMA) estão agora disponíveis no endereço eletrônico www.mma.gov.br/portalbio. Após o encerramento do projeto, que foi executado durante dez anos, entre 1996 e 2006, o MMA decidiu tornar acessíveis todas as informações sobre o PROBIO e os 144 subprojetos apoiados por ele. Esta estratégia foi um meio de acelerar a divulgação dos resultados, pois se fosse aguardada a publicação de todas as informações levantadas pelos subprojetos seriam necessários anos até que estes conteúdos estivessem disponíveis ao público. A Comissão Nacional de Biodiversidade – CONABIO, instância deliberativa para a gestão da biodiversidade brasileira, formada por representantes da sociedade civil e governamentais instalou a Câmara Técnica Permanente do PAN-Bio para orientar a implementação das "Diretrizes e Prioridades do Plano de Ação para Implementação da Política Nacional da Biodiversidade – PAN-Bio", que haviam sido aprovadas pela Deliberação nº 40 da CONABIO, em 7 de fevereiro de 2006. O estabelecimento das "Metas Nacionais de Biodiversidade para 2010", aprovadas pela CONABIO em sua 21ª reunião ordinária nos dias 11 e 12 de dezembro de 2006, e na 12ª reunião extraordinária, dias 20 e 21 de dezembro de 2006, possibilitou o início da sua implementação e monitoramento em 2007. Foi ainda realizada a assinatura do contrato entre o MMA e a Caixa Econômica Federal para execução do Projeto Nacional de Ações Integradas Público-Privadas para Biodiversidade – PROBIO II – que envolve os Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Saúde, da Agricultura, Pecuária e

Abastecimento além da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), do Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME), do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e do Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ). Este projeto tem como objetivo promover a priorização e a integração (transversalização) da conservação e uso sustentável da biodiversidade nas principais estratégias de planejamento e práticas dos setores público e privado em nível nacional, consolidar e fortalecer a capacidade institucional para produzir e disseminar informações e conceitos relevantes sobre a biodiversidade.

Além disso, houve a distribuição de doze publicações diferentes sobre biodiversidade brasileira para instituições de pesquisa, bibliotecas, organizações não-governamentais, salas verdes de educação ambiental, etc. Foram distribuídos cerca de 19.250 exemplares de publicações em 2007. Durante o Dia Internacional da Biodiversidade, comemorado em 25 de maio de 2007, houve o lançamento dos livretos com informações sobre o "Mapeamento da Cobertura Vegetal dos Biomas Brasileiros", na escala 1:250.000 com informações sobre a vegetação existente no Brasil, baseadas em imagens de satélite de 2002 e das Metas Nacionais de Biodiversidade para 2010 estabelecidas pela CONABIO.

Os valores foram despendidos também para o pagamento da equipe do Ministério do Meio Ambiente envolvida na execução da ação, cerca de 15 técnicos temporários, para o pagamento de serviços gráficos para a impressão das publicações, na organização dos eventos e para o pagamento da primeira parcela do contrato entre a Caixa Econômica Federal e o MMA.

Vale ressaltar que as negociações para a assinatura do Acordo de Doação entre o MMA e o Fundo Mundial para o Meio Ambiente – GEF - se arrastaram durante todo o ano de 2007, devido às alterações dos procedimentos do GEF para apoio a projetos. Neste período, as negociações resultaram pela escolha da Caixa Econômica Federal como o agente implementador do Projeto pelo lado governamental e o Funbio pelo lado privado. A previsão atual é que o Acordo de Doação seja firmado em fevereiro de 2008 e as atividades do Projeto sejam iniciadas, após o atendimento das condições de efetividade por todos os parceiros do Projeto, até julho de 2008. O valor da LOA, referente a recursos externos, não foi utilizado, portanto, pois os recursos não se tornaram acessíveis. Porém o MMA continuou a apoiar iniciativas que trouxessem informações sobre a biodiversidade brasileira sendo que os projetos já apoiados por meio desta ação continuam divulgando os resultados obtidos para fornecer informações para a sociedade brasileira sobre nossa biodiversidade.

Com relação à execução da ação por meio do Acordo de Doação TF 28309, durante o exercício de 2006, o relatório de auditoria da CGU não apontou nenhuma impropriedade.

Durante o exercício de 2007, não foram transferidos recursos para outras instituições para a execução de subprojetos uma vez que o Acordo de Doação TF 28309 já está finalizado e o novo acordo ainda não foi assinado. Os recursos transferidos para a Caixa Econômica Federal no valor de R\$ 2.075.00,00 milhões são destinados em parte aos pagamento dos serviços prestados pela CAIXA, no gerenciamento de recursos, sendo que a maior parte está destinada à implementação das ações do MMA previstas no Projeto Probio II, que tornará possível o acesso aos US\$ 22 milhões do Fundo Mundial para o Meio Ambiente e aos US\$ 75 milhões oferecidos como contrapartida ao Projeto. Este Projeto de abrangência nacional tem por objetivo incorporar a preocupação com a conservação e o uso sustentável da biodiversidade em outros setores governamentais e em setores privados.

Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso	Responsáveis
Foram intensificadas as negociações com o Banco Mundial, agente de implementação do GEF, com a Caixa Econômica Federal e Funbio, de modo a viabilizar a assinatura do Acordo de Doação.	Braulio Ferreira de Souza Dias e Daniela América Suárez de Oliveira

Metas e resultados da ação durante o exercício de 2007:

Metas Previstas		Metas Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
40	13.580.801,00	15	4.275.759,00

Ação 4981 – Conservação e Uso Sustentável de Polinizadores na Agricultura**Dados gerais da ação:**

Tipo (Orçamentária ou Não-Orçamentária)	Orçamentária
Finalidade	Promover a conservação e recuperação de espécies nativas de polinizadores em agroecossistemas selecionados dependentes de polinização visando maior sustentabilidade dos agroecossistemas e recuperação do serviço ambiental da polinização.
Descrição	Desenvolver projetos demonstrativos de conservação e recuperação de populações de espécies nativas de polinizadores em declínio em paisagens agrícolas; Promover a criação de espécies de polinizadores nativos visando a oferta do serviço de polinização; Promover parcerias entre o setor agrícola e o setor ambiental no desenvolvimento e na disseminação de sistemas sustentáveis de manejo de polinizadores nativos em agroecossistemas selecionados; Promover o aumento da produtividade de culturas agrícolas dependentes de polinização animal; Promover ações de conservação de fragmentos de ecossistemas naturais em paisagens agrícolas; Promover a avaliação do valor econômico do serviço da polinização em agroecossistemas selecionados.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério do Meio Ambiente
Unidades executoras	Ministério do Meio Ambiente
Áreas responsáveis pelo gerenciamento ou execução	Departamento de Conservação da Biodiversidade/Secretaria de Biodiversidade e Florestas
Coordenador nacional da ação	Braulio Ferreira de Souza Dias

Resultados:

O valor da LOA, tanto para o ano de 2006 quanto 2007, previa a entrada de recursos da doação do GEF para o Projeto Polinizadores, contudo o Acordo de Doação ainda não foi assinado apesar do Projeto ter sido aprovado pelo GEF em junho de 2007, faltando o endosso final deste. Portanto a ação ainda não conta com a fonte de financiamento externa. O recurso utilizado, 550.000 reais, foi de fonte interna do orçamento. Essa execução financeira refere-se: a pagamentos de 3 técnicos temporários envolvidos na execução da ação; à realização de uma reunião com o Comitê da Iniciativa Brasileira de Polinizadores (20 membros); ao apoio à reunião do Comitê de Hymenópteros do ICMBio (15 membros) e ao apoio ao Workshop de Conservação de Polinizadores durante o Congresso Brasileiro de Ecologia (8 palestrantes). Ou

seja, as principais despesas foram para a preparação da implementação do Projeto. Espera-se que durante o ano de 2008 o Acordo de Doação seja assinado e o Projeto Polinizadores tenha a sua implementação iniciada. A Meta física estabelecida para 2007 apenas poderá ser atingida após o início da execução do Projeto Polinizadores. O projeto pretende apoiar 20 subprojetos através do estabelecimento de 20 sítios experimentais resultando em, no mínimo, 20 planos de manejo de polinizadores em agricultura sustentável e 20 manuais para o produtores nos próximos 5 anos. Para sua implementação já foram oficializadas várias parcerias com comprometimento de recursos de contrapartida com órgãos do governo (MCT, MDA, ICMBio, MAPA e Embrapa); da sociedade civil (FBOMS); Universidade federais e estaduais (USP, UFRRJ, UNESP, UFBA), setor privado (SEBRAE e CNA). Até o momento não foi celebrado nenhum convênio.

Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso	Responsáveis
Durante o ano de 2007 foram envidados esforços para que o Acordo de Doação fosse assinado. Tendo em vista que se trata de um projeto regional, na concepção do GEF, a assinatura do Acordo somente será viabilizada quando todos os parceiros (Índia, Paquistão, Nepal, Quênia, África do Sul e Gana) vierem a cumprir as obrigações necessárias à finalização do Projeto. Os manuais para produtores e os planos de manejo oriundos dos resultados dos 13 projetos apoiados pelo Probio que serão editorados e publicados pelo MMA estão em fase final e devem ser publicados com o apoio do Projeto Polinizadores, utilizando-se recursos de contrapartida. Espera-se que durante o ano de 2008 o Acordo de Doação seja assinado e o Projeto Polinizadores tenha a sua implementação iniciada.	Braulio Ferreira de Sousa Dias/ Marina Landeiro

Metas e resultados de cada ação durante o exercício de 2007:

Metas Previstas		Metas Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
13	1.454.400,00	3	550.000,0

Ação 6007 – Monitoramento e Controle de Espécies Invasoras

Dados gerais da ação:

Tipo (Orçamentária ou Não-Orçamentária)	Orçamentária
Finalidade	Promover ações de prevenção e detecção precoce, controle e monitoramento das espécies exóticas invasoras presentes no país, de modo a reduzir os impactos negativos causados por essas espécies sobre as espécies nativas e sobre os ambientes naturais. Controlar populações de animais e vegetais silvestres, nativos ou exóticos e de espécies da fauna doméstica em estado asselvajado, no meio natural ou alterado, que estejam em situação de descontrole ou em desequilíbrio populacional, assim como orientar o manejo e o controle de fauna sinantrópica (animais que se beneficiam das modificações ambientais efetuadas pelo homem). Promover o

	monitoramento das espécies vegetais e animais invasores, evitando a sua proliferação, minimizando, dessa forma, o impacto sobre os ambientes naturais e as espécies da flora e fauna nativas.
Descrição	Implementação de ações de monitoramento, contenção de expansão de populações em território nacional, controle e erradicação de populações estabelecidas da fauna e da flora exótica, desenvolvimento de estudos de sua ecologia, definição de métodos de controle e de procedimentos e normas de controle de introdução e manejo que evitem e minimizem seus impactos sobre os ambientes naturais, sobre as espécies autóctones em especial sobre as ameaçadas de extinção. Diagnóstico e plano de manejo de espécies problemas, articulação com outros setores da sociedade, elaboração, avaliação e revisão das normas sobre os procedimentos para a destinação, manejo e controle de espécies sinantrópicas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério do Meio Ambiente
Unidades executoras	Ministério do Meio Ambiente
Áreas responsáveis pelo gerenciamento ou execução	Secretaria de Biodiversidade e Florestas/Departamento de Conservação da Biodiversidade/ Gerência de Recursos Genéticos
Coordenador nacional da ação	Lídio Coradin

Resultados

O reduzido orçamento impossibilita a condução de ações de maior envergadura em todos os estados do país, já que as espécies exóticas invasoras ocorrem em todas as regiões, com impactos significativos de ordem econômica, social, ambiental e de saúde humana.

Esta ação possuía incorretamente a meta de manejo de 20 espécies exóticas invasoras. O correto, entretanto, seria de que 20 espécies estão sendo observadas, com três espécies efetivamente manejadas a cada ano. Neste ano de 2007 houve um maior acompanhamento em relação ao javali, o mexilhão dourado e o caracol gigante africano.

No ano de 2007 foram realizadas as seguintes atividades: 1) interlocuções com o Departamento de Áreas Protegidas – DAP e com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade sobre a necessidade de realização de levantamento da composição florística e faunística das áreas protegidas, priorizando-se as áreas de proteção integral em âmbito federal, visando à detecção precoce de espécies exóticas nessas áreas; 2) Assinatura de Termo de Cooperação com a Secretaria de Recursos Hídricos para a implantação do Projeto “Levantamento das Espécies Exóticas e Invasoras ocorrentes na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco”; 3) Início dos trabalhos de organização do 1º Congresso Brasileiro sobre Espécies Exóticas Invasoras, previsto para 2008/2009; 4) Introdução do tema espécies exóticas e invasoras na Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental para Unidades de Conservação; 5) Apoio à criação de fóruns estaduais de discussão sobre as espécies exóticas invasoras, com vistas, entre outras, à elaboração de listas oficiais de âmbito estadual, bem como de planos voltados à prevenção de introdução, controle e monitoramento.

Os recursos foram aplicados para custeio de participação de servidores em reuniões em diferente regiões do país, bem como para realizar a contratação de consultor para elaboração de publicações relacionadas à espécies exóticas invasoras.

Por ocasião da participação em Seminário Regional (ES) também foi realizado curso de capacitação para controle de espécies exóticas invasoras vegetais, em Unidades de Conservação (UCs).

Cabe destacar que além do atraso na liberação parcial dos recursos orçamentários previstos, R\$ 47 mil permaneceram contingenciados até o final da execução do orçamento.

Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso	Responsáveis
Incrementar recursos orçamentários e financeiros para viabilizar recursos humanos e implementar ações nas diversas regiões do país. Ajustar o produto da meta de "espécies manejadas" para "espécies observadas".	Lidio Coradin

Metas e resultados da ação durante o exercício de 2007:

Metas Previstas		Metas Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
20	160.000,00	3	113.745,00

Ação 4978 - Capacitação em Biossegurança de Organismos Geneticamente Modificados, em Combate à Biopirataria, e para Conservação, Uso Sustentável e Repartição dos Benefícios Derivados

Dados gerais da ação

Tipo (Orçamentária ou Não-Orçamentária)	Orçamentária
Finalidade	Qualificar técnicos das áreas de licenciamento e fiscalização provenientes de órgãos governamentais e de empresas do setor dedicados aos estudos de impacto ambiental de OGMs (transgênicos).
Descrição	Organização e realização de cursos em várias localidades do país para técnicos de órgãos públicos e instituições privadas envolvidos com biossegurança e para agentes que promovem a fiscalização sobre o uso de componentes da patrimônio genético nos aeroportos, portos e postos aduaneiros.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério do Meio Ambiente
Unidades executoras	Ministério do Meio Ambiente
Áreas responsáveis pelo gerenciamento ou execução	Departamento do Patrimônio Genético da Secretaria de Biodiversidade e Florestas
Coordenador nacional da ação	Cristina Maria do Amaral Azevedo

Resultados:

Organização e realização de um curso de formação em Biossegurança de Organismos Geneticamente Modificados para 45 técnicos da área agrícola realizado em novembro/2007. Participaram como docentes, professores das universidades Federais do Paraná e Santa Catarina, da Escola Nacional de Saúde Pública, bem como técnicos da ANVISA e MDA. Os participantes também receberam documentação científica a respeito da avaliação de risco dos OGMs.

Foi feita a atualização da página de Internet no Portal do MMA (www.mma.gov.br/biosseguranca), com ênfase na disponibilização de literatura científica sobre biorriscos dos OGMs.

Adicionalmente, técnicos do MMA participaram de todas as 11 reuniões da CTNBio, emitindo pareceres a processos submetidos. A participação do MMA também foi muito ativa não só em reuniões preparatórias, mas também das duas reuniões de Grupo de Trabalho sobre Responsabilidade e Compensação, que foram realizadas em Montreal no Canadá.

O contingenciamento dos recursos até meados de 2007 prejudicou sobremaneira a execução orçamentária em relação ao planejamento inicial, contudo as despesas de maior vulto foram destinadas para o custeio de curso de capacitação em biossegurança de OGMs, realizado em Luziânia/GO, com presença de 45 participantes gastos de cerca de R\$ 23 mil reais. Também ocorreu custeio da participação de técnicos em eventos demandados pelos movimentos sociais da área ambiental e universidades.

O contingenciamento até o final de 2007 atingiu R\$ 75 mil o que significa 38% dos recursos orçamentários previsto para o período.

Metas e resultados da ação durante o exercício de 2007:

Metas Previstas		Metas Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
60	200.000,00	45	124.896,00

Ação 2B61 – Identificação de Espécies da Flora Brasileira de Importância Econômica

Dados gerais da ação:

Tipo (Orçamentária ou Não-Orçamentária)	Orçamentária
Finalidade	Identificar, nas diferentes regiões geopolíticas do país, espécies da flora brasileira, com perspectivas de utilização comercial, tanto em larga escala, como em mercados especiais, priorizando-as e disponibilizando informações, com vistas a fomentar o uso direto pelo pequeno agricultor, bem como a criação de oportunidades de investimento pelo setor empresarial.
Descrição	Priorização das espécies de plantas promissoras economicamente, confecção de portfólios, em âmbito regional, que apontarão as oportunidades de negócios e, ao mesmo tempo, indicarão lacunas que deverão ser preenchidas. Será estabelecida uma Coordenação Nacional de Plantas do Futuro, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, que, em articulação com Grupos de Trabalho Regional e, ainda, com Equipes de Execução Regional – EER se encarregarão de identificar as demandas que deverão ser supridas para garantir o andamento dos trabalhos de priorização das espécies de importância econômica.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério do Meio Ambiente

Unidades executoras	Ministério do Meio Ambiente
Áreas responsáveis pelo gerenciamento ou execução	Departamento de Conservação da Biodiversidade da Secretaria de Biodiversidade e Florestas
Coordenador nacional da ação	Lídio Coradin

Resultados:

Em 2007 procedeu-se à finalização do levantamento das espécies de valor econômico atual e potencial para cada uma das cinco regiões geopolíticas do País e deu-se início à preparação desse material para publicação em 2008. Tal atividade tem sido de fundamental importância para a implementação dos compromissos assumidos pelo Brasil ao aderir o Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Agricultura e Alimentação.

Os resultados desse trabalho priorizaram 775 espécies nativas, a saber: 255 da região sul; 128 da região sudeste; 131 da região centro-oeste; 162 da região nordeste e 99 da região norte. As espécies contempladas foram agrupadas em 12 grupos de uso: alimentícias, fruteiras, medicinais, aromáticas, ornamentais, oleaginosas, madeireiras, apícolas, fibrosas, forrageiras, tóxicas/biocidas e ambientais.

O projeto logrou importantes avanços para a conservação e promoção dos recursos genéticos, uma vez que estas espécies poderão ser utilizadas em substituição às espécies exóticas, e contribuiu substancialmente no treinamento e capacitação de pesquisadores e estudantes de graduação e pós-graduação.

Quando dos seminários realizados no decorrer da execução do projeto foram divulgados dados para os diversos setores da sociedade, especialmente entre o setor empresarial, que se mostrou interessado em firmar parcerias para investir na ampliação do uso, particularmente, em relação às espécies alimentícias, medicinais, ornamentais e aromáticas.

Os recursos foram aplicados para custeio de participação de servidores em reuniões em diferentes regiões do país bem como para auxiliar o pagamento de técnicos temporários envolvidos na execução da ação. Foi realizada a contratação de consultor para elaboração de publicações relacionadas aos parentes silvestres. Também ocorreram despesas para custear participação em eventos científicos relacionadas a plantas para o futuro (de importância econômica).

Faz-se necessário destacar que os recursos desta ação foram contingenciados no montante de R\$ 127,7 mil o que se refere à significativa parcela de 38% dos recursos orçamentários previstos para o ano de 2007.

Metas e resultados da ação durante o exercício de 2007:

Metas Previstas		Metas Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
195	340.000,00	155	212.323,00

Ação 2B63 – Mapeamento da Distribuição Geográfica de Parentes Silvestres de Plantas Cultivadas

Dados gerais da ação:

Tipo (Orçamentária ou Não-Orçamentária)	Orçamentária
Finalidade	Realizar o mapeamento da distribuição geográfica dos parentes silvestres das principais plantas cultivadas no país e promover a conservação da sua variabilidade genética.
Descrição	Definição das principais espécies de plantas cultivadas no país, quer seja do ponto de vista alimentar, quer seja industrial e identificados os seus parentes silvestres, seus centros de diversidade genética (primário e secundário) e mapeamento de suas áreas de dispersão. Serão definidas as prioridades de trabalho a serem realizadas para cada parente silvestre selecionado.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério do Meio Ambiente
Unidades executoras	Ministério do Meio Ambiente
Áreas responsáveis pelo gerenciamento ou execução	Departamento de Conservação da Biodiversidade da Secretaria de Biodiversidade e Florestas
Coordenador nacional da ação	Lidio Coradin

Resultados:

Os resultados do projeto possibilitaram: 1) a ampliação do conhecimento sobre as variedades locais e parentes silvestres das plantas cultivadas com base na definição taxonômica de cada espécie, o mapeamento da distribuição geográfica, o diagnóstico da situação de conservação *in situ*, *ex situ* e *on farm*; 2) a conservação dos componentes genéticos dessas espécies para a manutenção da diversidade gênica; 3) a promoção da utilização sustentável das espécies estudadas; 4) a utilização desses dados como subsídio às decisões da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio em relação à liberação comercial de Organismos Geneticamente Modificados (OGMs) no meio ambiente, no que diz respeito às áreas de exclusão de transgênicos; 5) o mapeamento dos parentes silvestres, que também serve como subsídio para a definição de áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade.

Todos esses avanços estão em harmonia com os diversos compromissos assumidos pelo Brasil em negociações internacionais, particularmente em relação à Convenção sobre Diversidade Biológica e ao Tratado Internacional de Recursos Fitogenéticos para a Agricultura e Alimentação.

Os recursos foram aplicados para custeio de participação de servidores em reuniões em diferentes regiões do país bem como para auxiliar o pagamento de técnicos temporários envolvidos na execução da ação (R\$ 100 mil). Também foi realizada a contratação de consultor para elaboração de publicações relacionadas aos parentes silvestres.

Faz-se necessário destacar que os recursos desta ação foram contingenciados no montante de R\$ 127,7 mil o que refere-se à significativa parcela de 38% dos recursos orçamentários previstos para o ano de 2007.

Metas e resultados da ação durante o exercício de 2007:

Metas Previstas		Metas Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
180	340.000,00	150	212.323,00

Ação 0A31 – Apoio à Implantação de Sistemas Comunitários de Conservação e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade**Dados gerais da ação:**

Tipo (Orçamentária ou Não-Orçamentária)	Orçamentária
Finalidade	Incentivar a segurança alimentar nas pequenas propriedades, promovendo a conservação de variedades crioulas de plantas domesticadas ou semi-domesticadas, assim como de sistemas agro-florestais, que incluem espécies destinadas à alimentação animal, à produção de energia e à produção de fitoterápicos, entre outros.
Descrição	Serão caracterizados os diferentes sistemas de conservação e uso atual de plantas pelas comunidades rurais. Será, também, promovida a troca de experiências entre as comunidades, de forma sistematizada, gerando a formação de um canal de comunicação entre os participantes e a promoção da troca de material genético.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério do Meio Ambiente
Unidades executoras	Ministério do Meio Ambiente
Áreas responsáveis pelo gerenciamento ou execução	Departamento de Conservação da Biodiversidade da Secretaria de Biodiversidade e Florestas
Coordenador nacional da ação	Rubens Onofre Nodari

Resultados:

As atividades cumulativas dos anos de 2005 e de 2006 resultaram na criação de 11 Centros Irradiadores do Manejo da Agrobiodiversidade – CIMAS, apresentando os seguintes resultados diretos: 142 cursos de capacitação realizados; 3.503 agricultores(as) envolvidos diretamente em processos de capacitação; 242 agentes comunitários formados; 430 unidades demonstrativas implantadas; 30 bancos de sementes comunitários estabelecidos; 123 variedades resgatadas de feijão, milho e outras espécies e 138 Sistemas Agroflorestais - SAFs implantados.

Uma oficina para técnicos de 30 instituições não governamentais foi realizada nos dias 24 e 25 de setembro. Nesta oficina foi oportunizada a qualificação nos diferentes elementos contemplados nos CIMAS, bem como um treinamento para a ferramenta Faça Projeto, do FNMA. Desta forma, espera-se que em 2008 sejam apresentados os projetos das diferentes comunidades para obtenção de apoio por parte do MMA, cuja seleção pretende-se que seja realizada via Edital do FNMA, conforme proposta já encaminhada pelo DCBIO.

Em 2007 foi também elaborado o projeto “Programa Popular de Agrobiodiversidade”, fruto de uma parceria entre o MMA e as ONG do setor, com o apoio do MMA, MDA, Embrapa e Conab. A proposta apresentada ao MMA, a ser implementada em 2008, foi elaborada a partir de um levantamento prévio das principais estratégias e regiões que praticam a conservação in situ on farm, sugere objetivos, instrumentos, estratégias, políticas e metodologias com vistas a

ampliar, sistematizar e aperfeiçoar este sistema de conservação genética. Esta atividade é parte do Programa de Trabalho da Agrobiodiversidade da Convenção sobre Diversidade Biológica.

Em 2007, o MMA também apoiou, por meio de convênios, a implementação do uso sustentável da agrobiodiversidade no Oeste Goiano, visando à valorização do conhecimento tradicional associado e a defesa do uso comunitário de plantas medicinais e fitoterápicos, voltados para a atenção básica da saúde da população nos Municípios de Aragarças, Arenópolis, Diorama, Jussara, Montes Claros de Goiás e Piranhas, no Estado de Goiás. Esses projetos conveniados objetivam a aquisição de produtos fitoterápicos produzidos por agricultores familiares e povos e comunidades tradicionais do cerrado goiano (R\$ 522.167,88) que vem ao encontro do eixo temático dos CIMAs que fomenta o plantio e uso de plantas medicinais como fonte de geração de emprego e incremento de renda para centenas de famílias beneficiárias (produtores familiares, povos e comunidades tradicionais) dessa região (oeste GO).

Destacamos ainda que, dentre as despesas realizadas, foram gastos R\$ 417 mil para o pagamento de técnicos temporários envolvidos na execução da ação. Além disso, foram gastos R\$ 22.500,00 com despesas de diárias e passagens. Foram repassados, também, recursos para convênios com parceiros (CONCRAB e FUNEP) que trabalham com sementes crioulas, sistemas agroflorestais, plantas medicinais e agroextrativismo sustentável, temáticas previstas nesta ação. Ocorreram despesas com Oficinas de capacitação para elaboração de projetos CIMAs, discussões do Plano Nacional de Agrobiodiversidade, apoio para eventos sobre sementes crioulas em várias partes do país e custeio de participação de assessores técnicos do MMA e parceiros em eventos direcionados à conservação e uso sustentável da agrobiodiversidade.

Atendendo orientações do Controle Interno/CONJUR/MMA a partir de instruções do próprio TCU e CGU, foi elaborado edital para seleção de organizações para implementação de novos Centros Irradiadores de Manejo da Agrobiodiversidade- CIMAs, cujos convênios pretende-se sejam realizados via FNMA. Há de se destacar que para esse edital, que se pretende seja publicado no 1º trimestre de 2008, existem adiantadas tratativas para incorporar recursos do MDA e do INCRA, ampliando-se assim o número de projetos a serem selecionados.

Os recursos contingenciados nesta ação foram da ordem de R\$ 709 mil reais, que significam cerca de 28% dos recursos orçamentários previstos para o ano de 2007 nesta ação, o que dificultou de forma significativa um melhor planejamento e execução da ação.

Dentre os Convênios, um foi encerrado e a organização (ACAP) prestou contas que estão em processo de análise e aprovação. Outro convênio (FUNEP) foi aditivado e está pendente de liberação de recursos da 3ª e última parcela.

Metas e resultados da ação durante o exercício de 2007:

Metas Previstas		Metas Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
9	2.551.597,00	8	1.553.524,00

Ação 6271 - Rede de Informações em Biodiversidade

Dados gerais da ação:

Tipo (Orçamentária ou Não-Orçamentária)	Orçamentária
Finalidade	Elaborar e disponibilizar bases de dados visando estabelecer mecanismo de disseminação de informação sobre biodiversidade para a sociedade brasileira, inclusive das coleções científicas elaborar e disponibilizar bases de dados visando o acesso e transferência de tecnologia científica nacional e internacional relacionada à biodiversidade brasileira.
Descrição	Apoiar ações que promovam a transferência e a difusão de tecnologias em gestão da biodiversidade e criar mecanismo visando à disseminação de informação sobre biodiversidade; apoiar ações para informatização das coleções científicas de componentes de biodiversidade e disponibilizar bases de dados; apoiar ações para estabelecer sistema informatizado de informação sobre biodiversidade; apoiar ações visando o intercâmbio de conhecimentos e tecnologias em temas selecionados e em áreas definidas como prioritárias para a gestão da biodiversidade; estabelecer mecanismos facilitadores do processo de intercâmbio e geração de conhecimento biotecnológico com seus potenciais usuários; estabelecer iniciativa nacional para disseminar o uso de tecnologias de domínio público úteis à gestão da biodiversidade.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério do Meio Ambiente
Unidades executoras	Ministério do Meio Ambiente
Áreas responsáveis pelo gerenciamento ou execução	Departamento de Conservação da Biodiversidade da Secretaria de Biodiversidade e Florestas
Coordenador nacional da ação	Braulio Ferreira de Souza Dias

Resultados:

O PortalBio é um sítio eletrônico na Internet abrigado no portal do MMA e faz parte do Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente - SINIMA e da rede mundial de informação sobre biodiversidade (chamada de "Clearing-house Mechanism" no âmbito da Convenção sobre Diversidade Biológica). O PortalBio contém informações sobre: 1) a Convenção sobre Diversidade Biológica; 2) a biodiversidade no mundo; 3) a implementação da CDB no Brasil; 4) a biodiversidade brasileira; 5) os órgãos colegiados brasileiros em meio ambiente; e 6) iniciativas de cooperação. O endereço eletrônico do PortalBio é: www.mma.gov.br/portalbio. A meta prevista para esta ação, de disponibilização de 1.500 Gbytes para o ano de 2007, contudo, devido às dificuldades de recursos humanos, não foi plenamente atingida. Para o PPA de 2008-2011 pretende-se continuar a alimentação do PortalBio com as novas publicações previstas, com mapas de remanescentes de vegetação e de área prioritárias para conservação e uso sustentável da biodiversidade, entre outras informações sobre a biodiversidade brasileira e a Convenção sobre Diversidade Biológica e a implementação da mesma no Brasil. Goiás.

Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso	Responsáveis
Esta ação não fará parte do PPA 2008/2011, tendo suas atividades sido incorporadas à ação 8408 do Programa 0508. A meta prevista de no PPA 2004-2007 de que fossem disponibilizados 5.000 Gbytes foi considerada irrealística e foi substituída por uma considerada mais realista (1.500 Gbytes). Mesmo assim as dificuldades de recursos humanos para disponibilizar as informações no site do MMA não permitiram o alcance de meta. Para o PPA de 2008-2011 pretende-se continuar a alimentação do PortalBio. Pretende-se que o concurso público a ser realizado pelo MMA permita a contratação de mais técnicos de informática para viabilizar a disponibilização de informações no PortalBio.	Braulio Dias

Metas e resultados da ação durante o exercício de 2007:

Metas Previstas		Metas Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
5.000	80.000,00	0	0

Ação 4976 - Promoção da Repartição de Benefícios Decorrentes do Uso dos Recursos Genéticos e do Conhecimento Tradicional Associado

Dados gerais de da ação:

Tipo (Orçamentária ou Não-Orçamentária)	Orçamentária
Finalidade	Buscar repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes do uso dos recursos genéticos e do conhecimento tradicional associado no Brasil.
Descrição	Desenvolvimento, implantação e operacionalização de mecanismos de gestão do acesso a recursos genéticos, conhecimentos tradicionais e repartição de benefícios; elaboração dos contratos de repartição de benefícios, quando a União é parte; supervisão do repasse aos Fundos Públicos de parcela de lucros e royalties devidos à União resultantes da exploração econômica dos recursos genéticos e do conhecimento tradicional associado.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério do Meio Ambiente
Unidades executoras	Ministério do Meio Ambiente
Áreas responsáveis pelo gerenciamento ou execução	Departamento de Conservação da Biodiversidade da Secretaria de Biodiversidade e Florestas
Coordenador nacional da ação	Cristina Maria do Amaral Azevedo

Resultados:

O recurso utilizado, 1.068,043 (um milhão, sessenta e oito mil e quarenta e três centavos), foi de fonte interna do orçamento. Essa execução financeira refere-se a pagamentos de 8 técnicos temporários envolvidos na execução da ação; contratação de 3 consultorias; apoio à 13 oficinas de qualificação, tendo como público alvo as comunidades tradicionais e povos indígenas, num total de de aproximadamente (555 participantes) e apoio a 11 reuniões do CGEN -Conselho de Gestão do Patrimônio Genético. Ou seja, as principais despesas foram para o desenvolvimento, implementação e operacionalização de mecanismos de gestão do acesso a recursos genéticos, conhecimentos tradicionais e repartição de benefícios; elaboração dos contratos de repartição de benefícios, quando a União é parte; supervisão do repasse aos Fundos Públicos de parcela de lucro e royalties devidos à União resultante da exploração econômica dos recursos genéticos e do conhecimento tradicional associado. A meta física prevista para 2007 foi integralmente cumprida.

Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso	Responsáveis
Dificuldades de ordem política na sua execução, em função da dependência da vontade política de atores externos envolvidos no processo (uma vez que o CGEN é um órgão colegiado, do qual participam 19 órgãos e entidades da Administração Pública Federal), impedindo-nos de ter controle completo sobre a realização dos objetivos propostos.	Cristina Azevedo

Metas e resultados da ação durante o exercício de 2007:

Metas Previstas		Metas Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
11	1.068.000,00	12	1.013.429,00

Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais de da ação:

Tipo (Orçamentária ou Não-Orçamentária)	Orçamentária
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Descrição	Desenvolvimento, implantação e operacionalização de mecanismos de gestão do acesso a recursos genéticos, conhecimentos tradicionais e repartição de benefícios; elaboração dos contratos de repartição de benefícios, quando a União é parte; supervisão do repasse aos Fundos Públicos de parcela de lucros e royalties devidos à União resultantes da exploração econômica dos recursos genéticos e do conhecimento tradicional associado. Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios

	da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério do Meio Ambiente
Unidades executoras	Ministério do Meio Ambiente
Áreas responsáveis pelo gerenciamento ou execução	Departamento de Conservação da Biodiversidade da Secretaria de Biodiversidade e Florestas
Coordenador nacional da ação	Braulio Ferreira de Souza Dias

Resultados:

As principais despesas nesta ação referem-se a: pagamentos de diárias e passagens no valor de R\$165.019,19; Terceirizados no valor de R\$ 717.198,67; Serviços Gráficos no valor de R\$ 49.872,37; Seguros no valor de R\$3.429,07; Auxílio Moradia no valor de R\$ 60.220,00; Aquisição de material permanente no valor de R\$ 28.417,68; Estagiários no valor de R\$ 33.957,14 e houve descentralização para o Programa das Nações Unidas no valor de R\$ 65.566,00.

Metas e resultados da ação durante o exercício de 2007:

Metas Previstas		Metas Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
-	1.215.398,00	-	1.122.899,00

2 - Desempenho operacional

Taxa de Conservação das Espécies Ameaçadas

a) Utilidade:

O manejo de espécies ameaçadas de extinção possibilita que as mesmas voltem a ter tamanhos populacionais que permitam que elas deixem de ser ameaçadas. O indicador proposto aponta para o número de espécies que tem planos de manejo/ação, nos quais estão previstas as ações necessárias para recuperação das espécies na natureza. Assim, as ações previstas no programa 0508 voltadas para a conservação da biodiversidade brasileira podem ter suas eficácias expressas neste indicador.

b) Tipo: eficácia, eficiência ou efetividade:

Este indicador, pelas definições apresentadas, mede a eficácia do Programa.

c) Fórmula de cálculo:

Relação percentual entre o número de espécies classificadas como ameaçadas de extinção e que estão sendo manejadas, e o número total de espécies constantes da lista oficial de espécies em extinção divulgada pelo Ministério do Meio Ambiente.

d) Método de aferição:

O método de aferição é a contagem do número de espécies presentes na lista oficial de espécies ameaçadas de extinção em contraposição ao número de espécies que apresentam plano de manejo ou de ação. A elaboração do plano de manejo/ação dá a base sobre a qual uma espécie pode ser manejada visando que o seu aumento populacional e/ou diminuição de pressões permitam que a mesma deixe de ser considerada ameaçada de extinção.

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:

Departamento de Conservação da Biodiversidade

f) Resultado do indicador no exercício:

10,76%

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:

O resultado obtido por este Programa é considerado muito relevante, pois saímos de um índice de 2% e chegamos a 10,76% em 4 anos, muito embora a meta fosse 12%. Tendo em vista as dificuldades referentes ao contingenciamento de recursos para a execução das ações do Programa, as dificuldades de implementação de políticas públicas ambientais frente a outras políticas sociais e econômicas do Governo o resultado obtido é considerado satisfatório.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis:

Não se aplica

Programa 0506 – Programa Nacional de Florestas

Objetivos – O Programa Nacional de Florestas tem com objetivo principal promover o manejo sustentável e o uso múltiplo de florestas nativas e a expansão sustentável da base florestal plantada.

Dados gerais:

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral (conforme cadastro de ações do PPA)	Promover o manejo sustentável e o uso múltiplo de florestas nativas e a expansão sustentável da base florestal plantada
Objetivo Específico	Aprimorar o licenciamento ambiental e desenvolver instrumentos de planejamento e gestão ambiental em apoio ao desenvolvimento sustentável
Gerente do programa	Maria Cecília Wey de Brito
Gerente executivo	Leonel Graça Generoso Pereira
Indicadores ou parâmetros utilizados	<p>Indicador 1- Área de Florestas Plantadas - Refere-se à área de plantio anual (fluxo) ao longo do PPA. É o somatório das áreas florestais plantadas em projetos empresariais (Bracelpa, AMS, Abimóvel, ABRAF) e não empresariais (pequenos produtores registrados no Ibama).</p> <p>Indicador 2- Área de Florestas Naturais Manejadas para a Produção Sustentável - Refere-se à área total (estoque) sob manejo em cada ano ao longo do PPA. É igual ao somatório das áreas de projetos de manejo florestal madeireiro, mais somatório de área de projetos de manejo não madeireiros, considerados aptos pelo Ibama.</p> <p>Indicador 3-Área de Florestas Protegidas com Alto Valor para Conservação- Refere-se à área total (estoque) protegida em projetos de manejo, em cada ano ao longo do PPA. É o somatório da áreas de reserva absoluta e de áreas de preservação permanente em projetos de manejo florestal. Para efeito deste planejamento consideramos 20% da área manejada (indicador 2), mas os valores serão estimados (%) para os planos de manejo não certificados e para os projetos certificados utilizaremos dados reais.</p> <p>Indicador 4- Área Degradadas que foram Recuperadas - Refere-se à área degradada (fluxo) que foi recuperada em cada ano ao longo do PPA. É o somatório das áreas de projetos financiados para a recuperação de áreas degradadas + somatório das áreas recuperadas em projetos não financiados. Projetos Financiados são aqueles apoiados diretamente pelo PNF ou PROPFLORA, ou PRONAF FLORESTAL, etc. Projetos não Financiados são aqueles de iniciativa de particulares e que eventualmente tem registro no Ibama ou OEMA.</p>
Público-alvo (beneficiários)	Populações tradicionais e comunidades usuárias de recursos florestais, produtores rurais e empresários do setor florestal.

Ações do Programa

Ação	Justificativa
6242- Assistência Técnica ao Pequeno Produtor Rural para a Produção Florestal Sustentável	Esta ação visa ao aumento da produção florestal, oferta de matéria-prima e a renda do pequeno produtor rural, incorporando a atividade ao processo produtivo rural.
6735- Formulação e Difusão de Procedimentos de Manejo Florestal	Esta ação visa promover a gestão sustentável de florestas por meio da implementação de procedimentos técnicos e administrativos que levem ao uso sustentável dos recursos florestais, viabilizando áreas para produção de bens e serviços ambientais. Sua execução é compartilhada entre o Serviço Florestal Brasileiro e o Departamento de Florestas da Secretaria de Biodiversidade e Florestas - Dflor/SBF.
6454- Recuperação de Ecossistemas e Áreas Degradadas	Esta ação visa promover a recomposição de Área de Preservação Permanente e Reserva Legal (Tal como consta do Código Florestal), com enfoque em propriedades rurais.

Gestão das ações:

Ação 6643- Apoio à Gestão dos Recursos Florestais

Tipo (Orçamentária ou Não-Orçamentária)	Orçamentária
Finalidade	Apoiar a descentralização do Programa Nacional de Florestas - PNF para o planejamento e a gestão sustentável dos recursos florestais, no que tange ao manejo e plantio de florestas.
Descrição	Desenvolvimento de parcerias com os governos estaduais e municipais, envolvendo os segmentos representativos do setor no campo da pesquisa, ensino e extensão florestal e ONGs, visando o desenvolvimento de instrumentos legais, normativos e de incentivos necessários à implementação do PNF.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério do Meio Ambiente
Unidades executoras	Secretaria de Biodiversidade e Florestas
Áreas responsáveis pelo gerenciamento ou execução	Departamento de Florestas
Coordenador nacional da ação	Leonel Graça Generoso Pereira

Resultados:

Celebração do convênio MMA/SBF/DFLOR 2007/01 com a Empresa de Pesquisa Agropecuária com o Rio Grande do Norte (EMPARN). O convênio foi firmado em dezembro de 2007. Os resultados dos trabalhos a serem realizados irão gerar informações técnico-científicas que contribuirão para a expansão da base florestal na região, bem como poderá suprir a demanda de madeira para o uso do setor produtivo e das populações rural e urbanas. Ao finalizar a

pesquisa, será possível recomendar: 1) híbridos de eucaliptos para serem plantados na região da caatinga; 2) tratamentos silviculturais para a espécie florestal sabiá na região do semi-árido e na zona costeira; 3) espécies florestais para plantio no litoral do RN; 4) tratamentos para a produção de mourões de *Gliricidia sepium*; 5) o uso de três espécies nativas utilizadas em recuperação de áreas degradadas e 6) tratamentos adequados para o plantio de cactáceas nativas (xique-xique e cardeiro) no Seridó pontiguar. Em 2007 foram empenhados o valor de R\$ 34.606, (trinta e quatro mil, seiscentos e seis reais). Além disso, houve uma descentralização para o Ministério das Relações Exteriores, no valor de R\$11.031 (onze mil e trinta e um reais) objetivando o pagamento de estrutura logística para a realização do Evento paralelo "Reduzindo as Emissões do Desmatamento no Brasil: O Papel da Cooperação Internacional" em dezembro de 2007.

Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso	Responsáveis
Essa ação tem como objetivo o fortalecimento institucional das Unidades da Federação. Dessa forma, a direção do PNF tem que ser mais pró-ativa, estimulando e orientando os estados para formular a política e o programa estadual de florestas. As parcerias com os governos estaduais e municipais, por meio de protocolo ou contrato de gestão é fundamental para definir papéis e responsabilidades das partes. Deverá ainda definir os instrumentos legais, normativos e de incentivos ao desenvolvimento das atividades florestais em cada estado.	Gerente Executivo do Programa

Metas e resultados da ação durante o exercício de 2007:

Metas Previstas		Metas Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
1 estado apoiado	294.335,00	1 estado apoiado	11.031,00

Ação 6242 - Assistência Técnica ao Pequeno Produtor Rural para a Produção Florestal Sustentável

Dados gerais:

Tipo (Orçamentária ou Não -Orçamentária)	Orçamentária
Finalidade	Assistir o pequeno produtor rural (agricultor familiar, extrativistas, silvicultores, populações tradicionais) no desenvolvimento de atividades produtivas florestais sustentáveis nos biomas brasileiros.
Descrição	Oferta de assistência técnica, via Editais, em parceria com o FNMA e assistência técnica direta

	por meio do INCRA, nos assentamentos florestais, bem como o fornecimento aos técnicos de equipamentos necessários para os trabalhos de extensão florestal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério do Meio Ambiente
Unidades executoras	Secretaria de Biodiversidade e Florestas
Áreas responsáveis pelo gerenciamento ou execução	Departamento de Florestas
Coordenador nacional da ação	Leonel Graça Generoso Pereira
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso) – coordenador de ação por localizador	

Resultados:

Transferência de recursos financeiros para o Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA), em razão de parceria entre Departamento de Florestas e FNMA na elaboração de editais, seleção e acompanhamento de projetos. Foram repassados recursos para atender ao edital Formação de Agentes Multidisciplinares e Assessoria Técnica e Extensão Florestal aos Agricultores Familiares para os biomas Mata Atlântica, Caatinga, Cerrado e Amazônia. Esses editais atenderam à ação Assistência Técnica ao Pequeno Produtor Rural para a Produção Florestal Sustentável (6242). Foram elaborados editais que visaram a seleção de projetos que prestam assistência técnica aos produtores rurais, sendo o recorte territorial desses editais os biomas brasileiros, especificamente foram lançados os seguintes editais: Mata Atlântica (Edital FNMA 01/2002), Caatinga (Edital FNMA 01/2004), Cerrado (FNMA 02/2004) e Amazônia (01/2006). A estrutura de cada edital foi composta por duas chamadas; a Chamada I - Formação de agentes multiplicadores e Chamada II - Assessoria técnica e extensão florestal a agricultores familiares. De acordo com o FNMA, em 2007, foram empenhados para os projetos desses editais, recursos no montante de R\$ 3.745.727,00. Do ponto de vista de resultado, o programa, por meio dessa ação, vem cumprindo sua meta, atendendo mais de 20 mil produtores rurais de 2003 a 2006, nas diferentes categorias. Em 2007, no Bioma Mata Atlântica foram atendidos aproximadamente um mil agricultores, e no bioma Cerrado seiscentos.

Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso	Responsáveis
<p>Parte dos recursos não foram repassados para as instituições conveniadas em razão da inadimplência de algumas das instituições selecionadas, tanto para conveniar, quanto para transferência de recursos.</p> <p>É padrão do FNMA promover um curso de capacitação de executores dos projetos conveniados. Nesse curso, entre outros temas, é repassado a forma de prestação de contas e do desenvolvimento do plano de trabalho, bem como os fatores limitantes de repasse de recursos.</p> <p>Os projetos são monitorados por técnicos do FNMA e do DFLORE, por meio de monitorias físicas e de prestações de contas, parcial e final, as quais têm caráter técnico e financeiro. As análises realizadas geram recomendações que são repassadas aos executores para a correta</p>	DFLOR e FNMA

execução do projeto. Além disso, tem sido realizado intercâmbio com as instituições conveniadas para nivelamento de conhecimento e troca de informações para solucionar os problemas diagnosticados em nível local.

Metas e resultados da ação durante o exercício de 2007:

Metas Previstas		Metas Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
7.200 produtores assistidos	5.676.089,00	1.600,00 produtores assistidos	540.736,00

Ação 4950- Capacitação em Atividades Florestais

Dados Gerais:

Tipo (Orçamentária ou Não -Orçamentária)	Orçamentária
Finalidade	Promover cursos de treinamento e capacitação de mão de obra para as atividades do setor florestal, compreendendo a produção madeireira e não madeireira, em busca da eficiência e eficácia no uso sustentável dos recursos florestais e no processo de agregação de valor aos produtos na cadeia de produção.
Descrição	Implementação do Centro Nacional de Apoio ao Manejo Florestal. Instituição um programa regular de treinamento e capacitação destinado ao atendimento do setor florestal nos seus diferentes segmentos, envolvendo os estados, municípios, ONGs e o setor privado.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério do Meio Ambiente
Unidades executoras	Secretaria de Biodiversidade e Florestas
Áreas responsáveis pelo gerenciamento ou execução	Departamento de Florestas
Coordenador nacional da ação	Leonel Graça Generoso Pereira
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso) – coordenador de ação por localizador	Ibama- Cristina Galvão Alves

Resultados:

Transferência de recursos por meio de Convênio MMA/SBF/DFLOR 0008/2005/ com a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB). O convênio visa atender a ação Capacitação em Atividades Florestais e tem como objetivo diagnosticar a realidade de cobertura florestal nos assentamentos da Mata atlântica, Cerrado, Amazônia e Caatinga, promovendo a animação social para a internalização do tema e formação técnica para a qualificação da intervenção no processo, potencializando o componente florestal no contexto da promoção da reforma agrária sustentável. Em Julho desse ano, a CONCRAB

realizou cursos de formação técnica florestal no Estado do Espírito Santo com 32 pessoas. Em agosto, os cursos ocorreram no Mato Grosso e Paraíba, capacitando mais 77 pessoas. Por meio desse projeto, estima-se ainda capacitar aproximadamente 50 pessoas. Foram repassados à CONCRAB o valor de R\$ 154.015,00 (cento e cinquenta e quatro reais e quinze centavos). Foi repassado ao Fundo Nacional do Meio Ambiente o valor de R\$ 191.884,00 para atender o Edital de Recuperação e Proteção das Nascentes com intuito de formar agentes multiplicadores em técnicas adequação ambiental de propriedades rurais, além da capacitar lideranças locais/técnicos para a produção madeireira sustentável.

Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso	Responsáveis
É preciso definir um programa de capacitação e treinamento, com metas anuais e respectivos beneficiários. O PNF deverá constituir parcerias com Universidades, ONGs e o setor privado para o desenvolvimento de práticas de usos florestais sustentáveis. Deverá ainda discutir com o Ministério da Educação a reativação das Escolas Técnicas de Nível Médio, instituindo a categoria de Técnico Florestal, nos estados onde a atividade florestal pode se constituir em um vetor de desenvolvimento sustentável.	Gerente Executivo do Programa.

Metas e resultados da ação durante o exercício de 2007:

Metas Previstas		Metas Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
160 pessoas	499.914,00	109 pessoas capacitadas	486.294,00

Ação 4993- Certificação Florestal de Produtos Extrativistas

Dados Gerais:

Tipo (Orçamentária ou Não -Orçamentária)	Orçamentária
Finalidade	Promover a certificação florestal de produtos extrativistas incluindo abertura de mercados que pratiquem melhores condições de preços.
Descrição	Ampliação da renda gerada no extrativismo por meio da oferta de produtos gerados a partir do manejo com garantia de sustentabilidade avalizada pela certificação. Estabelecer uma rede de comercialização desses produtos envolvendo canais via internet e escritórios de comercialização.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério do Meio Ambiente
Unidades executoras	Secretaria de Biodiversidade e Florestas

Áreas responsáveis pelo gerenciamento ou execução	Departamento de Florestas
Coordenador nacional da ação	Leonel Graça Generoso Pereira
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso) – coordenador de ação por localizador	

Resultados:

Os recursos utilizados foram utilizados para a realização dos seminários “Cadeias de produtos da sociobiodiversidade: agregação de valor e consolidação de mercado sustentáveis” cujo objetivo dos seminários é reunir subsídios para a formulação de políticas para os produtos da sociobiodiversidade. Os resultados dos seminários proporcionarão:

- Cadeias de produtos da sociobiodiversidade priorizadas.
- Sensibilização dos potenciais beneficiários sobre a relevância da temática e a importância de envolvimento cooperativo, multi-institucional e intersetorial.
- Aperfeiçoamento da estratégia política do governo federal para viabilização destes mercados e agregação de valor nestas cadeias.
- Subsídios para a caracterização das principais limitações/gargalos e potencialidades/vantagens competitivas das cadeias de produtos da sociobiodiversidade e para a elaboração de estratégias de ação.
- Formação de grupos regionais de referência para a discussão, a articulação e a implementação de ações estratégias visando, agregar valor às cadeias, fortalecer os Arranjos Produtivos Locais e consolidar mercados.

Além disso, houve o pagamento de técnicos temporários envolvidos na execução da ação.

Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso	Responsáveis
Foram programados para 2007 a realização de seis seminários regionais e um nacional. Entretanto, dois seminários regionais e o nacional foram transferidos para 2008. Para o sucesso desses eventos, é necessário a articulação com os parceiros institucionais, bem como com os parceiros locais. Além disso deve ficar claro que a certificação é um processo voluntário. O Estado apóia, porém não será responsável pela certificação de produtos. O apoio do programa pode se dar de diversas formas: (i) mediante a realização de estudos básicos sobre o mercado potencial para produtos previamente selecionados; (ii) por meio de reuniões técnicas, divulgando “nichos de mercados” e as principais exigências; (iii) facilitando o intercâmbio de produtores, promovendo visitas a projetos que obtiverem êxitos, etc.	MDA, MDS, MMA (SBF, SEDR), SFB, FUNBIO, GTZ, MME.

Metas e resultados da ação durante o exercício de 2007:

Metas Previstas		Metas Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
9 produtos certificados	176.918,00	4 produtos certificados	100.000,00

Ação 6735- Formulação e Difusão de Procedimentos de Manejo Florestal

Dados Gerais :

Tipo (Orçamentária ou Não -Orçamentária)	Orçamentária
Finalidade	Promover a gestão sustentável de florestas para produção de bens e serviços.
Descrição	Implementação de procedimentos técnicos e administrativos visando o uso sustentável dos recursos florestais, viabilizando áreas para produção de bens e serviços ambientais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério do Meio Ambiente
Unidades executoras	Secretaria de Biodiversidade e Florestas e Serviço Florestal Brasileiro
Áreas responsáveis pelo gerenciamento ou execução	Compartilhada entre Departamentos de Florestas e Serviço Florestal Brasileiro.
Coordenador nacional da ação	Leonel Graça Generoso Pereira
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso) – coordenador de ação por localizador	

Resultados:

Por meio dos recursos da ação Formulação e Difusão de Procedimentos de Manejo Florestal (6735), houve estudos para identificação de áreas com potencial de manejo florestal da Amazônia. Em 2007, o Serviço Florestal Brasileiro lançou editais para elaborar os Planos de Manejo de quatro Florestas Nacionais (Flona): Amanã, Crepori, Jamari e Trairão. A seleção foi por meio de licitação e os ganhadores estão na fase de execução de estudos, que gerarão os seguintes produtos: 1) plano de ação; 2) mapas e base de dados georreferenciados; 3) estudos de: Inventário Florestal; Levantamento Faunístico; Base Cartográfica e Mapas Temáticos; Levantamento Socioeconômico e Relação de Grupos de Interesse, e 4) Documentos e Mapas com Zoneamento da Flona e Documentos com Programas de Manejo e Regras de Uso. O tempo estimado pelo edital para executar os trabalhos é de 06 (seis) meses a partir da assinatura do contrato. Embora esses gastos foram realizados em 2007, os estudos permitirão a concessão de uso de Floresta Nacional, prevista pela Lei 11.284/06, e possibilitará a ampliação da área de manejo no Brasil. Nesse contexto, uma ação já iniciada pelo SFB é o processo de licitação para concessão de uso de Floresta Nacional Jamari, localizada em Rondônia, no Distrito Florestal Sustentável da BR 163. A Flona tem 96 mil hectares para serem licitados entre os concorrentes.

Foram repassados o montante de R\$ 706.329,00 para o projeto de cooperação técnica UFT BRA 062 com o MMA, (consolidação dos instrumentos políticos e institucionais para a implementação do Programa Nacional de Florestas) distribuídos em:

1. organização da reunião coordenadora do Programa Nacional de Florestas – CONAFLO, e da Comissão de Gestão de Florestas Públicas- CGFLOP, para discutir a minuta de decreto de regulamentação da Lei 11.284/06, Gestão de Florestas Públicas.
2. Realização de mapeamento das áreas potenciais para a produção florestal sustentável na região amazônica.
3. Apoio à realização do Seminário do Inventário Florestal Nacional e para a implementação das redes de parcelas permanentes nos biomas Mata Atlântica e Campos Sulinos, Cerrado e Pantanal e Amazônia.
4. Apoio ao Centro Nacional de Apoio de Manejo Florestal- CENAFLO, por meio da compra de equipamentos.
5. Carta de Acordo assinada com a Fundação de Apoio com a Universidade do Centro-Oeste- FAU, para elaborar o inventário da Floresta Nacional de Irati-PR, visando

conhecer o potencial existente mediante da análise da diversidade florística de espécies para a produção não madeireira, medição de parcelas e cubagem de árvores para a produção madeireira.

6. Carta de Acordo assinada com a SOS Sertão com o objetivo de implantar os planos de manejo sustentáveis nos assentamentos de reforma agrária na região nordeste.
7. Realização de levantamento na região de Caatinga de áreas prioritárias de manejo florestal em trinta assentamentos na região do semi-árido.
8. Carta de Acordo assinada com a Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica-ABIPTI, para estudar e definir parâmetros de repartição de benefícios decorrente do uso de componentes do patrimônio genético da biodiversidade brasileira.

No âmbito do projeto "Demonstrações de Manejo Integrado de Ecossistemas e de Bacias Hidrográficas na Caatinga – GEF Caatinga", por meio do projeto UTF BRA 062, foram repassados o valor de R\$511.539,00. O objetivo do projeto é demonstrar práticas alternativas de uso sustentável que concorram para uma sustentabilidade socioambiental no semi-árido brasileiro, por meio de práticas sustentáveis de manejo florestal de uso múltiplo e processos de melhoria da eficiência energética, associados a esforços de fortalecimento institucional para gestão ambiental, processos de comunicação e difusão de alternativas promotoras do desenvolvimento no Bioma. Por meio desse recursos, foram adquiridos equipamentos, e contratados estudos para inserção, na região da Caatinga, de atividades de produção florestal, madeireira e não madeireira, nos assentamento rurais.

Transferência de recursos financeiros para o Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA), em razão de parceria entre Departamento de Florestas e FNMA na elaboração de editais, seleção e acompanhamento de projetos. Foram repassados recursos para atender a demanda do edital Formação de Agentes Multidisciplinares e Assessoria Técnica e Extensão Florestal aos Agricultores Familiares para os bioma Amazônia. Foram repassados ao FNMA o valor de R\$ 115.064,00 (cento e quinze mil e sessenta e quatro reais) para atender esse edital.

Acrescenta-se a essa informação o aumento de área de manejo florestal de empresas certificadas, que passou de 1,4 milhão de hectares em 2006 para 3 milhões na região amazônica.

Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso	Responsáveis
Em 2007, a primeira tentativa de licitação dos estudos das quatro flonas foi frustrada, pois as empresas apresentaram os valores das propostas superiores aos valores estimados pela equipe técnica. Diante disso, houve a necessidade de haver nova licitação para elaborar os planos de manejo das flonas.	DFLOR e SFB

Metas e resultados da ação durante o exercício de 2007:

Metas Previstas		Metas Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
315.000,00 hectare	5.634.520,00	5.400,47 hectare	2.283.501,00

Recursos vinculados a financiamento externo e/ou cooperação técnica internacional utilizados na execução da ação:

Código do Projeto*	Organismo Financiador	Finalidade	DOAÇÃO contratada	Contrapartida Nacional	Valor transferido no exercício	Avaliação dos resultados do Projeto no Exercício	Observações
BRA/02/G31 GEF Caatinga "Demonstrações e Manejo integrado de Ecossistemas e Bacias Hidrográficas na Caatinga".	GEF/PNUD	Promover a conservação e o uso sustentável dos recursos florestais da Caatinga por meio da demonstração de práticas para a produção e utilização sustentável da sua vegetação.	US\$ 4.100.000,00	US\$ 291.262,00	R\$511.539,00	Ver item abaixo	

1) Avaliação crítica dos resultados alcançados no projeto. GEF/Caatinga (inclusive quanto aos objetivos e metas previstos x realizados)

Resultado 1: Opções de manejo integrado testadas e demonstradas para diferentes cenários sócio-ambientais do Bioma Caatinga. Componentes:	
<p>A - Produtos Madeireiros. Opções de manejo integrado para a produção de madeira integradas com a conservação em Áreas Prioritárias de alta demanda, alta oferta e riscos variados de desertificação.</p> <p>B: Produtos Florestais Não Madeireiros - Opções de manejo integrado para a produção sustentável de produtos florestais não madeireiros integradas com a conservação de AP's de demanda e oferta média a baixa e diversos riscos de desertificação.</p>	
ATIVIDADES	Desenvolvimento das Ações
<p>1.1 Demonstração de técnicas de manejo florestal para produção sustentável de madeira para indústrias com alta oferta e demanda em duas áreas prioritárias. Peruaçu/Jaíba/Sudoeste Baiano para a indústria siderúrgica (6 áreas demonstrativas) e em Araripe para a indústria do Gesso (8 áreas demonstrativas).</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Nas Áreas Prioritárias (AP) de Peruaçu Jaiba e no Sudoeste Baiano: • Está em articulação com o Governo da Bahia a elaboração de um subprojeto de desenvolvimento local com as comunidades da AP para difusão de praticas sustentáveis. • Com o IEF, será definido um programa de capacitação pra técncis sobre manejo sustentável de uso múltiplo dos recursos florestais. • Na AP Araripe: • Foram implantadas as Unidades Demonstrativas de Manejo Sustentável dos recursos f, em está em andamento o Subprojeto Araripe em parceria com IBAMA e CPRH, voltado para o fortalecimento da descentralização da gestão florestal.
<p>1.2 Testar diferentes técnicas e práticas para a produção sustentável de estacas de sabiá e uso agrícola na Chapada de Ibiapaba/Poti/Inhamuns (8 áreas).</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Foram iniciadas as Pesquisa visando o manejo sustentável do sabiá e está em andamento a criação de uma Unidade Demonstrativa na AP Ibiapaba.
<p>1.3 Demonstrar (Testar) técnicas de reflorestamento na AP de Petrolina para múltiplos usos incluindo recuperação de áreas degradadas, produção de madeira para caixas e sistemas agro florestais em áreas irrigadas (12 áreas demonstrativas).</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalho iniciado com a Embrapa para definir as áreas objeto de estudo para concretizar as diretrizes.
<p>1.4 Demonstrar e fortalecer a sustentabilidade da administração (gerenciamento) das comunidades para o reconhecimento de forma comercial de PFM na Chapada do Araripe (8 unidades demonstrativas).</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Foram elaborados os Planos de Econegocio do Pequi e Babaçu com a CONAB. Outras iniciativas foram desenvolvidas com a criação da BODEGA da Caatinga que incluem outras 18 experiências e especificamente as da comunidades de "Conceição das Crioulas", Mestre Noza e Coopeart, na bio região do Araripe
<p>1.5 Definir metodologias sustentáveis e taxas de extração para casca de angico para as indústrias de curtição (que utilizam tanino) na área prioritária do Cariri Paraibano.(5 Unidades demonstrativas).</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Foi finalizando a pesquisa definido uma metodologia sustentável para extração da casca do Angico. Encontra-se em implementação as Unidades Demonstrativas para os trabalhos de difusão do manejo sustentável do Angico.
<p>1.6. Definir e divulgar os métodos de extração sustentável de PFM : Pequi, Fava D´anta, Umbu, Babaçu.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A metodologia foi definida e divulgadas dentro das comunidades que colaboram com o projeto. Está sendo elaborado publicações com as diretrizes para um processo de capacitação com outras comunidades.

RESULTADO 2: Técnicas e práticas para aumentar a eficiência da transformação da madeira demonstradas e adotadas pelas indústrias de carvão vegetal, Cerâmicas (tijolos, telhas) e gesso Em quatro Áreas Prioritárias com o objetivo de reduzir emissões de carbono e de aumentar a sustentabilidade da matriz energética regional

ATIVIDADES	Desenvolvimento das Ações
<p>1.1 Demonstrar e disseminar o uso da eficiência energética nos fornos de carvão na área prioritária do Sudoeste Baiano. Isto envolverá reuniões com os produtores de carvão vegetal, ajustando-se a 8 fornos demonstrativos de eficiência energéticas, treinando produtores de carvão no seu uso e organizando visitas de estudo pra os produtores na área prioritária</p>	<ul style="list-style-type: none"> Foram testados 2 tipos de fornos com melhoria tecnológica para o processo de carvoejamento. Os fornos vem sendo implantados em diversas Unidades Demonstrativas em outras AP. para a AP Sudoeste baiano o Subprojeto está sendo elaborado junto ao Governo da Bahia.
<p>2.2 Avaliar e demonstrar técnicas para aumentar a eficiência energética da lenha nas indústrias de gesso na AP de Araripe. Isto incluirá o estudo para o aumento da eficiência nos fornos e no manejo da lenha para reduzir o consumo de lenha e a emissão de gás carbono, encontros com associações industriais para selecionar indústrias onde os desenhos e técnicas finais dos fornos serão implementadas, treinando os operários destas industrias, monitorando a eficiência sobre o tempo e organizando um seminário para disseminar os resultados dentro da Área Prioritária.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Foi realizado um estudo com o Centro de Produção industrial sustentável – CEPIS do SEBRAE, que aponta as melhoras tecnológicas para eficiência energética do setor gesso. Atualmente o trabalho esta focado na sustentabilidade das ações e vem sendo realizado pelo Subprojeto Araripe com o objetivo de se tornar uma lição aprendida que seja replicável ao resto da Caatinga.
<p>2.3 Demonstrar e disseminar técnicas para o aumento da eficiência na queima de lenha nas industrias Cerâmicas, de tijolo no Cariri Paraibano e de Telha no Seridó. Este também incluirá o mesmo conjunto de sub-atividades da atividade 2.2 (Seleção, montando demonstrações, monitorando e disseminando)</p>	<ul style="list-style-type: none"> Foi realizado um estudo com o Centro de Produção industrial sustentável – CEPIS do SEBRAE, que aponta as melhoras tecnológicas para eficiência energética do setor cerâmico em 5 empresas do Seridó. Está sendo elaborado com o IBAMA e o SEBRAE o Subprojeto do Seridó, visando a sustentabilidade do setor cerâmico.
<p>2.4 Empreender um estudo setorial para determinar a atual demanda de biomassa florestal como recurso energético e identificar possíveis alternativas de recursos energéticos que aumentem a sustentabilidade da matriz energética no NE e reduza a pressão sobre a mata nativa.</p>	<ul style="list-style-type: none"> O Subprojeto de Fortalecimento Institucional visando dar apoio ao processo de descentralização da gestão florestal no Nordeste, que está sendo implementado tem em suas ações um estudo da sócioeconomia dos estados, para subsidiar as ações para a gestão ambiental. O Subprojeto é implementado com apoio do CORENE/IBAMA e da ABEMA.

RESULTADO 3: Três corredores ecológicos com um mosaico de áreas protegidas de diferentes categorias e usos da terra sustentáveis, criados como uma estratégia de conservação da biodiversidade no nível da paisagem:

- Corredor Peruaçu Jaíba em Minas Gerais;
- Corredor Xingó no sertão de Alagoas, Bahia Sergipe;
- Corredor Serra da Capivara/ Serra das Confusões no Piauí.

ATIVIDADES	Desenvolvimento das Ações
<p>3.1 Estabelecer um corredor ecológico na AP (Sertão de Alagoas, Bahia, Sergipe-Xingo em "risco de desertificação moderado e media oferta e demanda") para o fortalecimento de operações de duas Unidades de Conservação, promovendo o estabelecimento de reservas legais e implementando silvicultura e pratica silvo pastoris sustentáveis em 6 áreas piloto em localizações estratégicas ao longo do corredor.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • O Projeto vem de forma articulada com a SDS/MMA implantando pequenos projetos demonstrativos de manejo sustentável de uso múltiplo nas comunidades indígenas, e tradicionais. As carteiras Indígenas, do GESTAR e do Agroextrativismos já estão operando na região de Xingo, de forma a potencializar ações de manejo de paisagem para um corredor ecológico. • O projeto vem participando com suas Agências Implementadoras e com o gov. da Bahia das ações para fortalecer a gestão das U.C na região e para criação de um Parque Nacional. • Foi elaborado e aprovada uma proposta com projetos de manejo de uso múltiplo para serem financiadas pelo PAC. A proposta foi articulada pela SDS/MMA com a CODEVASF.
<p>3.2 Estabelecer um corredor ecológico na AP (Peruaçu, Jaiba) em "Risco de desertificação moderado, alta oferta e muita alta demanda" para otimizar e harmonizar a abordagem do manejo em 9 Unidades de Conservação existentes de categorias e jurisdições institucionais diferentes para prover aumento da conservação ao nível de paisagem e plantios para usos múltiplos (forragem, estacas e arvores produtores de madeira) em áreas perto de projetos de irrigação.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • O projeto vem articulando com o IEF para elaborar um plano de trabalho para fortalecer a gestão das U.C.. • Foi elaborado e aprovada uma proposta com projetos de manejo de uso múltiplo para serem financiadas pelo PAC. A proposta foi articulada pela SDS/MMA com a CODEVASF. • Vem sendo discutido com a CODEVASF a implantação do conceito de manejo de paisagem em projetos pilotos de irrigação na AP – Peruaçu Jaiba.
<p>3.3. Estabelecer um corredor ecológico na AP da Serra da Capivara/ Confusões em "Risco de desertificação moderado, oferta meia e baixa demanda" para aumentar a participação comunitária na conservação do ecossistema, apoiando a participação no manejo de "zona de amortecimento" de 2 parques nacionais existentes (Cativara e Confusões); para estabelecer 10 áreas de múltiplas propostas de manejo florestal sustentável como sustentos alternativos para reduzir a pressão da caça, e para empreender estudos e construir consciências para aumentar o entendimento das comunidades sobre o papel dos Produtos e Serviços não comerciais da Caatinga na redução das despesas familiares e comunitárias.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Foi elaborado o Subprojeto Capivara com o IBAMA. Para implantação de manejo de uso múltiplo no Corredor ecológico. Estão sendo realizados trabalhos para implantação das RL nas comunidades e identificação das áreas pilotos para UD de manejo sustentável de uso múltiplo.
<p>3.4 Avaliar o rol dos Corredores Ecológicos na proteção da integridade dos ecossistemas no Bioma Caatinga baseado nas atividades 3.1 a 3.3 e lições aprendidas desde outras áreas do semi-árido de todo o mundo; Discussão da adoção desta categoria de manejo ao nível de bioma como ferramenta para consolidar a Reserva da Biosfera Caatinga.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Está sendo elaborado um estudo específico apontando as principais estratégias e diretrizes para a Conservação na Caatinga. • Foi realizado um estudo específico delimitando e quantificando as áreas potenciais para criação de UC, nas Áreas Prioritárias para Conservação Uso Sustentável e Reparação de Benefícios na Caatinga.
<p>3.5 Desenvolver e implementar um programa para disseminar os mecanismos para estabelecer reservas privadas e os benefícios que</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Está sendo elaborado um estudo específico apontando as principais estratégias e di-

estas podem trazer para os proprietários da terra, focando principalmente nos três corredores a serem estabelecidos neste projeto, organizando discussões ao nível de Bioma sobre uso das Reservas Privadas como ferramenta para consolidar a Reserva da Biosfera Caatinga.

retrizes para a Conservação na Caatinga.

RESULTADO 4: Incentivos para a o manejo integrado de ecossistemas criados e testados no nível de biomas

ATIVIDADES	REALIZADO ATÉ 20 DE JANEIRO	PENDENCIAS
<p>4.1: Fortalecimento do Fundo Nacional de Meio ambiente como ferramenta para a replicação de experiências de sucesso de manejo integrado de ecossistemas facilitando a incorporação das opções de manejo identificadas, testadas e disseminadas através dos resultados 1, 2 e 3 dentro do critério do processo de seleção do fundo e construindo capacidades nas Áreas Prioritárias para a aplicação desses fundos. Recursos canalizados para a Caatinga serão aumentados e dado suporte para o desenvolvimento de, pelo menos, 6 propostas na Fase 1 para projetos que adotaram técnicas demonstradas nos resultados 1 a 3.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Um diagnóstico sobre funcionamento do FNMA foi elaborado pela ESQUEL em parceria com diversas instituições da ASA, apresentando uma análise e proposições para um programa de fomento voltado para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade na Caatinga. 	
<p>4.2 Criar uma linha de credito com procedimentos de acesso simplificado, critérios de avaliação que incluam as técnicas florestais sustentáveis para produtos madeireiros e não madeireiros desenvolvidas no resultado 1 e com tabela de pagamentos e juros que sejam apropriados para o acesso integrado, o qual devera envolver menores margens de lucro e longos ciclos. Isto será inicialmente desenvolvido usando os procedimentos do BNE e as linhas de credito existentes para desenvolver novos sistemas de credito a nível piloto que serão avaliados e será desenvolvida uma proposta para um sistema mais extensivo até o final da fase 1.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Foi realizado um estudo para análise dos diversos mecanismos de credito existentes em especial os do BNB. Atualmente está sendo articulado com o BB e o BNB e Bancos privados investimentos para linhas de credito simplificadas para: manejo sustentável dos recursos florestais , implementação de modificações para eficiência energética nas indústrias de gesso e cerâmica, viabilização de unidades de beneficiamento para as comunidades. 	
<p>4.3: Desenvolver incentivos fiscais que aumentem a adoção de abordagens integradas para o manejo da Caatinga. Isto incluirá a exploração do uso de recursos da taxa de reflorestamento na implementação das técnicas de manejo sustentável ou criando uma nova unidade de conservação para aumentar a conservação ao nível de paisagem; apoiando os Estados para adotar o imposto ecológico ICMS; E empreendendo um estudo para identificar outros possíveis incentivos fiscais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Foi dado apoio na elaboração do ICMS ecológico do CE e com os recursos da reposição florestal foi criada a FLONA Negreiros na AP do Araripe, buscando alternativas de investimento para a Caatinga. 	
<p>4.4 Desenvolver esquemas de certificação para agricultores que usem Madeira vinda de programas de manejo sustentável , por normas de certificação bem-ajustadas existentes e regulamentos para condições no semi-árido,</p>	<ul style="list-style-type: none"> Foi elaborado um estudo apontando os produtos com potencial para o processo de certificação. Atualmente estão sendo analisadas as alternativas para a certificação principalmente para os produtos da BODEGA da 	

com disseminação disto para aquelas empresas registradas para prover certificação e informando produtores rurais sobre os benefícios destes certificados por meio de programas de radio, reuniões e material gráfico Desenhar, testar e divulgar um selo de qualidade para produtos florestais que diferencie os produtos vindos de manejo sustentável.

CAATINGA.

RESULTADO 5: Capacidade multi-setorial desenvolvida para o manejo integrado de ecossistemas.

ATIVIDADES	Desenvolvimento das Ações
<p>5.1. Remover as barreiras principais que atualmente impedem a efetiva aplicação da legislação regulando o uso dos recursos florestais, desenvolvendo um registro de consumidores de produtos florestais (industrias, padarias etc), empreendendo um programa de capacitação para técnicos dos governos responsáveis pelo controle florestal e implementando uma campanha de conscientização para produtores rurais sobre a legislação existente._</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Foram realizados vários fóruns para discutir aspectos voltados para a legislação florestal na Caatinga. Atualmente pelo Subprojeto Fortalecimento Institucional está sendo feita uma análise de toda legislação florestal na Caatinga visando uma harmonização entre as normas federais e estaduais. • Vem sendo realizado um amplo programa de capacitação em diferentes níveis na Caatinga para difundir a legislação ambiental e suas conseqüências.
<p>5.2. Facilitar o processo de descentralização da gerencia meio ambiental ao nível de estado, (e assim incrementando a propriedade de políticas e regulamentos) provendo apoio para o desenvolvimento de normas sobre Leis Florestais Estatais em 6 Estados da Caatinga que ainda tem que completar este requisito para a transferência das responsabilidades sob o Pacto Federal (Pernambuco, Rio Grande do Norte, Piauí, Paraíba, Alagoas e Sergipe).</p>	<ul style="list-style-type: none"> • O subprojeto Fortalecimento Institucional irá apresentar as principais diretrizes para o processo de descentralização, quanto aos instrumentos econômicos, normativos e institucionais para cada Estado da Região nordeste.
<ul style="list-style-type: none"> • 5.3. Facilitar o intercambio de lições aprendidas e consolidar a coordenação entre os parceiros envolvidos no manejo de recursos naturais nas 8 áreas prioritárias criando um Fórum Regional sobre Recursos Naturais da Caatinga com a participação de ONG's, sociedade Civil e organizações Federais, Estatais e Municipais e fazer o Fórum operacional por meio da criação e manutenção de um programa de boletim eletrônico para a disseminação das suas noticias e seus eventos incluindo visitas aos Projetos (Unidades) Demonstrativas. 	<ul style="list-style-type: none"> • O projeto vem articulando e participando de ações com o Núcleo do Bioma Caatinga do MMA, visando fortalecer seu papel de articulador das iniciativas para o bioma no MMA. Dentre essas iniciativas foi criado por portaria ministerial o GT Caatinga, visando definir as áreas Prioritárias para Conservação , Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade. GT é uma legitima representação do bioma com 23 representantes. O Projeto interage com o GT em seu processo de monitoramento e avaliação e tem uma ação de capacitação voltado para o o GT. • O Projeto apoiou a formação dos Comitês Estaduais da Reserva da Biosfera da Caatinga para facilitar o processo de intercâmbio.
<p>5.4. Desenvolver e implementar uma campanha de conscientização publica em todo o bioma usando uma gama de mídias para elevar o entendimento sobre o role que a vegetação da Caatinga joga no manutenção dos serviços ecológicos que são vitais para os ciclos produtivos e sustentabilidade das populações humanas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Foi estruturado um Comitê Editorial no Projeto para coordenar o processo de difusão por meio de publicações de diferentes perfis, várias publicações foram realizadas. • O Projeto vem realizando diferentes eventos com a Rede de Manejo da Caatinga para apresentar os principais resultados dos seus estudos voltados para o uso sustentável da biodiversidade como instrumento de conservação .

<p>5.5. Implementar um programa de <u>Capacitação</u> para tomadores de decisão, planejadores e pessoal técnico sobre a importância da abordagem de manejo integrado de ecossistemas na manutenção da integridade do ecossistema Caatinga e seus serviços ecológicos, e sobre o rol que o manejo silvicultural sustentável joga nesta abordagem integrada e no abastecimento de sustento sustentável em diferentes cenários sócio ambientais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • O Projeto vem realizando um programa de capacitação implementado para funcionários, técnicos, planejadores e tomadores de decisão de Estados e Municípios nas Áreas Prioritárias, voltados para: • alternativas florestais & serviços ecológicos no semi-árido. • produção de bens madeireiros de valor agregado • práticas de manejo florestal sustentável; • manejo integrado de ecossistemas; • alternativas integradas agro-silvo-pastoris com finalidade de redução do desmatamento. • Técnicas de eficiência energética.
<p>5.6. Implementar um programa de <u>capacitação</u> para produtores rurais sobre manejo silvicultural sustentável, alternativas de produtos madeireiros e não madeireiros com valor agregado e sobre o estabelecimento e gerenciamento de associações para produtores destes produtos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • O Projeto vem realizando um programa de capacitação para produtores rurais PR meio de seus parceiros. O processo de capacitação está voltado para difusão dos principais sistemas de manejo sustentável da Caatinga.
<p>5.7 Incorporar <u>experiências bem sucedidas e lições aprendidas</u> nas opções de manejo integrado para diferentes cenários sócio ambientais dentro dos Planos de Desenvolvimento Regional para as áreas do Seridó, Rio Grande do Norte e Pernambuco, incluindo reuniões com instituições regionais e conselhos municipais, Seminários com todos os responsáveis pela implementação do Plano, e assistência para o desenvolvimento de projetos para implementação com novos critérios de planos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • O Projeto elaborou o Plano de Desenvolvimento Florestal Sustentável da Bacia do Parnaíba – Componente Uso Sustentável do PLANAP/CODEVASF, incorporando as boas praticas de manejo sustentável da Caatinga , como instrumento para conservação. • O Projeto participou da elaboração do Estudo do Pólo Gesseiro de Pernambuco. Diagnóstico e perspectivas de utilização dos energéticos florestais na região do Araripe , incorporando as boas praticas para o Manejo Florestal Sustentável da Caatinga. • Atualmente está em fase de elaboração o Plano de Desenvolvimento do Seridó.
<p>RESULTADO 6 Base de conhecimento desenvolvida para estimular a adoção do manejo integrado de ecossistemas da Caatinga no nível de bioma e para definir os benefícios nacionais e globais que podem ser derivados disso.</p>	
<p style="text-align: center;">ATIVIDADES</p>	<p style="text-align: center;">Desenvolvimento das Ações</p>
<p>6.1. Completar as lacunas de informação que são críticas para o planejamento e simplificação do manejo de ecossistemas ao nível de bioma e para a maximização dos resultados da Fase 1 do projeto e expandindo práticas para incluir um maior elenco de parâmetros e alternativas ambientais. As Áreas principais nas quais as bases de conhecimento deverão ser desenvolvidas sob esta atividade são: mapeamento do uso da terra (agricultura, cobertura florestal, e áreas degradadas, reflorestadas, de pasto, e irrigadas) envolvendo a pesquisa detalhada do mapeamento a escala de 1:100.000 e incorporando isto a GIS; Inventários florestais incluindo as espécies fundamentais (Keystone) e características da biodiversidade em 5 estados para os quais não existem inventários e nos que o levantamento de dados e classificações para esta cobertura sob projetos do PNUD/FAO; Consumo de produtos florestais ao longo do Bioma, registro de levantamento de dados e empreendimentos estimados no principio dos anos 90 para determinar tendências e identificar setores e áreas críticas; Estudos de Mercado para produtos florestais madeireiros e não madeireiros; Comercio viável de PFMN realizando inventários de</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A Rede de Manejo Florestal da Caatinga e a Rede de Sementes Florestais da Caatinga formadas por diversas instituições de ensino, pesquisa e fomento vêm realizando os estudos necessários para complementação das diversas lacunas de conhecimento. • A APNE Agencia Implementadora do Projeto realizou diversos com apoio do MMA os estudos para atualização da cobertura florestal do bioma Caatinga e vem desenvolvendo o Banco de Dados da Caatinga, articulado com diversas instituições de pesquisa e fomenot na região. • O Projeto capacitou equipes técnicas estaduais para realização de estudos de consumo de produtos florestais nos Estados de Sergipe e Paraíba. • Foi elaborado um estudo sobre os PFMN, identificando formas de coleta beneficiamento e comercialização.

espécies com potencial para processamento e comercialização.	
6.2. Desenhar e estabelecer um sistema de monitoramento usando métodos sob os quais tem sido alcançado o consenso para medir com precisão os benefícios nacionais e globais derivados da implantação das opções de manejo integrado na Fase 1 e na extrapolação para o nível de Bioma sob replicação em diferentes cenários e fases do projeto.	<ul style="list-style-type: none"> • O Projeto elaborou o SIG, Sistema de Informações Gerencial, como instrumento para seu processo de monitoramento e avaliação.
6.3. Estabelecer e por em funcionamento um Centro de Referencia para o Uso Sustentável dos Recursos Naturais da Caatinga, construindo e expandindo o sucesso do Centro de Informação de Plantas do Nordeste. Isto incluirá desenvolvimento de um sistema eficiente de coleta, ordenamento, armazenamento e disseminação de informação sobre experiências bem sucedidas desenvolvidas a traves destes projetos e em outras áreas do semi árido do mundo e assegurando que isto facilite a implementação de abordagens sobre ecossistema integrado e habilite o manejo adaptado para ser adotado no planejamento e implementação do projeto atual, suas futuras fases e nos programas de desenvolvimento em geral na Caatinga.	<ul style="list-style-type: none"> • O Projeto por meio da APNE vem estruturando um banco de dados para apoiar um Centro de Referencia para o Bioma. Com a efetivação do Programa de Revitalização do São Francisco foi implantado um Centro na UNIVASF, e com a criação do Instituto do Semi-árido - ISA vem sendo estudado também a definição de um Centro de referência. Assim nesse momento o Projeto continua em seu processo de fortalecimento do Banco de Dados da Caatinga, que poderá migrar e interagir com diferentes ambientes inclusive a Plataforma Ambiental do MMA.

Ação 2272- Gestão e Administração do Programa

Dados Gerais:

Tipo (Orçamentária ou Não-Orçamentária)	Orçamentária
Finalidade	Promover a gestão sustentável de florestas para produção de bens e serviços.
Descrição	Implementação de procedimentos técnicos e administrativos visando o uso sustentável dos recursos florestais, viabilizando áreas para produção de bens e serviços ambientais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério do Meio Ambiente
Unidades executoras	Secretaria de Biodiversidade e Florestas
Áreas responsáveis pelo gerenciamento ou execução	Departamento de Florestas- MMA
Coordenador nacional da ação	Leonel Graça Generoso Pereira
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso) – coordenador de ação por localizador	

Resultados:

As principais despesas foram de R\$ 111.693,28 para pagamento de locação de mão-de-obra; R\$ 106.742,96 em indenizações e restituições e R\$ 109.102,77 em diárias, passagens e despesas com locomoção.

Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso	Responsáveis
Essa ação deveria ser responsável também pelos gastos com pessoal temporário, a fim de que as ações finalísticas pudessem ter os seus recursos alocados de conformidade com as metas estabelecidas para a cada uma delas.	Gerente Executivo do PNF.

Metas e resultados da ação durante o exercício de 2007:

Metas Previstas		Metas Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
-	380.253,00	-	256.856,00

Ação 4641- Publicidade de Utilidade Pública

Dados gerais:

Tipo (Orçamentária ou Não-Orçamentária)	Orçamentária
Finalidade	Informar, orientar, avisar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais reais, visando melhorar a sua qualidade de vida.
Descrição	Coordenação, supervisão e classificação das informações de interesse do governo a serem veiculadas, bem como a contratação de realização de pesquisas de opinião, campanhas e ações publicitárias das ações governamentais, voltadas para a publicidade de utilidade pública.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério do Meio Ambiente
Unidades executoras	Secretaria de Biodiversidade e Florestas
Áreas responsáveis pelo gerenciamento ou execução	Departamento de Florestas
Coordenador nacional da ação	Leonel Graça Generoso Pereira

Resultados:

Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso	Responsáveis
Os recursos não foram utilizados. Entretanto, em planejamento do DFLORE foi reforçada a necessidade de ampliar o acesso à informação de qualidade sobre conservação, uso sustentável e repartição de benefício da biodiversidade. Para 2008, foi planejado contratar especialista para elaborar Plano de Comunicação do PNF/DFLORE.	DFLORE

Metas e resultados da ação durante o exercício de 2007:

Metas Previstas		Metas Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
-	108.000,00	-	-

Ação 6682- Recomposição Florestal de Matas Ciliares

Dados gerais:

Tipo (Orçamentária ou Não -Orçamentária)	Orçamentária
Finalidade	Recuperar matas ciliares para a proteção das nascentes e olhos d' água.
Descrição	Plantio ou regeneração natural da vegetação protetora das nascentes
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério do Meio Ambiente
Unidades executoras	Secretaria de Biodiversidade e Florestas
Áreas responsáveis pelo gerenciamento ou execução	Departamento de Florestas
Coordenador nacional da ação	Leonel Graça Generoso Pereira

Resultados:

Houve transferência de recursos financeiros para o Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA), em razão de parceria entre Departamento de Florestas e FNMA na elaboração de editais, seleção e acompanhamento de projetos. Foram repassados recursos para atender a demanda do edital Recuperação e proteção das nascentes e áreas que margeiam os corpos d'água. O Edital FNMA 02/2005 foi composto por duas chamadas (chamada I - "Recuperação e proteção de nascentes e áreas que margeiam corpos d'água, adequação ambiental e avaliação qualitativa e quantitativa das águas"; Chamada II - Recuperação e proteção de nascentes e áreas que margeiam corpos d'água"). Prazo de execução da chamada I foi de 30 meses e da chamada II, 24 meses. O objetivo geral das chamadas foi apoiar projetos destinados à recuperação e à proteção de nascentes e áreas que margeiam os corpos d'água, com o envolvimento institucional por bacia, sub-bacia ou microbacia, em cada região hidrográfica brasileira, por meio da participação da sociedade na efetiva sustentabilidade dos recursos hídricos. No âmbito desse edital, foram conveniados 36 projetos para as duas chamadas. As atividades referentes a esse edital ainda estão em execução.

Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso	Responsáveis
<p>Parte dos recursos destinado ao projeto no âmbito do Edital Recuperação e proteção das nascentes e áreas que margeiam os corpos d'água estão classificados em resto a pagar.</p> <p>Para melhorar o nível de execução dos projetos, é padrão do FNMA promover um curso de capacitação de executores dos projetos conveniados. Nesse curso, entre outros temas, é repassado a forma de prestação de contas e do desenvolvimento do plano de trabalho, bem como os fatores limitantes de repasse de recursos.</p> <p>Os projetos são monitorados por técnicos do FNMA e do DFLOR, por meio de monitorias físicas e de prestações de contas, parcial e final, as quais têm caráter técnico e financeiro. As análises realizadas geram recomendações que são repassadas aos executores para a correta execução do projeto.</p> <p>Além disso, tem sido realizado intercâmbio com as instituições conveniadas para nivelamento de conhecimento e troca de informações para solucionar os problemas diagnosticados em nível local.</p> <p>Essa ação deveria ser executada em articulação com as demais ações fins do programa. Seria necessário por exemplo, incluir nos Programas Estaduais de Florestas, atividades de capacitação e conscientização de produtores rurais para a conservação ou proteção das nascentes</p>	DFLOR e FNMA

existentes em sua propriedade. Da mesma forma, essa ação poderia ser incluída nos treinamentos de capacitação e treinamento, assistência técnica, manejo florestal, etc.

Metas e resultados da ação durante o exercício de 2007:

Metas Previstas		Metas Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
900 hectares	288.000,00	450 hectares	188.000,00

Ação 6454- Recuperação de Ecossistemas e Áreas Degradadas

Dados gerais:

Tipo (Orçamentária ou Não-Orçamentária)	Orçamentária
Finalidade	Promover a recomposição de Área de Preservação Permanente e Reserva Legal (Tal como consta do Código Florestal), com enfoque em propriedades rurais. Implementar ações para o controle e recuperação das áreas degradadas nos biomas decorrentes das atividades antrópicas impróprias e/ou ilegais.
Descrição	Disponibilização de insumos e serviços necessários à recuperação de APPs e Reserva Legal. Criação e implantação do Projeto "Bolsa Floresta" para apoiar os pequenos produtores rurais na recuperação de Áreas de Preservação Permanente.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério do Meio Ambiente
Unidades executoras	Secretaria de Biodiversidade e Florestas
Áreas responsáveis pelo gerenciamento ou execução	Departamento de Florestas
Coordenador nacional da ação	Leonel Graça Generoso Pereira

Resultados:

Houve parceria com a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), mediante destaque orçamentário desta instituição para Recuperação da Cobertura Vegetal do Programa de Revitalização da Bacia do São Francisco. Essa parceria está incluída no âmbito da ação Recuperação de Ecossistemas e Áreas Degradadas (6454). É desenvolvida em parceria com a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), Secretaria de Recursos Hídricos e Programa de Revitalização do São Francisco. No contexto da recuperação, foi elaborado o Plano de Ação Estratégica (PAE-SF) que norteia as atividades de mobilização de produtores e de articulação institucional. Apesar das dificuldades operacionais havidas em função da reestruturação do MMA, as parcerias firmadas com a CODEVASF, com vistas a superar as expectativas de resultados previstos pelo plano, foram fundamentais. Dessa forma, durante o ano de 2007, foram criados três Centros de Referência (CR-ad): Arcos/MG; Paracatu/MG; e Petrolina/PE. Também foi aprovada a criação do CR-ad do Baixo São Francisco, que terá duas sub-sedes: uma em Arapiraca/AL e outra em Própria/SE. Para o funcionamento desses centros, foram firmadas parcerias com cinco universidades: Universidade Federal de Lavras (UFLA); Universidade de Brasília (UnB); Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), Universidade Federal de Alagoas

(UFAL) e Universidade Federal de Sergipe (UFS).

Para subsidiar as atividades dos CR-ad's e consolidar informações para recuperação de áreas degradadas, o PNF promoveu as seguintes atividades:

- o estudo fitossociológico para as sub-bacias do rio São Francisco, situadas no Estado da Bahia;
- a elaboração dos cursos de capacitação de produtores rurais da região médio SF (norte de Minas Gerais);
- implantação do modelo operacional de recuperação de áreas de degradadas de pequenas e média propriedades da região do Alto São Francisco;
- a implantação do Plano de Desenvolvimento Florestal Integrado (PDFI);
- Estudos da "Caracterização das Proximidades das Áreas de Preservação Permanente (APP's) dos Principais Cursos D'água da Bacia do São Francisco" e "Levantamento dos Projetos Florestais da Bacia Hidrográfica do São Francisco (BHSF)".
- mapa temático de localização das principais intervenções florestais realizadas nas sub-regiões da BHSF;
- edição de CD-rom e DVD com a "Coletânea de Dados Técnicos de Recuperação de Áreas Degradadas" que reúne projetos e publicações, não só da bacia do São Francisco, como de outras regiões do país.
- Transferiu-se para a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), no âmbito do projeto UTF/BRA/062/BRA o valor de R\$ 23.671,00 (vinte e três mil, seiscentos e setenta e um reais).

Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso	Responsáveis
Dada a sua importância, essa ação poderia ser contemplada no âmbito administrativo do Departamento de Florestas com uma gerência. Ela também deveria permear as demais ações fins do programa por se tratar de atividades de recomposição de cenários ou de recuperação de áreas de florestas degradadas como Área de Preservação Permanente e Reserva Legal e outras categorias. Essa ação pode compor programas ou projetos de assistência técnica, capacitação e treinamento, dentro outras.	Dirigentes do MMA

Metas e resultados da ação durante o exercício de 2007:

Metas Previstas		Metas Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
6.875,00 hectares	2.250.000,00	1.500,00 hectares	900.594,00

2 – Desempenho operacional

Descrição e utilidade do indicador 1	Área de Florestas Plantadas
Utilidade	Medição de área
Tipo de indicador (eficácia, eficiência ou efetividade)	Eficácia
Fórmula de cálculo	Somatório das áreas florestais plantadas em projetos empresariais e não empresariais.
Método de medição	Em hectares
Área responsável pelo cálculo e/ou medição:	Departamento de Florestas – DFLOR/SBF
Resultado do indicador no exercício	650.000 ha (estimativa parcial)
Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador	<p>Foi descentralizado recursos para Assistência Técnica Florestal aos produtores rurais. A oferta de assistência técnica é realizada, em parceria com o Fundo Nacional do Meio Ambiente - FNMA, por meio de projetos aprovados via Editais para os biomas Mata Atlântica, Caatinga, Cerrado e Amazônia. Tais projetos têm estimulado o plantio de espécies arbóreas madeireiras e não-madeireiras (silvicultura) como forma de diversificação da renda na propriedade rural e cumprimento da legislação ambiental (adequação ambiental). Esses projetos também são fundamentais para divulgar as linhas de crédito para atividades florestais, disponíveis nos bancos, bem como para garantir projetos com viabilidade técnica e expansão da área plantada nas pequenas propriedades.</p> <p>Porém o sucesso dos editais esbarra na inadimplência das instituições selecionadas, tanto para conveniar, quanto para transferência de recursos. Outro fator relacionado é a falta de tradição das instituições em trabalhar com o tema.</p>
Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis	Tem sido realizado intercâmbio com as instituições conveniadas para nivelamento de conhecimento e troca de informações para solucionar os problemas diagnosticados em nível local.

Descrição e utilidade do indicador 2	Área de Florestas Naturais Manejadas para a Produção Sustentável
Utilidade	Medição de área
Tipo de indicador (eficácia, eficiência ou efetividade)	Efetividade
Fórmula de cálculo	Soma das áreas de projetos de manejo florestal madeireiro + soma de área de projetos de manejo não madeireiros, considerados aptos pelos órgãos

	competentes, conforme a Resolução CONAMA Nº 379/2006.
Método de medição	Em hectares
Área responsável pelo cálculo	Departamento de Florestas – DFLOR/SBF
Resultado do indicador no exercício	5.400,470
Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador	Em 2007, foram lançados editais para elaborar os Planos de Manejo de quatro Florestas Nacionais (Flona): Amanã, Crepori, Jamari e Trairão. A seleção foi por meio de licitação e os ganhadores estão na fase de execução de estudos, que gerarão os seguintes produtos: 1) plano de ação; 2) mapas e base de dados georreferenciados; 3) estudos de: Inventário Florestal; Levantamento Faunístico; Base Cartográfica e Mapas Temáticos; Levantamento Socioeconômico e Relação de Grupos de Interesse, e 4) Documentos e Mapas com Zoneamento da Flona e Documentos com Programas de Manejo e Regras de Uso. O tempo estimado pelo edital para executar os trabalhos é de 06 (seis) meses a partir data da assinatura do contrato.
Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis	Embora esses gastos foram realizados em 2007, os estudos permitirão a concessão de uso de Floresta Nacional, prevista pela Lei 11.284/06, e possibilitará a ampliação da área de manejo no Brasil.

Descrição e utilidade do indicador 3	Área de Florestas Protegidas com Alto Valor para Conservação
Utilidade	Medição de área
Tipo de indicador (eficácia, eficiência ou efetividade)	Eficiência
Fórmula de cálculo	Somatório das áreas de reserva legal e de áreas de preservação permanente em projetos de manejo florestal. Para efeito deste planejamento consideramos 20% da área manejada (indicador 2). Obs: os valores serão estimados (%) para os planos de manejo não certificados, para os projetos certificados utilizaremos dados reais.
Método de medição	Em hectares
Área responsável pelo cálculo	Departamento de Florestas – DFLOR/SBF
Resultado do indicador no exercício-	-
Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador	Após 2006 as informações sobre autorizações de manejo florestal estão descentralizadas aos estados. Em relação à estimativa da área manejada, de acordo com a Resolução

	<p>CONAMA Nº 379/2006, a qual cria e regulamenta sistema de dados e informações sobre a gestão florestal no âmbito do Sistema Nacional do Meio Ambiente-SISNAMA, determina em seu artigo 1º:</p> <p><i>“Os órgãos integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente-SISNAMA disponibilizarão na Rede Mundial de Computadores - INTERNET as informações sobre a gestão florestal, no prazo máximo de cento e oitenta dias, observadas as normas florestais vigentes”</i></p> <p>Apesar da Resolução Nº 376/2006, as informações sobre a área manejada, de responsabilidade dos estados, não estão disponíveis de forma consolidada., na internet</p>
Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis	Deverá ser elaboradas políticas para estimular a difusão e consolidação das informações.

Descrição e utilidade do indicador 4	Áreas Degradadas que foram Recuperadas
Utilidade	Medição de área
Tipo de indicador (eficácia, eficiência ou efetividade)	Eficiência
Fórmula de cálculo	Somatório das áreas de projetos financiados para a recuperação de áreas degradadas + somatório das áreas recuperadas em projetos não financiados ¹ .
Método de medição	Em hectares
Área responsável pelo cálculo	Departamento de Florestas – DFLOR/SBF
Resultado do indicador no exercício	1500
Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador	<p>Em sentido amplo, as atividades de assistência técnica, cursos de capacitação em temas florestais/ambientais contribuem para o indicador. Em termos mais específicos, os projetos apoiados pelo Edital FNMA 02/2005 “Recuperação e proteção das nascentes e áreas que margeiam os corpos d’água” promovem a recuperação de áreas degradadas.</p> <p>O edital ainda não alcançou o resultados esperados em razão de inadimplência das instituições selecionadas, tanto para conveniar, quanto para transferência de recursos. Outro fator relacionado é a incompatibilidade de prazo do projeto com o tempo mínimo necessário à recuperação dos ambientes</p>

Descrição e utilidade do indicador 4	Áreas Degradadas que foram Recuperadas
	degradados.
Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis	Será realizado, em data a ser definida, intercâmbio com as instituições selecionadas pelo Edital.

Programa do Programa 0499 – Áreas Protegidas do Brasil

Objetivos – O Programa tem como objetivo expandir e consolidar o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e outras áreas protegidas, visando a proteção da biodiversidade brasileira e a justa repartição dos benefícios decorrentes.

Dados gerais:

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral (conforme cadastro de ações do PPA)	Expandir e consolidar o sistema nacional de unidades de conservação e outras áreas protegidas, visando a proteção da biodiversidade brasileira e a justa repartição dos benefícios decorrentes.
Objetivo Específico	Promover a gestão integrada do território na perspectiva do desenvolvimento sustentável, considerando as diversidades regionais, biomas, bacias hidrográficas e regiões geoeconômicas, aprimorando os instrumentos e mecanismos de planejamento, gestão e resolução de conflitos, orientados pela participação democrática e com controle social.
Gerente do programa	Maria Cecília Wey de Brito
Gerente executivo	Maurício Mercadante Alves Coutinho
Indicadores ou parâmetros utilizados	Taxas de Proteção Integral e Uso Sustentável dos Biomas
Público-alvo (beneficiários)	População residente nas áreas de conservação e entorno, populações tradicionais e indígenas, pesquisadores, visitantes e usuários de unidades de conservação

Ações do Programa:

Ações	Justificativa
Ação 0884 – Apoio à Criação e Gestão de Unidades de Conservação	Esta ação visa apoiar iniciativas de criação e gestão de unidades de conservação, assim como o apoio a ações de conservação e uso sustentável do entorno de UC, associado a geração de emprego e renda para as populações locais.

Ação 0B84 - Apoio à Capacitação para a Gestão de Áreas Protegidas	Esta ação visa promover a melhoria da gestão das áreas protegidas por meio de cursos de capacitação dos gerentes e outros atores envolvidos na gestão das Unidades de Conservação
Ação 101 V - Implementação de Corredores Ecológicos	Esta ação visa comprovar a viabilidade da implementação de corredores Ecológicos na Mata Atlântica e Amazônia.
Ação 6068 – Capacitação e Disseminação de Práticas Sustentáveis para o Ecoturismo,	Esta ação visa disseminar tecnologias ambientalmente sustentáveis, voltadas ao manejo sustentável dos recursos naturais utilizados nas atividades relacionadas ao ecoturismo. Promover a capacitação técnica e profissional das comunidades locais, visando integrá-las no processo de gestão e desenvolvimento do ecoturismo, e de pequenos negócios sustentáveis associados a sua prática. Conscientizar as comunidades anfitriãs, o trade e os turistas, sobre a importância da conservação do meio ambiente e a possibilidade de compatibilizá-la com o desenvolvimento da atividade ecoturística. Fortalecer o empreendedorismo da comunidade local e fomentar a organização dos diversos setores relacionados ao ecoturismo, além de estimular o associativismo.

Gestão das ações:

Ação 0884 – Apoio à Criação e Gestão de Unidades de Conservação

Dados gerais:

Tipo (Orçamentária ou Não -Orçamentária)	Orçamentária
Finalidade	Apoiar iniciativas de criação e gestão de unidades de conservação, assim como o apoio a ações de conservação e uso sustentável do entorno de UC, associado a geração de emprego e renda para as populações locais.
Descrição	Apoio técnico financeiro a iniciativas de criação, implantação e gestão de Unidades de Conservação. Serão apoiadas também iniciativas visando o desenvolvimento de práticas econômicas sustentáveis no entorno de unidades de conservação, incentivando a geração de emprego e renda por meio de atividades compatíveis com a proximidade de uma Unidade de Conservação, com especial ênfase no apoio às unidades de conservação estaduais e municipais e reservas particulares do patrimônio natural. Caberá ao Ibama, a implementação de atividades de prevenção e recuperação de danos causados pela indústria do petróleo em Unidades de Conservação Federais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério do Meio Ambiente
Unidades executoras	Diretoria do Programa Nacional de Áreas Protegidas

Áreas responsáveis pelo gerenciamento ou execução	Diretoria do Programa Nacional de Áreas Protegidas
Coordenador nacional da ação	Fábio França Silva Araújo
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso) - coordenador de ação por localizador	Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - Rio de Janeiro - Fábio França Silva Araújo

Resultados:

O Sistema Federal de Unidades de Conservação da Natureza, em 2007, foi ampliado em 126.400 ha, resultante da criação de 5 unidades federais e da ampliação de 2 unidades federais. Foi estabelecido o grupo de trabalho para definição de procedimentos de criação de unidades de conservação federais. As iniciativas municipais e estaduais de criação e implementação de Unidades de Conservação no âmbito do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco/MMA foram apoiadas. O Cadastro Nacional de Unidades de Conservação - CNUC foi implementado por meio da disponibilização de informações sobre as unidades de conservação reconhecidas pelo SNUC, inclusão e validação das unidades de conservação federais e estaduais, além da divulgação do CNUC por meio de apresentações em Congressos e Encontros de Gestores de UC. Houve o lançamento do novo sítio e realização de capacitação/treinamento de usuários estaduais. O estudo Pilares para o Plano de Sustentabilidade Financeira do Sistema Nacional de Unidades de Conservação-SNUC foi coordenado. A Câmara de Compensação Ambiental no âmbito do IBAMA e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade foi reestruturada por meio da Portaria Conjunta nº 513, de 5 de outubro de 2007. O Programa de Visitação dos Parques Nacionais foi integrado à campanha Viagens Sustentáveis, além disso, foi feita a seleção dos Parques Nacionais que irão participar da primeira fase da campanha e a identificação dos produtos e serviços sustentáveis que serão abordados na campanha. Foi concluído o Plano de Ação para a Estruturação e Promoção do Turismo nos Parques Nacionais inseridos no Programa de Visitação, por meio do Grupo de Trabalho Interministerial instituído pela Portaria Interministerial nº 187, de 06 de junho de 2006. Foram elaborados e publicados os documentos: "Unidades de Conservação no Brasil" e os Cadernos 5 e 6 da Série Áreas Protegidas do Brasil: "Informe Nacional sobre Áreas Protegidas no Brasil" e "Pilares para o Plano de Sustentabilidade do Sistema Nacional de Unidades de Conservação". Tendo como única fonte de financiamento o Orçamento da União, para o atingimento da meta prevista, as principais despesas foram realizadas com o desenvolvimento das seguintes atividades: realização de levantamentos de campo e estudos; realização de consultas públicas; elaboração e publicação de material didático e técnico; realização e apoio a reuniões; aquisição de mapas e imagens de satélite; geoprocessamento. As atividades desta ação foram realizadas, em sua maioria, por meio de parcerias, sendo as mais relevantes: Ministério do Turismo, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Ibama, Estados, Municípios e ONGs.

Obs: Os recursos provenientes das ações: 0884 (0064) Apoio à Criação e Gestão de Unidades de Conservação – Instituto Jardim Botânico do Rio de Janeiro/RJ; 0884 (0070) Apoio à Criação e Gestão de Unidades de Conservação – Hortolândia/SP e 0884 (0074) Apoio à Criação e Gestão de Unidades de Conservação – Recife/PE não foram conveniados em decorrência do contingenciamento do recurso, das inconsistências técnicas do projeto e da não apresentação de projeto, respectivamente.

Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso	Responsáveis
Um dos principais problemas ocorridos durante o ano de 2007 foram os insucessos com os processos de criação de unidades de conservação, que em sua maioria não foram concluídos. Dos 23 processos encaminhados à Casa Civil, 7 foram decretados. No entanto, isso se deve a problemas externos ao Ministério do Meio Ambiente, que já deu andamento aos processos e aguarda resposta da Casa Civil.	Fábio França

Metas e resultados da ação durante o exercício de 2007:

Metas Previstas		Metas Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
18 projetos apoiados	R\$ 3.272.931,00	23 projetos apoiados	R\$ 2.276.026,00

Ação 0884 (0076) - Apoio à Criação e Gestão de Unidades de Conservação**Dados gerais:**

Tipo (Orçamentária ou Não -Orçamentária)	Operações Especiais
Finalidade	Apoiar iniciativas de criação e gestão de unidades de conservação, assim como o apoio a ações de conservação e uso sustentável do entorno de UC, associado a geração de emprego e renda para as populações locais.
Descrição	Apoio técnico financeiro a iniciativas de criação, implantação e gestão de Unidades de Conservação. Serão apoiadas também iniciativas visando o desenvolvimento de práticas econômicas sustentáveis no entorno de unidades de conservação, incentivando a geração de emprego e renda por meio de atividades compatíveis com a proximidade de uma Unidade de Conservação, com especial ênfase no apoio a unidades de conservação estaduais e municipais e reservas particulares do patrimônio natural. Caberá ao Ibama, a implementação de atividades de prevenção e recuperação de danos causados pela indústria do petróleo em Unidades de Conservação Federais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério do Meio Ambiente
Unidades executoras	Secretaria de Biodiversidade e Florestas
Áreas responsáveis pelo gerenciamento ou execução	Diretoria do Programa Nacional de Áreas Protegidas
Coordenador nacional da ação	Fábio França Silva Araújo
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso) - coordenador de ação por localizador	Fábio França Silva Araújo

Resultados:

A principal despesa foi com o convênio firmado com o município de Petrópolis para a execução de obras de drenagem e contenção necessárias à estabilização de talude e fechamento da testada do terreno e pórtico para a entrada do Parque Natural Municipal de Petrópolis. O Orçamento é a única fonte de financiamento da ação. Ainda não é possível fazer comentários, já que o convênio foi firmado no final de 2007 e será executado em 2008 assim como indicar possíveis insucessos que possam ocorrer.

Metas e resultados de cada ação durante o exercício de 2007:

Metas Previstas	Metas Realizadas
-----------------	------------------

Física	Financeira	Física	Financeira
1 projeto apoiado	R\$ 500.000,00	1 projeto apoiado	R\$ 500.000,00

Ação 0B84 – Apoio à Capacitação para a Gestão de Áreas Protegidas

Dados gerais:

Tipo (Orçamentária ou Não -Orçamentária)	Operações Especiais
Finalidade	Promover a melhoria da gestão das áreas protegidas por meio de cursos de capacitação dos gerentes e outros atores envolvidos na gestão das Unidades de Conservação
Descrição	Capacitação e formação profissional de técnicos na área de planejamento e gestão de unidades de conservação
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério do Meio Ambiente
Unidades executoras	Diretoria do Programa Nacional de Áreas Protegidas
Áreas responsáveis pelo gerenciamento ou execução	Diretoria do Programa Nacional de Áreas Protegidas
Coordenador nacional da ação	Fábio França Silva Araújo

Resultados:

O principal resultado obtido com esta ação foi o apoio à realização do V Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação (CBUC), em Foz do Iguaçu. A participação no CBUC foi importante para capacitar a equipe do MMA e de outros órgãos que desenvolvem atividades sobre o tema. A realização do V CBUC ocorreu através da celebração de um convênio, sendo que o Orçamento da União é a única fonte de financiamento da ação. A parceria com a organização do CBUC foi importante para capacitar a equipe do MMA e de outros órgãos que desenvolvem atividades sobre o tema.

Metas e resultados da ação durante o exercício de 2007:

Metas Previstas		Metas Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
100 pessoas capacitadas	R\$ 160.000,00	90 pessoas capacitadas	R\$ 126.522,00

Ação 101 V - Implementação de Corredores Ecológicos

Dados gerais:

Tipo (Orçamentária ou Não -Orçamentária)	Projeto
Finalidade	Comprovar a viabilidade da implementação de corredores Ecológicos na Mata Atlântica e Amazônia.
Descrição	A implementação de Corredores Ecológicos é uma

alternativa ao sistema de Unidades de Conservação isoladas, buscando melhorar o fluxo gênico, pela interligação entre as mesmas e o estabelecimento de procedimentos de conservação na escala de paisagem. O Projeto Corredores Ecológicos trabalha o Corredor Central da Mata Atlântica - CCMA (12,5 milhões de Ha.), envolvendo sul da Bahia e todo o estado do Espírito Santo e o Corredor Central da Amazônia - CCA (52 milhões de Ha), todo situado no estado do Amazonas, situado nas calhas do Baixo Rio Negro e do rio Solimões.

Esse projeto conta com recursos de doação externa do RFT e comunidade Européia, por intermédio do Banco Mundial, do Governo da Alemanha através do KfW. O Acordo de Doação e aditivos posteriores firmados com o Banco Mundial se estende até 30 de julho de 2008, estando em tramitação na SEAIN/GTEC solicitação de extensão do prazo de uso dos recursos até dezembro de 2008. O Contrato com o KfW tem como prazo de encerramento 30 de dezembro de 2010. Atualmente estão estimados em R\$ 64 milhões os recursos desse projeto a serem utilizados, valor esse que inclui a contrapartida de 20% do Governo Federal e de 20% (em média) dos Executores (Estados, Municípios, IBAMA, ONG). O total foi diminuído pela redução da participação da Comunidade Européia em 3,5 milhões de Euros e a redução do valor do Euro e do Dólar frente ao Real.; O Projeto trabalha na Mata Atlântica com a regeneração de áreas estratégicas para obter a conexão de fragmentos florestais ainda existentes (7% da mata original) e na Amazônia, onde o corredor é ainda um contínuo de florestas, na forma de sua manutenção pela utilização sustentável dos recursos naturais. O projeto terminou em 2006 sua primeira fase com a elaboração do planejamento dos dois corredores e seus planos de ação, planejamento de Unidades de Conservação e início de implementação de novos procedimentos de fiscalização. A segunda fase que se estende até 2010 deve levar a implementação inicial de 1,0 milhão de Há em 19 min-corredores no CCMA e pelo uso sustentável dos recursos naturais no CCA por 500 famílias. Em 2007 foram empenhados recursos para a execução do Projeto no valor de R\$ 12,3 milhões de Reais. Ao final de 2007 o Projeto opera com 32 convênios ou descentralizações para sua execução.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Áreas Protegidas – DAP da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do MMA
Unidades executoras	Unidade de Coordenação Geral por intermédio de Acordo com o PNUD; Unidades de Coordenação Estadual – UCE, situadas nos OEMAs da Bahia, Amazonas e Espírito Santo. Executores (IBAMA, Instituto Chico Mendes, PNUD, órgãos estaduais, municipais e ONGs) atuantes na área do Corredor Central da Amazônia – CCA e do Corredor Central da Mata Atlântica - CCMA
Áreas responsáveis pelo gerenciamento ou execução	Unidade de Coordenação Geral – UCG do Projeto Corredores Ecológicos; Departamento de Áreas

	Protegidas - DAP/SBF; Coordenação Orçamentária e Financeira - COF/SBF
Coordenador nacional da ação	Militão de Moraes Ricardo
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso) - coordenador de ação por localizador	Espírito Santo: Gerusa Bueno Rocha Bahia: Lander Alves Amazonas: Christina Ficher

Resultados:

O Projeto Corredores Ecológicos tem como objetivo a conservação da biodiversidade em Áreas Protegidas e nos espaços de interstícios entre as mesmas. O Corredor Central da Mata Atlântica - CCMA (12.5 milhões de HA), situa-se no Sul da Bahia e em todo o estado do Espírito Santo. Nos dois estados, o projeto apóia a fiscalização ambiental integrada por vários órgãos com poder de polícia. Na Bahia três campanhas de fiscalização tem sido efetuadas e, no Espírito Santo, sobrevãos mensais, com verificação por equipes de terra das infrações identificadas. No ano de 2007 foram identificados e verificados 550 ilícitos por esse trabalho.

Foram definidos 10 mini-corredores no Espírito Santo que cobrem uma área de 598 hectares sendo que a implementação de dois foi iniciada: Burarama – Pacotuba – Cafundó, trabalhando em Cachoeiro do Itapemirim e Córrego do Veado no município de Pinheiros. Na Bahia foram identificados 8 mini-corredores. O Projeto lançou edital no valor de até R\$ 10 milhões para obter subprojetos para a implementação desses mini-corredores, que devem ser apresentados em janeiro de 2008. O Projeto é executado de forma descentralizada, estando em execução nesse corredor 15 convênios no valor total de R\$ 8,5 milhões, dos quais R\$ 5,0 são recursos federais.

No Corredor Central da Amazônia – CCA (52 milhões de HA), todo contido no estado do Amazonas, que constitui um contínuo florestal, busca-se a permanência dessa floresta com o uso sustentável dos recursos naturais. O projeto de fiscalização do CCA começa a ser implementado tendo sido firmados convênios que aportam cerca de R\$ 4 milhões, principalmente para estabelecer a infra-estrutura de fiscalização para o IPAAM e Batalhão da Polícia Ambiental. Foi lançado um edital para a obtenção de projetos para as áreas de interstício, no montante de até R\$ 5 milhões. As propostas devem ser apresentadas em janeiro de 2008. Também esse corredor é realizado por agentes locais estando em execução 15 convênios no valor total de R\$ 12,3 milhões., dos quais R\$ 5,9 são recursos federais.

Em 2007, foram lançados Editais para a obtenção de subprojetos para as áreas de Interstício, que podem alcançar R\$ 15 milhões; houve apoio para a implementação do Batalhão Ambiental na Polícia Militar do Estado do Amazonas e sistema de radiocomunicação no Baixo Rio Negro (despesas conveniadas) e apoio ao Ministério Público e Centro de Recursos Ambientais da Bahia para estabelecer o sistema de monitoramento da área do Corredor Central da Mata Atlântica e tornar efetivas as atuações por crimes ambientais.

Como principais fontes de financiamento destaca-se a Doação via Banco Mundial de US \$ 9,5 milhões, US\$ 5,0 milhões do RFT e EUR 3,5 milhões da Comunidade Européia ; Doação do Governo da Alemanha, EUR 16,36 milhões por intermédio do KfW; 20% de contrapartida sobre o valor das doações do Governo Brasileiro; Executores (Estados, Municípios, ONGs e outros órgãos federais: 10% de contrapartida na Amazônia e 30% na Mata Atlântica. Ressalta-se que sem essas fontes de financiamento o Projeto não existiria. A contrapartida federal, que é reduzida nos orçamentos, origina algumas dificuldades para o projeto, uma vez que não permite o uso pleno das doações.

Esse projeto tem a sua execução descentralizada, cujas parceiras são fundamentais para o desenvolvimento de suas atividades. As ações devem ser realizadas por instituições locais que conhecem o ambiente e possuem capilaridade, além de serem aceitos para atuar diretamente nos locais onde estão situadas as comunidades que serão incluídas nos procedimentos de uso sustentável dos recursos naturais. Ao término do Projeto, os órgãos públicos e outras instituições locais devem ter assumido a implementação dos corredores ecológicos como parte de suas tarefas de linha.

Dentro das linhas de ação estabelecidas nos planos de gestão dos corredores, foi estabelecido o Plano de Ação, que relaciona as atividade a executar. A cada ano são propostas pelos Executores as atividades a serem realizadas. Essas atividades são consolidadas pelas

Unidades de Coordenação Estadual e levadas a aprovação no Comitê de Gestão de cada estado. Após essa aprovação são encaminhadas a Unidade de Coordenação Geral no MMA que consolida as propostas dos estados e encaminha aos doadores externos para sua aprovação.

Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso	Responsáveis
<p>1. No financeiro do quadro abaixo considera-se como EXECUTADO todas as despesas pagas no ano de referência. Desta forma está incluído o gasto dos convênios assinados em 2004 e 2005 que tiveram parte de sua execução em 2007. A maior parte das despesas dos convênios com recursos de 2006 (firmados no mês de dezembro), não estão computadas devido a introdução de um novo sistema de controle ainda não operacional em sua totalidade .</p> <p>1. Os resultados estão aquém do programado devido:</p> <p>i) As mudanças de governos estaduais e federal. A confirmação da ministra do MMA foi feita em maio;</p> <p>ii) A greve do IBAMA paralisou as atividades desse órgão e do Instituto Chico Mendes, que são os principais executores. O IBAMA e I. Chico Mendes estão operacionais;</p> <p>iii) Modificações nas competências de órgãos estaduais impossibilitaram a execução de atividades conveniadas- parte considerável da programação deve ser executada por órgãos federais mediante descentralização de recursos;</p> <p>iv) As modificações nos governos da Bahia e Amazonas foram concluídas no meio do ano; os financiadores externos somente aprovaram em setembro e novembro a programação enviada em junho de 2007, levando a assinatura dos convênios com recursos 2007 para dezembro- como está prevista no orçamento da União a contrapartida da União os convênios podem ser firmados logo que liberado Orçamento Federal;</p> <p>v) Impossibilidade de repasse de recursos por inadimplência temporária do Executor- editais para a apresentação de subprojetos para as áreas de interstício, receberão as propostas em janeiro e foi firmado contrato com a Caixa Econômica Federal como mandatária para fazer os contratos resultantes desses editais e o novo sistema de monitoramento financeiro e físico estará operacional, permitindo um acompanhamento mais detalhado da execução das atividades.</p>	<p>Militão Ricardo</p>

Metas e resultados da ação durante o exercício de 2007:

Metas Previstas		Metas Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
35 convênios ou descentralizações para implementação em vigência 350 Hectares	R\$ 21.540.008,00	33 convênios ou descentralizações para implementação em vigência 150 hectares	R\$ 5.096.671,00

Tabela - Recursos vinculados a financiamento externo e/ou cooperação técnica internacional utilizados na execução da ação

Código do Projeto*	Organismo Financiador	Finalidade	DOAÇÃO contratada	Contrapartida Nacional	Avaliação dos resultados do Projeto no Exercício	Observações
0195 001443	Banco Mundial	Planejamento e implementação de Corredores Ecológicos	TF 050370 US\$ 9,5 milhões	Governo Federal US \$ 5,47 milhões	Como esse projeto tem a sua execução descentralizada, as parceiras desenvolvidas são fundamentais para o desenvolvimento de suas atividades. As ações devem ser realizadas por instituições locais que conhecem o ambiente e possuem capilaridade, além de serem aceitos para atuar diretamente nos locais onde estão situadas as comunidades que serão incluídas nos procedimentos de uso sustentável dos recursos naturais. Para a execução do Projeto, 33 convênios ou descentralizações estão vigentes.	
0195 001521	KfW	Implementação de Corredores Ecológicos	2001 65 092 EUR 16,36 milhões	Estados e demais executores US\$ 3,14 milhões		

Ação 6068 – Capacitação e Disseminação de Práticas Sustentáveis para o Ecoturismo

Dados gerais:

Tipo (Orçamentária ou Não-Orçamentária)	Orçamentária
Finalidade	Disseminar tecnologias ambientalmente sustentáveis, voltadas ao manejo sustentável dos recursos naturais utilizados nas atividades relacionadas ao ecoturismo. Promover a capacitação técnica e profissional das comunidades locais, visando integrá-las no processo de gestão e desenvolvimento do ecoturismo, e de pequenos negócios sustentáveis associados a sua prática. Conscientizar as comunidades anfitriãs, o trade e os turistas, sobre a importância da conservação do meio ambiente e a possibilidade de compatibilizá-la com o desenvolvimento da atividade ecoturística. Fortalecer o empreendedorismo da comunidade local e fomentar a organização dos diversos setores relacionados ao ecoturismo, além de estimular o associativismo.
Descrição	Diagnóstico e levantamento de Tecnologias Ambientalmente Saudáveis (TAS) aplicáveis ao ecoturismo; apoiar a aplicação de instrumentos de planejamento e gestão para a conservação dos recursos naturais utilizados pelo ecoturismo; oferecer assistência técnica para desenvolvimento e adoção de TAS para o manejo sustentável dos recursos naturais a serem utilizadas no desenvolvimento do ecoturismo; identificar, desenvolver e divulgar parâmetros referenciais sobre atividades ecoturísticas sustentáveis; contribuir para captação de investimentos para adoção das TAS aplicadas ao ecoturismo; disseminar as TAS para os diversos atores públicos e privados, bem como para as comunidades e empreendedores envolvidos; levantar necessidades de capacitação para pequenos empreendimentos sustentáveis, relacionados ao ecoturismo; elaborar estratégias de capacitação definindo a estrutura de cursos e oficinas; realizar cursos de qualificação e/ou aprimoramento de atores públicos e privados para a gestão sustentável da atividade; promover a conscientização ambiental da comunidade, do trade e dos turistas, incluindo conteúdos relacionados ao consumo responsável.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério do Meio Ambiente
Unidades executoras	Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável
Áreas responsáveis pelo gerenciamento ou execução	Departamento de Desenvolvimento Rural Sustentável
Coordenador nacional da ação	Allan Kardec Moreira Milhomens

Resultados:

O orçamento de 2007 destacou R\$350.000,00 para fazer face as despesas decorrentes na execução desta ação, envolvendo neste montante R\$287.285,00 oriundos do contrato de empréstimo firmado entre o MMA e o Banco Interamericano de Desenvolvimento -BID. Do valor total foi aplicado R\$320.000,00 nas atividades finalísticas e o restante foi remanejado para o pagamento de técnicos temporários envolvidos na execução da ação. Como estratégia de execução, para atingimento da meta estabelecida, foram contratadas instituições de ensino para ministrarem os cursos de capacitação em monitores ambientais locais nas áreas selecionadas. Os valores previstos no planejamento inicial para execução dos cursos foram readequados, levando-se em consideração a disponibilidade orçamentária, os valores praticados no mercado e a participação quando possível do envolvimento de outros atores no processo. Para o planejamento, operacionalização e coordenação das ações foram utilizados os recursos técnicos e administrativos do próprio programa e de parceiros locais tais como: IBAMA, Instituto Chico Mendes que se responsabilizaram pela logística, seleção e organização dos participantes. Para a execução dos cursos foram deflagrados processos licitatórios para contratação de instituições de ensino. Na viabilização da ação, o Programa contou com o apoio do PNUD através dos Projetos BRA 99/009 e BRA 00/022 para a realização dos processos licitatórios e da parceria do IBAMA e do Instituto Chico Mendes no apoio a logística nas localidades onde foram realizados os eventos. Com esta mobilização foi possível o programa alcançar as metas previstas, de forma razoavelmente satisfatória, levando em consideração os seguintes resultados: 03 cursos de Capacitação de Monitores Ambientais Locais no Parque Nacional da Canastra/PI, Parque Nacional da Amazonia/PA e na APA CIP/SP, totalizando 135 pessoas capacitadas. 01 curso de Bioconstrução na APA do Delta do Parnaíba/PI, 03 Cursos de monitores Ambientais na APA do Delta e Sete cidades/PI e 01 na RESEX/Flona do Tapajós/PA que deverão ser concluídos no primeiro trimestre de 2008. Foram gastos R\$ 8.682,60 em passagens e diárias para articulações e execução das ações.

Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso	Responsáveis
As dificuldades de execução de uma ação decorrem de vários fatores internos e externos, incluindo aí, infra-estrutura existente precária, nos locais de realização do evento, recursos humanos envolvidos no processo sem a devida capacitação na área de sua competência e a burocracia muitas vezes exageradas. Como fator externo pode citar a oferta de mercado de instituições aptas no atendimento do objeto, requerido nos termos de referências, muito restrita.	Allan Milhomens

Metas e resultados da ação durante o exercício de 2007:

Metas Previstas		Metas Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
450 profissionais capacitados	R\$350.000,00	135 profissionais capacitados	R\$ 322.035,00

Obs.: A previsão da meta física foi alterada, de 450 pessoas capacitadas para 200, tendo em vista principalmente o aumento da carga horária de 60 para 192 h/aula. Com relação à execução financeira, informamos que dos R\$ 350.000,00 empenhados, R\$ 30.000,00 foram utilizados para pagamento de pessoal temporário que trabalha diretamente na Ação. Sendo assim, da nova previsão de meta física de 200 pessoas capacitadas, tem-se que foram capacitados 135 monitores locais. O não atingimento da meta física pode ser justificado, dentre outros fatores, por restrições administrativas e demora na liberação da dotação orçamentária da ação, que se encontrava contida até meados de novembro/2007, sendo que o atingimento da nova meta física da ação (capacitação dos demais 65 profissionais) acontecerá no primeiro semestre de 2008.

Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa

Dados gerais:

Tipo (Orçamentária ou Não-Orçamentária)	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa
Descrição	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e usos de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério do Meio Ambiente
Unidades executoras	Secretaria de Biodiversidade e Florestas
Áreas responsáveis pelo gerenciamento ou execução	Diretoria do Programa Nacional de Áreas Protegidas
Coordenador nacional da ação	Kelsen da Cunha Ramos

Resultados :

As principais despesas realizadas na ação foram com as publicações dos documentos: "Unidades de Conservação no Brasil", "Informe Nacional sobre Áreas Protegidas no Brasil" (versão em português e em espanhol) e "Pilares para o Plano de Sustentabilidade do Sistema Nacional de Unidades de Conservação". As publicações foram distribuídas em congressos e em eventos ao longo do ano de 2007. Com despesas de diárias e passagens os valores gastos na ação foram de R\$ 95.334,08. Além disso, podemos citar despesas com Terceirizados (R\$ 16.119,68), Auxílio Moradia (R\$ 31.037,04) e descentralização para o Programa das Nações Unidas (R\$ 132.006,00).

Metas e resultados da ação durante o exercício de 2007:

Metas Previstas		Metas Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
-	R\$ 690.783,00	-	R\$ 571.507,0

Ação 2566 – Conservação e Recuperação da Biodiversidade em Terras Indígenas

Dados gerais:

Tipo (Orçamentária ou Não -Orçamentária)	Atividade
Finalidade	Promover, resgatar, valorizar, disseminar e preservar o conhecimento tradicional sobre o meio ambiente dos povos indígenas, visando a conscientização e manutenção do equilíbrio ecológico e o uso sustentável dos seus recursos naturais, inclusive no sentido de dirimir os conflitos advindos da sobreposição de terras indígenas e unidades de conservação.
Descrição	Estudos, diagnósticos e sistematização do conhecimento tradicional do meio ambiente de cada povo indígena e posterior desenvolvimento de Sistemas de Informações; elaboração e execução de cursos de educação ambiental, visando também, a recuperação de áreas degradadas por parte das comunidades indígenas; levantamento, identificação e cadastro dos detentores (lideranças tradicionais) de conhecimento tradicional sobre o meio ambiente e recursos naturais em terras indígenas; apoio técnico e financeiro para as comunidades indígenas em atividades/projetos ambientais de recuperação e conservação da biodiversidade; mapeamento das áreas de sobreposição entre terras indígenas e unidades de conservação e implementação das resoluções do GT locais para mediação de conflitos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério do Meio Ambiente
Unidades executoras	Departamento de Áreas Protegidas
Áreas responsáveis pelo gerenciamento ou execução	Departamento de Áreas Protegidas
Coordenador nacional da ação	Fábio França Silva Araújo

Resultados:

Os recursos desta ação, no ano de 2007, seriam utilizados para apoiar a Gestão Ambiental Compartilhada e Participativa do Parque Nacional Monte Pascoal, integrada com as comunidades da etnia Pataxó. Os recursos seriam aplicados em roças alimentares e de bens de raiz, atendendo 10 aldeias do entorno do Parque Nacional Monte Pascoal. Para isso, o recurso seria repassado, por meio de destaque orçamentário, para a Fundação Nacional do Índio. O Plano de Trabalho foi elaborado, porém, os prazos não foram suficientes e não houve tempo para o empenho do recurso. O destaque orçamentário não foi feito, mas existe a previsão de de fazê-lo em 2008.

Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso	Responsáveis
Os recursos desta ação seriam utilizados para a compra de insumos para roças alimentares e de bens de raiz das aldeias Pataxó do entorno do Parque Nacional Monte Pascoal – BA, por meio de destaque orçamentário para a Funai. Devido aos prazos curtos, não possível o repasse dos recursos, pois não haveria tempo para a realização do empenho. Em 2008, pretende-se transferir os recursos e efetuar a compra dos insumos.	Fábio França

Metas e resultados da ação durante o exercício de 2007:

Metas Previstas		Metas Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
15 comunidades assistidas	R\$200.000,00	0	R\$ 0,00

2-Desempenho operacional**1) Taxa de Proteção Integral dos Biomas****a) Utilidade:**

A taxa tem como objetivo verificar a expansão do Sistema Nacional de Unidade de Conservação.

b) Tipo: eficácia, eficiência ou efetividade:

Eficácia e eficiência

c) Fórmula de cálculo:

Taxa de Proteção Integral (percentual) = Relação percentual entre a soma das áreas de proteção integral dos biomas e a área total dos biomas.

d) Método de aferição:

1- área das unidades de conservação federais calculada pelo Núcleo de Geoprocessamento da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente;

2- área continental do Brasil = 8.515.871,9ha (Fonte: IBGE)

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:

Diretoria do Programa Nacional de Áreas Protegidas

f) Resultado do indicador no exercício:

3,86%

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:

Durante o ano de 2007, os processos de criação não obtiveram os resultados esperados, conseqüentemente, não gerou resultados significativos em relação aos anos anteriores.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis:

O Ministério do Meio Ambiente já deu andamento aos processos e aguarda resposta da Casa Civil. As causas de insucesso tem origem em problemas externos a alçada o MMA.

2) Taxa de Uso Sustentável dos Biomas

a) Utilidade:

A taxa tem como objetivo verificar a expansão do Sistema Nacional de Unidade de Conservação

b) Tipo: eficácia, eficiência ou efetividade:

Eficácia e eficiência

c) Fórmula de cálculo:

Taxa de Uso Sustentável (percentual) = Relação percentual entre a soma das áreas de uso sustentável dos bioma se a área total dos biomas.

d) Método de aferição:

1- área das unidades de conservação federais calculada pelo Núcleo de Geoprocessamento da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente;

2- área continental do Brasil = 8.515.871,9ha (Fonte: IBGE)

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:

Diretoria do Programa Nacional de Áreas Protegidas

f) Resultado do indicador no exercício:

4,16%

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:

Durante o ano de 2007, os processos de criação não obtiveram os resultados esperados, o que, conseqüentemente, não gerou resultados significativos em relação aos anos anteriores. No entanto, isso se deve a problemas externos ao Ministério do Meio Ambiente, que já deu andamento aos processos e aguarda resposta da Casa Civil.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis:

O Ministério do Meio Ambiente já deu andamento aos processos e aguarda resposta da Casa Civil.

3) HA - Hectares de Corredores Implementados

a) Utilidade:

Permite conhecer a área em implementação dos corredores.

b) Tipo: eficácia, eficiência ou efetividade:

O indicador é adequado para o Corredor Central da Mata Atlântica – CCMA que trata da conexões entre Unidades de Conservação e fragmentos restantes da floresta. Para o Corredor Central da Amazônia – CCA o número de famílias capacitadas para o uso sustentável dos recursos naturais seria mais representativo, mas não foi permitido ter um indicador para cada corredor. Considerando que cada família capacitada utiliza em média uma área da ordem de 10 hectares de floresta, será utilizada essa relação na conversão de famílias capacitadas para

hectares.

c) Fórmula de cálculo:

Soma das áreas em que foi iniciada a implementação de mini-corredores no CCMA. – Número de famílias capacitadas multiplicado por 10 hectares. (ver item a seguir)

d) Método de aferição:

No CCMA - Conforme é iniciada a conexão de UCs ou fragmentos, seja por regeneração natural ou por plantio, é calculada a dimensão das áreas em conexão. No CCA o trabalho mais intenso é para o uso sustentável dos recursos naturais. A capacitação para o uso sustentável das famílias de um determinado local permite estimar a área do corredor em que atua a população capacitada.

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:

Unidades de Coordenação Estadual do Projeto – Uma em cada estado BA, ES e AM.

f) Resultado do indicador no exercício:

250 Hectares

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:

O Projeto é executado de forma descentralizada, por Executores (órgãos estaduais, municipais e ONGs) situados nos corredores. Devido ao atraso na liberação do Orçamento Federal em 2006 e o período eleitoral, os convênios com os executores foram firmados no final desse ano e sua execução teve início em 2007. Alguns desses executores que tiveram bom desempenho e novos executores que foram identificados, tiveram firmados convênios no mês de dezembro de 2007, porque a programação de atividades 2007/2008 encaminhada em junho aos Financiadores Externos, começou a ser aprovada em setembro e terminou em novembro.

Além disso, houve baixa capacidade de execução de alguns Executores, principalmente pelas normas de aquisição de alguns estados (BA e AM).

Com as novas administrações mudaram as competências de alguns órgãos estaduais (ES, AM) conveniados que não puderam mais executar algumas atividades constantes dos convênios.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis:

Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso	Responsáveis
Acompanhamento mais presente junto aos Executores	Unidades de Coordenação Estadual do Projeto (AM,BA e ES) Unidade de Coordenação Geral do Projeto - UCG/DAP/MMA
Novo sistema de monitoria financeira e física em implementação	UCG/DAP/MMA e Unidades de Coordenação Estaduais (BA, AM, ES)
Treinar os novos Executores para uso das normas de aquisição do Projeto e repetir o treinamento dos Executores anteriores.	UCG/DAP/MMA e Unidades de Coordenação Estaduais (BA, AM, ES)

Programa 1332.- Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros

Objetivos - O Programa contribui para a sustentabilidade das políticas públicas que afetam os biomas cerrado, pantanal, marinho e costeiro, caatinga, mata atlântica e pampa, por meio da implantação de sistemas de gestão integrada e capacitação, a partir das especificidades de cada bioma. Tem um enfoque sistêmico para Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros, garantindo uma abordagem que leva em consideração as especificidades sócio-culturais, ambientais e territoriais de cada Bioma.

Dados gerais:

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral (conforme cadastro de ações do PPA)	Contribuir para a sustentabilidade das políticas públicas que afetam os biomas Cerrado, Pantanal, Marinho, Costeiro, Caatinga, Mata Atlântica e Pampas, por meio da implantação de Sistemas de Gestão Integrada e capacitação, a partir das especificidades de cada bioma.
Objetivo Específico	Promover a gestão integrada do território na perspectiva do desenvolvimento sustentável, considerando as diversidades regionais, biomas, bacias hidrográficas e regiões geoeconômicas, aprimorando os instrumentos e mecanismos de planejamento, gestão e resolução de conflitos, orientados pela participação democrática e com controle social.
Gerente do programa	Maria Cecília Wey de Brito
Gerente executivo	Maurício Mercadante Alves Coutinho
Indicadores ou parâmetros utilizados	Taxa de Remanescentes do Bioma da Mata Atlântica
Público-alvo (beneficiários)	Sociedade

Principais ações do Programa:

Ação	Justificativa
Ação 1B47- Implantação de Sistema de Gestão para Conservação e Uso Sustentável dos Biomas Brasileiros	Essa ação visa gerar informações substantivas sobre os biomas, articular os diversos segmentos de governo e sociedade, de forma a orientar ações específicas relacionadas as suas realidades sócio-ambientais através de 4 eixos principais: diagnósticos e estudos que abordem questões ambientais; implantação de sistema de monitoramento sócio-ambiental; construção e implementação de banco de dados e portal de disseminação de informações e promoção da articulação, integração de ações e replicação de experiências que tiveram sucesso.

Ação	Justificativa
Ação 2B23- Capacitação para Conservação e Uso Sustentável dos Biomas	Essa ação visa a capacitação de todos os atores envolvidos na execução da gestão e monitoramento ambiental participativos orientadas à proteção, conservação e uso sustentável dos biomas, desenvolvendo ações de qualificação e disseminação de informações, além de buscar o fortalecimento do capital social.

Gestão das ações:

Ação 2B23- Capacitação para Conservação e Uso Sustentável dos Biomas

Dados gerais da ação:

Tipo (Orçamentária ou Não -Orçamentária)	Orçamentária
Finalidade	Desenvolver ações de qualificação de atores e disseminação de informações sobre os biomas brasileiros, possibilitando aos diversos atores locais (gestores, comunidade, sociedade civil) abordagens orientadas à proteção, conservação e uso sustentável dos biomas.
Descrição	Capacitação das comunidades locais, populações tradicionais, gestores públicos e privados e multiplicadores para a execução da gestão e monitoramento ambiental participativos especialmente sobre o impacto das cadeias produtivas (petróleo, agricultura, pecuária, pesca dentre outros) e para a mobilização com vistas ao fortalecimento do capital social e ainda para a integração com os sistemas de monitoramento estaduais existentes e em construção, com enfoque por biomas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério do Meio Ambiente
Unidades executoras	Ministério do Meio Ambiente
Áreas responsáveis pelo gerenciamento ou execução	Secretaria de Biodiversidade e Florestas
Coordenador nacional da ação	Leonel Graça Generoso Pereira
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso) - coordenador de ação por localizador	

Resultados:

Foram criados, no âmbito da Secretaria de Biodiversidade e Florestas - SBF, em julho de 2004, os Núcleos dos Biomas: Cerrado e Pantanal, Caatinga, Mata Atlântica e Pampa - NAPMA e Zona Costeira e Marinha - NZCM, com o objetivo de integrar e articular as políticas públicas para essas áreas. A seguir são descritas as ações executadas por esses Núcleos, que contribuem no cumprimento da ação de Capacitação para Conservação e Uso Sustentável dos Biomas:

Participação no Seminário "A revitalização do Rio São Francisco e o Setor Siderúrgico: Desafios e Perspectivas", participação no II Módulo do Curso de Capacitação para produtores da margem esquerda do Rio São Francisco no CTEA-IEF/MG, onde foi prestada informação sobre o Programa Cerrado Sustentável. Realizadas reuniões junto ao estado da Bahia visando promover estudos para criação de unidades de conservação no cerrado e de levantamento de dados primários. Realizadas reuniões com lideranças comunitárias para esclarecimentos sobre o processo de criação de unidades de conservação de uso sustentável no estado de Minas Gerais. Distribuição de exemplares do Programa Cerrado Sustentável, distribuição de cartazes sobre o Dia Nacional do Cerrado (11 de setembro) junto a escolas e demais interessados, palestras na Câmara dos Deputados, no Encontro Norte Mineiro de Agrobiodiversidade-MG e no Módulo para produtores da margem esquerda do Rio São Francisco. Apoio à realização do II Seminário Regional Cerrado e Pantanal da Cadeia dos Produtos da Sociobiodiversidade: Agregação de valor e consolidação de mercado sustentável, onde puderam ser levantadas as demandas das populações que trabalham com extrativismo sustentável, apoio às ações dos Centros Irradiadores da Agrobiodiversidade e dos Centros de Recuperação de áreas degradadas. Foi dada continuidade às ações da "Campanha de Conduta Consciente em Ambientes Recifais", por meio da publicação de uma cartilha; realização de 4 cursos de multiplicadores; reprodução do vídeo de divulgação e produção de materiais informativos; confecção de totens para a exposição dos projetos sobre conservação dos recifes de coral brasileiros e lançamento e distribuição de um vídeo educativo para a divulgação dos princípios da conduta consciente para a visitação destes ambientes, visando despertar a atenção e participação, de forma democrática, de professores, estudantes, agentes de turismo, entre outros na conservação dos recifes de corais. Exposição nos aeroportos de Salvador, Recife, João Pessoa e Maceió com os totens da Campanha e elaboração e distribuição de calendário comemorativo ao Ano Internacional dos Recifes de Coral. Constante acompanhamento das atividades que ocorrem e que abordam o tema, por meio da participação em diversas reuniões e colegiados, tais como na CIRM (Pro-Arquipélago, Pro-Trindade, PPG-Mar, PSRM, Biomar, Aquipesca, Grupo Ad-hoc Área, REMPLAC), CONAMA (GT de Introdução, Reintrodução e Translocação de Espécies Exóticas e GT de Licenciamento da Aquicultura), CTCost (Câmara Técnica de Integração de Bacias Hidrográficas e Gerenciamento Costeiro no âmbito do CNRH). Houve também a participação nos seguintes eventos: Encontro Brasileiro de Ictiologia; IV Reunião Pan-americana sobre a Convenção de Ramsar; "Expert Workshop on Guidelines for Aquaculture Certification; Oficina Regional do Sistema de Zonas Úmidas Paraguai-Paraná; 32 Wetlands International Supervisory Committee Meeting; Atlantic flyway migratory birds and shrimp farming workshoP; 5º Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação; Congresso Latino-Americano de Ciências do Mar - XII COLACMAR; II Encontro Nordeste de Educação Ambiental; Reunião do Projeto Bandeira Azul; Worksop sobre Maricultura no estado de Pernambuco; Reunião do Comitê do Projeto Coral Vivo; 27º Comitê de Pesca da FAO, 5-9/03/2007, Roma; I Seminário Nacional de Estatística Pesqueira - SENAPE e III Reunión Ciencia, Tecnología y Sociedad.

Metas e resultados da ação durante o exercício de 2007:

Metas Previstas		Metas Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
400	400.000,00	300	289.202,00

Ação 2272- Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação:

Tipo (Orçamentária ou Não-Orçamentária)	Orçamentária
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Descrição	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério do Meio Ambiente
Unidades executoras	Ministério do Meio Ambiente
Áreas responsáveis pelo gerenciamento ou execução	Secretaria de Biodiversidade e Florestas
Coordenador nacional da ação	Leonel Graça Generoso Pereira

Resultados:

As principais despesas executadas nessa ação referem-se ao pagamento de diárias e passagens no valor de R\$50.420,60; ao pagamento de terceirizados (R\$ 200.000,00), serviços gráficos (R\$ 66.685,52) e descentralização para o Programa das Nações Unidas (R\$ 129.700,95)

Metas e resultados da ação durante o exercício de 2007:

Metas Previstas		Metas Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
-	496.367,00	-	430.678,00

Ação 1B47- Implantação de Sistema de Gestão para Conservação e Uso Sustentável dos Biomas Brasileiros

Dados gerais da ação:

Tipo (Orçamentária ou Não-Orçamentária)	Orçamentária
Finalidade	Implantar um sistema de gestão participativa e sustentável no âmbito dos biomas. Este sistema visa gerar informações substantivas sobre os biomas, articular os diversos segmentos de governo e sociedade, de forma a orientar ações específicas relacionadas as suas realidades socioambientais.
Descrição	Elaboração de atividades para os diversos biomas referentes a: Diagnósticos e estudos que abordem questões ambientais, políticas, econômicas e sociais relacionadas à conservação dos recursos naturais, impactos de cadeias produtivas como o petróleo, agricultura e pecuária, experiência de uso sustentável; criação e implantação de redes de áreas protegidas, preparação de bases georreferenciadas e levantamentos de campo (socioeconômicos e biofísicos). Implantação de sistema de monitoramento sócio-ambiental que priorize ações de conservação e uso sustentável, desmatamento, principais impactos aos ecossistemas costeiros e marinhos derivados da prospecção exploração e transporte de petróleo e seus derivados e impactos decorrentes de outras cadeias produtivas. Construção e implementação de banco de dados e portal de disseminação de informações de monitoramento sobre remanescentes florestais, degradação ambiental e uso da terra. Promoção da articulação, integração de ações e replicação de experiências exitosas entre os diferentes níveis de governo, ONG, organizações da sociedade civil, agências implementadoras e outros atores envolvidos. Proposição e acompanhamento de ações e políticas públicas voltadas para a preservação, conservação, recuperação e uso sustentável dos biomas em nível nacional.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério do Meio Ambiente
Unidades executoras	Ministério do Meio Ambiente
Áreas responsáveis pelo gerenciamento ou execução	Secretaria de Biodiversidade e Florestas
Coordenador nacional da ação	Leonel Graça Generoso Pereira

Resultados:

Os 04 Núcleos temáticos criados dentro da SBF, desenvolvem diversas atividades em parceria com outros Departamentos dando a estes apoio e suporte. Dessa forma, muitas das atividades aqui mencionadas estão descritas nas ações coordenadas por estes departamentos. Comunidades locais, populações tradicionais, gestores públicos e privados e multiplicadores também atuam em parceria com os Núcleos para o alcance dos seus objetivos. Seguem, abaixo, as atividades coordenadas diretamente pelos Núcleos:

O Núcleo Cerrado e Pantanal desenvolveu as seguintes atividades:

Houve a participação do NCP/SBF na Rede de Pesquisas para o Cerrado (COMCERRADO – Rede de Pesquisa para a Conservação e o Uso Sustentável do Cerrado), juntamente com o MCT. A participação do NCP foi no sentido de apoiar, como instância governamental, a criação da Rede (ocorrida formalmente em março de 2007), para a qual se prevê que haja dotação orçamentária própria, a ser incluída no PPA. Para tanto, houve uma audiência pública na Câmara dos Deputados, ocasião em que a Secretária de Biodiversidade e Florestas foi chamada a esclarecer a importância da criação de uma rede desse porte a fim de desenvolver novas tecnologias para diminuição do impacto causado pelo aumento da fronteira agrícola, entre outros problemas, visando o desenvolvimento sustentável do Cerrado. Foram realizadas reuniões para formalização de parceria da SBF com a SEMAN/IBAMA com vistas a realização de levantamentos sobre vegetação natural dos biomas Cerrado e Pantanal. Houve a contratação de consultor para preparação de uma proposta de regulamentação para Resex e RDS no Cerrado, contemplando as peculiaridades socioambientais do bioma. A proposta elaborada pelo consultor contemplou os temas mais polêmicos em torno da questão de Resex e RDS no Cerrado, a partir de um texto-base (também produto da consultoria e que abordou as variáveis a serem consideradas quando se discute a questão da sociobiodiversidade no Cerrado, a base histórica das relações dos povos tradicionais que habitam o Bioma com as riquezas naturais encontradas na região, perpassando por várias outras questões sociais, econômicas e culturais), elaborado previamente à realização de uma Oficina Técnica, ocasião em que fora discutido, e que contou com a participação de representantes de algumas Resex já criadas no Cerrado, de comunidades tradicionais de MG, GO, MA, BA e PI, do MMA, do ICMBio, além de membros da comunidade acadêmica que têm a temática sócio-ambiental como base de seus estudos. A proposta que foi apresentada como produto final de consultoria, englobou as discussões havidas, e será a base para uma futura proposta de regulamentação a ser feita por meio de Decreto presidencial à Lei nº 9.9985/2000 que trata do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). A Comissão Nacional do Programa Cerrado Sustentável está em funcionamento, tendo realizado em 2007 as 6ª, 7ª Reuniões Ordinárias e uma Reunião Extraordinária. Houve a participação do Núcleo Cerrado e Pantanal no Grupo de Trabalho-GT do Carvão Vegetal. Houve a participação do Núcleo nos eventos pela aprovação da PEC 115-A/95 que eleva os biomas Cerrado e Caatinga a Patrimônio Nacional em que foram apresentadas as ações do NCP para a conservação e o uso sustentável do Bioma Cerrado. Foram realizadas reuniões com lideranças comunitárias e assessorias e participação em vários eventos, a fim de conhecer e apoiar as diversas práticas de conservação e de uso sustentável dos recursos do bioma Cerrado (Buritizeiro-MG, Barreiras-BA, Januária-MG). Houve a participação junto ao Programa Nacional de Florestas para a implementação dos CRAD's - Centros de Recuperação de Áreas Degradadas, em Paracatu-MG. Foram realizadas reuniões para articulação junto ao Governo da Bahia pela criação de um Corredor no oeste daquele estado com vistas a ligação entre o Parque Nacional do Grande Sertão Veredas e o Parque Nacional da Serra da Capivara no sul do estado do Piauí. Foram realizados 7 estudos para levantamento das informações sobre meios físico e biótico e sócio-econômicas nos municípios de Lassance, Corinto, Buenópolis, Riacho dos Machados, Rio Pardo de Minas, Ibiaí/ Ponto Chique e Buritizeiro, todos em MG. A consultoria, ainda em andamento, tem apresentando como produtos os principais relatórios técnicos de levantamentos físico-biótico e sócio-ambiental que deverão compor os processos, no ICMBio, para criação de unidades de conservação de uso sustentável (RESEX e RDS) na bacia do Rio São Francisco. Houve o lançamento de mapa sobre unidades de conservação e de terras indígenas nos biomas Cerrado e Pantanal em parceria com a TNC. O sítio eletrônico do MMA disponibilizou os resultados do processo de atualização das áreas prioritárias para a conservação e uso sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade dos biomas Cerrado e Pantanal, realizado em 2006 e formalmente lançado por portaria ministerial em janeiro de 2007. Pareceres e notas técnicas foram elaborados, principalmente aqueles relacionados a projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional, versando sobre utilização de recursos florestais não-madeireiros, carvão vegetal, proposta de criação de unidade de conservação estadual em categoria de unidade de conservação não contemplada no SNUC. O edital para seleção de notas conceituais para participação do GEF Cerrado Sustentável, cuja negociação continua em andamento junto ao Banco Mundial e GEF, foi lançado. Foram recebidas 20 notas conceituais até o dia 04 de junho de 2007, e forma selecionadas, mediante 3 etapas (Núcleo Cerrado e Pantanal, Câmara Técnica e Comitê da Iniciativa), 3 notas conceituais que procederão ao detalhamento dos

respectivos sub-projetos junto ao Banco Mundial.

O Núcleo Caatinga desenvolveu as seguintes atividades:

Participação no processo de mobilização para a aprovação da PEC 115-A/95. Houve a definição das prioridades para a criação de Unidades de Conservação e Corredores, após discussão com a Diretoria de Áreas Protegidas-DAP e a Coordenação do Bioma Caatinga do Instituto Chico Mendes. Houve a participação na elaboração do Plano de Gestão do Corredor da Caatinga (Sergipe, Alagoas, Bahia, Pernambuco, Piauí). Foi selecionado projeto para a Delimitação e Criação do Corredor da Onça no Estado da Bahia. Houve a seleção e homologação de um projeto da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia, que começara a ser executado em 2008. Apoiou-se o processo de criação do Parque Nacional de Serra Vermelha (Piauí), com a participação em expedições na região e notas técnicas. Retomou-se, junto a DAP, o processo de criação do Monumento Natural de Xingó (Alagoas, Sergipe, Bahia), com a definição da categoria e plano de trabalho para finalizar o processo. Houve articulação com a sociedade para o início do processo de renovação da representação do Grupo de Trabalho da Caatinga e discussão sobre sua reestruturação (elaboração de regimento interno e plano de trabalho). Apoio às reuniões e ações do Conselho da Reserva da Biosfera da Caatinga. Negociou-se junto ao Centro de Monitoramento do IBAMA – CEMAM e ao INPE a elaboração e implementação do Sistema de Monitoramento do Desmatamento no Bioma Caatinga. Além disso, foi feita a especificação dos produtos que serão fornecidos para o monitoramento do bioma.

O Núcleo Mata Atlântica e Pampa desenvolveu as seguintes atividades:

Houve o acompanhamento e participação das discussões e negociações do Projeto de Lei Nº 6.424, de 2005, que trata de alterações do Código Florestal (Lei Nº 4.771 de 1965). O PL já foi aprovado, em 12 de dezembro de 2007, pelo Senado Federal e pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados e atualmente está em discussão na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Além disso, o Núcleo participou das discussões e negociações dos seguintes Projetos de Lei: Projeto de lei nº 3057/2000, que dispõe sobre parcelamento do solo e regularização fundiária sustentável em áreas urbanas e Projeto de Lei Complementar Nº 12, de 2003, que fixa normas para cooperação entre a União, Estados e Municípios, nas ações de competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição, à preservação das florestas, da fauna e da flora, previstas no Art. 23 da Constituição Federal. Houve também participação nas negociações das Resoluções no Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), relacionadas com a temática da Mata Atlântica. Em 23 de fevereiro de 2007, foi publicada a Resolução CONAMA Nº 388/07, a qual convalidou as Resoluções que definem a vegetação primária e secundária nos estágios inicial, médio e avançado de regeneração da Mata Atlântica para fins do disposto no art. 4º § 1º da Lei Nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006. Em 25 de julho de 2007, foram publicadas as Resoluções CONAMA Nº 391/07 e 392/07, que regulamentam os estágios sucessoriais das florestas nos estados de Minas Gerais e Paraíba. Tais resoluções regulamentam dispositivos da Lei da Mata Atlântica (Lei Nº 11.428/06). Tramitam ainda no CONAMA propostas de resolução elaboradas pelo NAPMA/SBF sobre regulamentação de estágios sucessoriais de Campos de Altitude e Restingas, ecossistemas associados à Mata Atlântica. Destaca-se ainda a elaboração da primeira versão da regulamentação da Lei Nº 11.428/2006 (Lei da Mata Atlântica) cuja minuta do Decreto está em análise no MMA. O Acordo de Cooperação Técnica com o IBGE, de 12 de novembro de 2007, visando a elaboração do Mapa da Área de Aplicação da Lei Nº 11.428/2006 – Lei da Mata Atlântica, foi assinado. O IBGE, em colaboração com a NAPMA/SBF, já elaborou a primeira versão do Mapa, o qual encontra-se em discussão para ajustes finais. Houve análise e elaboração de pareceres e notas técnicas sobre Projetos de Lei, Resoluções do CONAMA relacionados com a temática da Mata Atlântica. Projetos bilaterais do KfW- Group com os Estados (RS, SC, PR, SP, RJ e MG) e do Projeto Corredores Ecológicos do PPG7 (BA, ES) no bioma Mata Atlântica foram acompanhados bem como apoiou-se à Secretaria Técnica do Subprograma Projetos Demonstrativos (PDA/PPG7) na elaboração das chamadas de projetos. Foi estabelecido ponto focal no NAPMA para acompanhar o PDA-Mata Atlântica. Apoiou-se à

Secretaria Técnica do PDA Mata Atlântica na elaboração das Chamadas: 06-Corredores Ecológicos; e 05(ex-7)-Apoio e Redes de Geração de Conhecimento. Os estudos técnicos para a proposta de criação de nova Unidade de Conservação na região do Campo dos Padres-SC, bem como os pareceres internos do MMA e do IBAMA foram concluídos. Finalizou-se a proposta técnica de criação de Unidades de Conservação que integrarão o Corredor Ecológico no Estado de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Realizou-se estudos técnicos e consultas públicas no período de 17 a 21 de dezembro de 2007, para criação de Reserva Extrativista em Garopaba-SC. Pelo Decreto de 21/12/07, foram criadas 02 (duas) UCs Federais de Proteção Integral, na Bahia, (RVS Rio dos Frades 894 ha e RVS de Una- 23.400 há), ampliada uma UC Federal (Reserva Biológica de Una - 7.100 ha, total 18.500 ha), e criada a Reserva Extrativista de Cassurubá (BA) – 100.462 há. Iniciou-se os estudos para criação de Unidade de Conservação na região de Bertioga, litoral de São Paulo. Houve a elaboração de mapas georeferenciados, pelo Núcleo de Geoprocessamento, das áreas sob estudos para criação de Unidades de Conservação. Houve o cruzamento de informações espaciais adquiridas ou levantadas em campo em formato de mapas, tabelas, gráficos ou relatórios; captação ou compra, registro, fusão, correções e interpretação de imagens de satélite, aerofotolevantamentos e documentação fotográfica em campo. Elaborou-se subsídios para o planejamento do NAPMA e da Diretoria de Áreas Protegidas e outras Diretorias da SBF com informações geográficas produzidas através dos Sistemas de Informações Geográficas (SIG's) e Sensoriamento Remoto. Auxílio nos trabalhos de campo por meio do uso de geotecnologias. Houve o apoio à Secretaria de Biodiversidade e Florestas na identificação e definição de áreas prioritárias para criação de Unidades de Conservação.

Obs: As atividades abaixo foram realizadas com recursos do Programa Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros e do Projeto Mata Atlântica (FAO) GCP/BRA/061/WBK- Banco Mundial – RFT

-Elaboração do plano para ampliação das Unidades de Conservação do Bioma Pampa.

-Elaborado documento de caracterização das regiões do Bioma Pampa a serem estudadas para fins de planejamento da conservação.

-Participação das atividades e consolidar os resultados dos estudos e propostas de criação de unidades de conservação federais no Bioma Pampa desenvolvidos por grupo de trabalho designado pelo Ministério do Meio Ambiente.

-Instituído pelo Decreto Presidencial s/nº em 17 de dezembro de 2007, O Dia Nacional do Pampa, em homenagem ao ambientalista José Antônio Lutzenberger, que será comemorado anualmente.

-Lançamento do mapeamento da cobertura vegetal do bioma Pampa, elaborado pelo Ministério do Meio Ambiente com apoio da UFRGs, EMBRAPA e IBGE, demonstrando que ainda restam 41,32% de remanescentes da vegetação nativa.

O Núcleo Zona Costeira e Marinha desenvolveu as seguintes atividades:

Concluiu os estudos de mapeamento dos ecossistemas costeiros e da Atualização das Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade Brasileira, institucionalizado por meio da Portaria MMA nº 09 de 23 de janeiro de 2007. Confecção do capítulo referente à Zona Costeira e Marinha do livro lançado em janeiro de 2007 com o mesmo título. No que tange às áreas protegidas, foram emitidos pareceres para a criação de Unidades de Conservação costeiras e marinhas como subsídio ao Departamento de Áreas Protegidas, foi realizado acompanhamento de processos e audiências sobre a criação e gestão de áreas costeira e marinhas protegidas junto à DAP, GABIN/SBF e SECEX e auxílio na elaboração de subsídios técnicos para o planejamento do corredor marinho do Corredor Central da Mata Atlântica. Houve a publicação do Volume IV da Série Áreas Protegidas do Brasil, na versão português e inglês, intitulados "Áreas Aquáticas Protegidas como instrumento de

Gestão Pesqueira” e “Aquatic Protected Areas as Fisheries Management Tools”. Todas as publicações do Núcleo da Zona Costeira e Marinha foram disponibilizadas em formato digital no site do MMA. O site do Ministério do Meio Ambiente, no que se refere às atividades desenvolvidas pelo Núcleo da Zona Costeira e Marinha foi atualizado. Desenvolveu-se parceria com o Projeto ORLA e disponibilização da Campanha “Conduta Consciente em Ambientes Recifais” no site do GERCOM e houve a colaboração com o evento do Dia Mundial de Limpeza das praias nos municípios de Maceió, Tamandaré, Maracajaú e Natal; participação no júri nacional do projeto “Bandeira Azul”; articulação e fornecimento de subsídios técnicos no edital da S.O.S Mata Atlântica para a criação e gestão de UC`s na Zona Costeira e Marinha. O roteiro para um vídeo divulgando as experiências brasileiras no uso das UCs e gestão pesqueira e de pareceres sobre os impactos negativos da carcinicultura em manguezais do país foi elaborado, bem como, o envio e aprovação ao GEF do projeto “Conservação e Uso Sustentável dos Manguezais do Brasil” com valor de doação de 5 milhões de dólares, além da participação técnica nos editais para conservação da zona costeira e marinha amazônica do Instituto Internacional de educação do Brasil – IEB. Foram realizadas reuniões para estabelecer parcerias para execução do projeto “Fortalecendo a Capacidade Institucional dos Sítios Ramsar Brasileiros”, bem como a realização de Planejamento de Conservação de Áreas em 3 Sítios Ramsar (APA da Baixada Maranhense, APA das Reentrâncias Maranhenses e Parque Nacional da Lagoa do Peixe) para cumprir o referido Projeto. Foi estabelecido o Grupo de Trabalho para construção do Programa de Sustentabilidade para as zonas úmidas da Bacia do Prata, em cooperação com Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai e foi enviada documentação e fornecido apoio técnico e político para indicação do Parque Estadual do Rio Doce – MG, e da RPPN do Rio Negro – MS, como Sítio Ramsar. Em comemoração ao Dia Internacional das Zonas Úmidas - 02 de fevereiro, foi realizada exposição no Hall de entrada do MMA e distribuída a publicação do livro e CD “Zonas Úmidas – Pesca para o Futuro” . Houve o acompanhamento técnico do Convênio 2005 CV000006 com o Instituto Recifes Costeiros para realização do “Programa de Monitoramento de Recifes de Corais Brasileiros - Reef Check”, cujo objeto é o monitoramento dos recifes de coral em unidades de conservação do Brasil, desde o Rio Grande do Norte ao sul da Bahia, e ilhas oceânicas. Repassado valor R\$ 3.000,00 em 07/05/2007 para Instituto Recifes Costeiros. Foi prevista a criação do GT Zona Costeira e Marinha;

Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso	Responsáveis
Na ação Implantação de Sistema de Gestão para Conservação e Uso Sustentável dos Biomas Brasileiros, foram previstos o valor de R\$ 1.160.000,00 fonte (0195). Os recursos de doação não foram utilizados tendo em vista que o acordo de doação ainda se encontra em fase de negociação. Acordo não assinado.	Leonel Graça Generoso Pereira

Metas e resultados de cada ação durante o exercício de 2007

Metas Previstas		Metas Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
20	1.880.000,00	05	387.031,00

Recursos vinculados a financiamento externo e/ou cooperação técnica internacional utilizados na execução da ação:

Código do Projeto*	Organismo Financiador	Finalidade	DOAÇÃO contratada	Contrapartida Nacional	Valor transferido no exercício	Avaliação dos resultados do Projeto no Exercício	Observações
(FAO)GCP/BRA/061/WBK Projeto Mata Atlântica.	RAIN FOREST TRUST FUND – RFT TF050191 Banco Mundial	Prover apoio técnico e metodológico para reforçar a nova estrutura institucional e promover o desenvolvimento do Projeto Mata Atlântica no âmbito do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil-PPG-7, bem como gerar informações para o planejamento do setor.	US\$ 1.100.000,00	US\$ 180.000,00	US\$ 100.974,96	Ver item abaixo com a descrição dos resultados alcançados	Os recursos da doação contratada são executados diretamente pelo Banco Mundial/FAO.

-Firmado o Termo de Cooperação Técnica entre o MMA, ABC e FAO.

-Elaborada a primeira versão da regulamentação da **Lei da Mata Atlântica** (Lei Nº 11.428/06)– Minuta de Decreto – elaborada pelo NAPMA/SBF está em análise no MMA.

-Assinado o Acordo de Cooperação com o IBGE em 12 de novembro de 2007, visando à cooperação técnica para elaboração do Mapa da Área de Aplicação da Lei Nº 11.428/2006 – Lei da Mata Atlântica. O IBGE, em colaboração com a NAPMA/SBF, já elaborou a primeira versão do Mapa, a qual está em discussão para ajustes finais.

-Conclusão os estudos técnicos para a proposta de criação de nova Unidade de Conservação na região do Campo dos Padres-SC, bem como os pareceres internos do MMA e do IBAMA. A proposta de criação do Parque, com aproximadamente 56.000 hectares, encontra-se pendente de decisão da Justiça Federal de Santa Catarina.

-Finalização da **proposta técnica de criação de Unidades de Conservação** que integrarão o Corredor Ecológico no Estado de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A proposta foi apresentada aos Prefeitos de 14 municípios da região, aos órgãos públicos, universidades e ONGs dos estados do RS e SC e encaminhada ao Ministério Público Federal, ao IBAMA, ao Instituto Chico Mendes, ao Ministério das Minas e Energia. A SBF também já elaborou o cronograma de consultas públicas, as quais deverão ser realizadas no primeiro semestre de 2008.

-Realização de **estudos técnicos e consultas públicas** no período de 17 a 21 de dezembro de 2007, para criação de Reserva Extrativista em Garopaba-SC.

- Pelo **Decreto de 21/12/07**, foram criadas 02 (duas) UCs Federais de Proteção Integral, na Bahia, (RVS Rio dos Frades 894 ha e RVS de Una - 23.400 há), ampliada uma UC Federal (Reserva Biológica de Una - 7.100 ha, total 18.500 ha), e criada a Reserva Extrativista de Cassurubá (BA) – 100.462 ha.

-Início dos **estudos para criação** de Unidade de Conservação na região de Bertioga, litoral de São Paulo.

-Elaboração de mapas georeferenciados, pelo Núcleo de Geoprocessamento, das áreas sob estudos para criação de Unidades de Conservação.

2 - Desempenho operacional

Taxa de remanescente por bioma

a) Utilidade:

A vegetação é um dos principais componentes dos sistemas bióticos e um dos principais componentes que configuram o habitat natural. Assim, é um dos fatores que condicionam um ecossistema e por essa via determinam a distribuição das populações de determinadas espécies (sejam elas da flora ou fauna). Dessa forma, taxas de remanescente de vegetação original dos biomas representam diretamente quanto ainda existe de áreas naturais necessárias à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo da fauna e flora nativas, para a manutenção de serviços ambientais ou mesmo para o fornecimento de bens essenciais à sobrevivência de populações humanas.

b) Tipo: eficácia, eficiência ou efetividade:

Eficácia.

c) Fórmula de cálculo:

Relação percentual entre a área total remanescente do bioma e a área total desse bioma.

d) Método de aferição:

Porcentagem de taxa de remanescente por bioma

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:

Secretaria de Biodiversidade e Florestas

f) Resultado do indicador no exercício:

Em dezembro de 2007 foi lançado o Mapeamento da Cobertura Vegetal do Bioma Mata Atlântica, realizado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro no âmbito do Projeto de Conservação da Biodiversidade PROBIO/MMA. Referido mapeamento apontou uma taxa de remanescentes de 27% em relação à área original do Bioma, incluindo os remanescentes florestais e de vegetação de campos naturais, restingas e manguezais. Cerca de 7% são remanescentes florestais bem conservados, o restante é vegetação em estágio inicial e médio de regeneração. Estes dados apontam para a redução dos índices de desmatamento e para a existência de um processo de recuperação da vegetação nativa do Bioma.

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:

Não se aplica

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis:

No momento, o Programa está contribuindo para que o MMA estabeleça uma metodologia e um sistema de monitoramento que aponte anualmente os índices de desmatamento/incremento da área de cobertura vegetal nativa por bioma, considerando a conservação e recuperação no limite das ações propostas pelo Programa em relação às áreas mapeadas em 2006.

Programa 0104- Recursos Pesqueiros Sustentáveis

Objetivos - Promover o uso sustentável dos recursos pesqueiros, conciliando os interesses da exploração comercial com a necessidade de sua conservação.

Dados gerais:

Tipo de programa	Programa Finalístico
Objetivo geral (conforme cadastro de ações do PPA)	Promover o uso sustentável dos recursos pesqueiros, conciliando os interesses da exploração comercial com a necessidade de sua conservação.
Objetivo Específico	Ampliar a participação do uso sustentável dos recursos da biodiversidade continental e marinha e das áreas protegidas no desenvolvimento nacional
Gerente do programa	Maria Cecília Wey de Brito
Gerente executivo	Bráulio Ferreira de Souza Dias
Indicadores ou parâmetros utilizados	Índice de sustentabilidade para o uso dos recursos pesqueiros
Público-alvo (beneficiários)	Pescadores, armadores de pesca, empresários de pesca, aqüicultores e sociedade

Ações do Programa que melhor representam e materializam a execução do Programa:

Ação	Justificativa
6016- Manejo Integrado dos Recursos Aquáticos na Bacia Amazônica - AquaBio	O Projeto AquaBio tem como finalidade a gestão integrada da biodiversidade aquática na Bacia Amazônica, partindo da premissa de que a participação dos diversos setores da sociedade e esferas do poder público (municipal, estadual e federal) em um processo contínuo de articulação, diálogo, elaboração e execução de políticas e atividades convergentes é o caminho para a efetividade de ações de recuperação e conservação dos recursos aquáticos. Trata-se de um Projeto que articula educação ambiental, em seus diversos níveis, com apoio a subprojetos e elaboração de sistema de informações como instrumentos centrais para tal processo. Espera-se que os resultados do Projeto possibilitem sua replicação para outras Bacias do país.
0585-Pagamento do Seguro-Desemprego ao Pescador Artesanal	O pagamento do seguro-desemprego durante o período de defeso da pesca para o pescador artesanal é uma eficaz medida que concilia a conservação dos recursos pesqueiros com uma "assistência" socioeconômica aos pescadores que sobrevivem da pesca. Uma vez que no período de desova dos peixes a pesca é proibida, de forma a garantir a reprodução dos recursos, os pescadores contam com uma renda (seguro-desemprego) para compensar o período em que não é

Ação	Justificativa
	possível obter essa renda pela pesca.
2946 -Fiscalização das Atividades do Setor Pesqueiro	A fiscalização das atividades do setor pesqueiro tem se mostrado como uma ação de suma importância para garantir o uso sustentável dos recursos pesqueiros e a implementação das políticas e normas definidas para o setor, contando com a participação ativa da sociedade civil diretamente interessada e ações de educação ambiental. São fiscalizadas pela ação embarcações, pescadores, pontos de comercialização, frigoríficos, estabelecimentos comerciais, entre outros e respectivas licenças, autorizações e registros.

Gestão das ações:

Ação 6016- Manejo Integrado da Biodiversidade Aquática na Amazônia

Dados gerais da ação:

Tipo (Orçamentária ou Não -Orçamentária)	Orçamentária
Finalidade	Contribuir para a conservação e uso sustentável da biodiversidade aquática de importância global na bacia amazônica.
Descrição	Partindo-se de diagnósticos, estudos e workshops serão definidas estratégias para a construção de arranjo institucional para atuação na gestão integrada de biodiversidade aquática e recursos hídricos em duas sub-bacias.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Biodiversidade e Florestas/Departamento de Conservação de Biodiversidade/Gerência de Gestão de Recursos Pesqueiros
Unidades executoras	Gerência de Gestão de Recursos Pesqueiros
Áreas responsáveis pelo gerenciamento ou execução	Gerência de Gestão de Recursos Pesqueiros
Coordenador nacional da ação	Roberto Ribas Gallucci
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso) - coordenador de ação por localizador	

Resultados:

Em 2007 foram firmados os Acordos de Cooperação Técnica entre o MMA, o Ibama, o Instituto Chico Mendes, a FUNAI e as Secretarias Estaduais de Meio Ambiente dos estados do Mato Grosso, Amazonas e Pará, tendo como objeto a implementação das ações do Projeto AquaBio e foi realizado o Seminário de Lançamento do Projeto no Estado do Mato Grosso – Sub Bacia do Xingu – município de Água Boa-MT, de 27 a 29 de novembro. O Seminário contou com a participação de diversos representantes do setor público, entidades da sociedade civil, ONGs, setor privado, instituições de ensino e pesquisa do estado e dos municípios de Água

Boa, Canarana e Querência. Como resultados do evento: foram estabelecidos Comitês Provisórios de Acompanhamento do Projeto no âmbito estadual e municipais; mapeadas as atividades afins ao Projeto em andamento nas áreas selecionadas; mapeadas propostas de atividades e subprojetos; levantados subsídios para a elaboração do Diagnóstico Detalhado Socioambiental dos municípios envolvidos e apresentados os indicadores atuais do Projeto. Com relação às metas financeiras, no ano de 2007, os recursos de doação e recursos da União para a Unesco, entidade com a qual o Projeto, por meio da Secretaria de Biodiversidade e Florestas, mantêm Acordo de Cooperação Técnica Internacional, para a execução do Projeto, foram repassados somente em novembro. Com execução prevista para o início de 2007, o Projeto sofreu atraso em sua execução financeira devido a mudanças no fluxo de internalização dos recursos externos proveniente de Doação, coordenado pela STN/Ministério da Fazenda. Por outro lado, houve mudanças relacionadas às funções de gestão financeira, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente. Ainda assim, o projeto pôde realizar o Seminário de Lançamento do Projeto, na Sub Bacia do Xingu. Com os recursos internalizados na UNESCO, a perspectiva é de execução em 2008 da totalidade dos recursos. Com relação às metas físicas, o produto/unidade de medida/meta utilizado para avaliar os resultados da ação está sendo reestudado, uma vez que o mesmo não é adequado para medir os resultados do Projeto AquaBio durante sua implementação, que tem como atividades finalísticas atividades de capacitação, apoio a subprojetos, elaboração de Sistema e articulações para implementação de ações participativas. Seria mais plausível no fim da segunda metade do período de implementação do Projeto (2011) mensurar, em hectares, os resultados da implementação dessas atividades nas áreas demonstrativas do Projeto, uma vez que só então seria possível ter desdobramentos visíveis fisicamente das atividades específicas desenvolvidas nessas áreas de abrangência. Cabe ainda ressaltar que a própria abordagem participativa para o manejo integrado da biodiversidade aquática destaca-se como objetivo central do AquaBio.

Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso	Responsáveis
<p>Implementadas: Internalização dos recursos de doação ainda em 2007, o que garantiu o início de implementação do Projeto.</p> <p>A implementar: Modificar o produto/unidade de medida da ação, para que os resultados efetivos possam ser mensurados (pessoas capacitadas, projetos apoiados, instituições envolvidas com o tema do projeto, etc.).</p>	<p>Coordenação do Projeto e Coordenação Administrativa e Financeira da SBF</p>

Metas e resultados da ação durante o exercício de 2007:

Metas Previstas		Metas Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
70.000	3.832.000,00	29.400	1.902.604,00

Ação 2272- Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação:

Tipo (Orçamentária ou Não-Orçamentária)	Orçamentária
Finalidade	Contribuir para a conservação e uso sustentável da biodiversidade aquática de importância global na bacia amazônica.
Descrição	Partindo-se de diagnósticos, estudos e workshops serão definidas estratégias para a construção de arranjo institucional para atuação na gestão integrada de biodiversidade aquática e recursos hídricos em duas sub-bacias.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Biodiversidade e Florestas/Departamento de Conservação de Biodiversidade/Gerência de Gestão de Recursos Pesqueiros
Unidades executoras	Gerência de Gestão de Recursos Pesqueiros
Áreas responsáveis pelo gerenciamento ou execução	Gerência de Gestão de Recursos Pesqueiros
Coordenador nacional da ação	Roberto Ribas Gallucci

Resultados:

Despesas com diárias e passagens no valor de R\$ 15.000,00, pagamento de terceirizados (R\$ 60.000,00), Serviços Gráficos (R\$ 48.960,00) e descentralização para o Programa das Nações Unidas no valor de R\$ 15.413,00.

Recursos vinculados a financiamento externo e/ou cooperação técnica internacional utilizados na execução da ação:

Código do Projeto*	Organismo Financiador	Finalidade	DOAÇÃO contratada	Contrapartida Nacional	Avaliação dos resultados do Projeto no Exercício	Observações
6016- Projeto Manejo Integrado dos Recursos Aquáticos na Amazônia - AquaBio TF 056255	GEF/Banco Mundial	Apoiar a adoção de uma abordagem participativa de manejo integrado dos recursos aquáticos nas políticas públicas e programas da Bacia Amazônica, visando a conservação e uso sustentável da biodiversidade aquática	US\$7.180.000	U\$9.951.000	Firmados os Acordos de Cooperação Técnica entre o MMA, o Ibama, o Instituto Chico Mendes, a FUNAI e as Secretarias Estaduais de Meio Ambiente dos estados do Mato Grosso, Amazonas e Pará, tendo como objeto a implementação das ações do Projeto AquaBio; Realizado o Seminário de Lançamento do Projeto no Estado do Mato Grosso - Sub Bacia do Xingu - município de Água Boa-MT, de 27 a 29 de novembro	

ITENS VI, VII e VIII

Previdência Complementar Patrocinada, Instituições Beneficiadas por Renúncia Fiscal e Operações de Fundo

CONTEÚDO DO RELATÓRIO DE GESTÃO

(NR) (Decisão Normativa n.º 88, de 28/11/2007, BTCU n.º 7/2007 Especial)

Informamos, para fins do disposto no item 04, 06 e 07 do Anexo II da Decisão Normativa TCU n.º 85/2007, alterado pela de n.º 88/2007, que a Secretaria de Biodiversidade e Florestas não possui projetos ou instituições beneficiadas por renúncia de receita pública federal e que as entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas bem como a avaliação do impacto sócio-econômico das operações de fundos não se aplicam a órgãos da Administração Direta do Poder Executivo.

ITENS IX

Conteúdos Específicos

Anexo A

Demonstrativo de Tomada de Contas Especiais



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS

DECLARAÇÃO

Declaro, para fins do disposto no item 12 do Anexo II da Decisão Normativa TCU n.º 85/2007, alterado pela de n.º 88/2007, que a Secretaria de Biodiversidade e Florestas não instaurou processo relativo a Tomada de Contas Especial, em que, antes de serem encaminhadas ao Tribunal, tenha ocorrido a aprovação da prestação de contas dos recursos financeiros repassados, mesmo que apresentada intempestivamente, ou tenha ocorrido o recolhimento do débito imputado, desde que comprovada a ausência de má-fé do responsável, conforme inciso II do art. 7º da Instrução Normativa TCU nº 13, de 4 de novembro de 1996.

Brasília, de fevereiro de 2008.

Maria Cecília Wey de Brito
Secretária de Biodiversidade e Florestas

Anexo B

Demonstrativo de Perdas, Extravios ou outras Irregularidades



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS

DECLARAÇÃO

Declaro, para fins do disposto no item 14 do Anexo II da Decisão Normativa TCU n.º 85/2007, alterado pela de n.º 88/2007, que na Secretaria de Biodiversidade e Florestas não houve a ocorrência de perdas, danos ou outras irregularidades, em que o dano foi imediatamente ressarcido, sem que tenha sido caracterizada a má-fé de quem lhe deu causa, tendo, assim, ficado a autoridade administrativa competente dispensada da instauração de Tomada de Contas Especial., conforme § 3º do art. 197 do RI/TCU.

Brasília, de fevereiro de 2008.

Maria Cecília Wey de Brito
Secretária de Biodiversidade e Florestas

Anexo C

Despesas com cartão de crédito corporativo



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS

DECLARAÇÃO

Declaro, para fins do disposto no item 08 do Anexo II da Decisão Normativa TCU n.º 85/2007, alterado pela de n.º 88/2007, que a Secretaria de Biodiversidade e Florestas não possui gastos com cartões de crédito cooperativo.

Brasília, de fevereiro de 2008.

Maria Cecília Wey de Brito
Secretária de Biodiversidade e Florestas

Anexo D

Recomendações de Órgãos de Controle

Recomendações dos Órgãos de Controle

1. Tribunal de Contas da União

Número do Acórdão	Descrição da Determinação ou Recomendação	Providências Adotadas pela Unidade
Acórdão nº 2595-2007	1- à Secretaria Executiva /MMA-SECEX-MMA 1.2 Fazer com que o Relatório de Gestão contenha todos os itens determinados pela Decisão Normativa/TCU nº 62, de 27/10/2004, a fim de possibilitar a avaliação dos resultados alcançados pela unidade no exercício, tendo em vista a ausência de alguns elementos relacionados na aludida Decisão Normativa, a exemplo do demonstrativo relativo ao PNMA II (BIRD 4524) e ao PNF (Fundo GEF Caatinga)	As informações solicitadas foram incorporadas no presente relatório.
Acórdão nº 2595/2007	1.11- Exigir o ressarcimento do valor de R\$ 641,01, da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal de Pernambuco (FADE) a conta do Convênio nº 0097.00/02, celebrado entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e aquela Fundação.	A FADE devolveu o valor de R\$ 1.410,88, correspondente ao valor original atualizado de acordo com os cálculos do TCU.
Acórdão nº 2595/2007	1.12- Exigir o ressarcimento do valor de R\$ 8.017,39, relativo ao pagamento de impostos no âmbito do Convênio nº 0095.00/03, celebrado entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o Instituto para Desenvolvimento de Energias Alternativas e da Auto Sustentabilidade (IDEAAS).	O IDEAAS devolveu o valor de R\$ 15.503,86, correspondente ao valor original atualizado de acordo com os cálculos do TCU.
Acórdão nº 2595/2007	1.13- Exigir o ressarcimento do valor de R\$ 7.242,84, relativo ao pagamento de impostos no âmbito do Convênio nº 2569.00/02, celebrado entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS).	A UFRGS devolveu o valor de R\$ 15.941,72, correspondente ao valor original atualizado de acordo com os cálculos do TCU, de acordo com o Of. 008/08, de 30 de janeiro de 2008.
Acórdão nº 2595/2007	1.14- Caso não tenha sido efetuado, exigir a comprovação da aplicação dos recursos de contrapartida por meio de registro em Relatórios de Execução Físico-financeira, relativa ao Convênio nº 2569.00/02, celebrado entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS).	A UFRGS enviou a documentação comprovando a utilização de R\$ 177.952,00 de recursos de contrapartida na prestação de constas final do convênio, que foi analisada e aprovada pelo CNPq de acordo com o Of. 008/08, de 30 de janeiro de 2008.

<p>Acórdão nº 2595/2007</p>	<p>1.15- Exigir o ressarcimento do valor de R\$ 3.371,84 relativo ao pagamento de impostos no âmbito do Convênio nº 2696.00/02, celebrado entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul (FZRS).</p>	<p>A Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul (FZRS) devolveu o valor de R\$ 7.421,44 correspondente ao valor original atualizado de acordo com os cálculos do TCU de acordo com o Of. 002/08-GCF/NF.</p>
<p>Acórdão nº 2595/2007</p>	<p>1.17- Realizar inventários anuais dos bens patrimoniais do Projeto BRA/01/022- Corredores Ecológicos, providenciando novos Termos de Responsabilidade pelos bens de cada Unidade de Coordenação – Bahia e Amazonas. Foram colocadas plaquetas em todos os bens e obtidos os termos de responsabilidade dos Coordenadores dessas unidades</p>	<p>Foi feito o levantamento de todos os bens adquirido para a Unidade de Coordenação Geral (MMA) e Unidades de Coordenação Estadual do Espírito Santo, Bahia e Amazonas. Foram colocadas plaquetas em todos os bens e obtidos os termos de responsabilidade dos Coordenadores dessas unidades</p>
<p>Acórdão nº 2595/2007</p>	<p>2.2- Informar nas próximas contas da SECEX/MMA se a aquisição do computador IMAC APPLE (Macintosh) no âmbito do Convênio nº 0097.00/02 celebrado entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal de Pernambuco (FADE) não implicou aumento da despesa inicialmente orçada para aquisição do computador portátil 128MB previsto no POA/2002.</p>	<p>A Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal de Pernambuco (FADE) apresentou o seguinte esclarecimento quanto à aquisição do computador IMAC APPLE(Macintosh) no âmbito do Convênio nº 0097.00/02: “ Esclarecemos que a aquisição do computador IMAC APPLE(Macintosh) foi solicitada nos limites dos recursos disponíveis e por se tratar de equipamento com maior capacidade técnica, compatível com o equipamento de projeção de multimídia indispensáveis a consecução da pesquisa, em face da utilização de imagens. O valor do equipamento adquirido não ultrapassou o total orçado para o item que previa anteriormente a aquisição de um computador portátil. Como se verificou posteriormente, com o andamento do projeto, a aquisição de um equipamento portátil geraria risco e insegurança no transporte e manuseio do mesmo para realização dos trabalhos de campo, que ocorriam normalmente em embarcações locais para para viagens marítimas sobre os recifes de corais.</p>
<p>Acórdão nº 2595/2007</p>	<p>2.3- Informar nas próximas contas da SECEX/MMA se foi procedida a devolução dos recursos para aquisição de impressora laser, prevista no POA/2003, no âmbito do Convênio nº 0097.00/02, celebrado entre</p>	<p>A Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal de Pernambuco (FADE) devolveu o valor de R\$ 6.173,70 previstos para a aquisição de material permanente.</p>

	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal de Pernambuco (FADE).	
Acórdão nº 2595/2007	2.4- Informar nas próximas contas da SECEX/MMA sobre a conclusão da análise da prestação de contas final do Convênio nº 0043.00/03	Em 31 de outubro de 2005, a Secretaria Técnica do Probio emitiu parecer aprovando a prestação de contas do Convênio nº 0043.00/03 firmado entre o CNPq e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro para a execução do projeto "RAP Ilha Grande: um levantamento da biodiversidade". Em 31/08/2006 o CNPq aprovou o demonstrativo financeiro de prestação de contas do convênio. Houve uma devolução de recursos no valor R\$ 794,91.
Acórdão nº 3559/2006	9.6- Determinar à Diretoria do Programa Nacional de Áreas Protegidas do MMA que cumpra o disposto nos §§2º e 3º do art. 4º do Decreto nº 3751/2001, bem como no art. 7º e parágrafo único, quando da contratação de prestadores de serviços, especialmente no que se refere à clareza e ao detalhamento das tarefas a serem realizadas e às tabelas de remuneração.	A Secretaria de Biodiversidade e Florestas - SBF vem cumprindo todos os preceitos e diretrizes do Decreto nº 5.151 de 22 de julho de 2004, que revogou o Decreto nº 3.751/2001.
Acórdão 3559/2006	9.7.1- determinar ao Diretor Nacional do Projeto Bra/00/021 que : verifique, antes de realizar qualquer contratação de pessoal, se existem condições de trabalho além de recursos físicos e tecnológicos necessários à consecução das atribuições dos profissionais a serem contratados, procedendo à contratação somente após garantir a possibilidade de realização das atividades acordadas.	A SBF tem, regularmente, adotado o critério de contratar serviços de consultoria apenas após verificar a existência de infra-estrutura necessária a realização dos serviços a serem contratados, bem como, a capacidade técnica do profissional para realizar as atribuições..
Acórdão 3559/2006	9.7.2- determinar ao Diretor Nacional do Projeto Bra/00/021 que : adote providências no sentido de que a documentação comprobatória das despesas realizadas seja devidamente identificada com os dados dos convênios em observância ao disposto na IN/STN nº 1/2007, sob pena de não ter validade como suporte documental.	Em acréscimo as disposições constantes das cláusulas dos Termos de Convênio celebrados com os executores, da referência a IN 01/97-STN, a Secretaria Técnica do Probio orientava os executores em seus treinamentos e na realização de monitorias sobre a exigência da identificação com o número do convênio em todos documentos de comprovação de gastos.
Acórdão 3559/2006	9.7.3 - aprimore o controle dos saldos não aplicados e devolvidos a conta do Tesouro Nacional, procedendo aos	Atendendo a recomendação da auditoria, os controles das devoluções foram efetuados e os

	<p>ajustes necessários nos registros dos investimentos, para que os demonstrativos apontem os recursos efetivamente aplicados no categoria Subdoações, informando, ainda, nas notas explicativas, se os saldos devolvidos estão sendo reaplicados no Projeto.</p>	<p>registros de investimentos devidamente atualizados com estas informações, de forma a retratar o efetivo investimento nos subprojetos. Os recursos referentes às devoluções foram reaplicados no Projeto até a regularização da devolução dos recursos ao Banco Mundial e registrados em notas explicativas ou em substituição de despesas. Para os novos Projetos, tais controles serão mantidos e aprimorados.</p>
<p>Acórdão nº 3559/2006</p>	<p>9.7.4- apure a realização, no âmbito do Subprojeto "Conservação da Diversidades do Recife das Timbebas", por força de convênio celebrado com a intermediação do CNPq, de despesa de natureza não prevista no respectivo plano de trabalho, relacionada à compra de equipamentos, bem como de produtos alimentícios e de limpeza em período próximo ao final da execução do Subprojeto, adotando, se for o caso, as providências necessárias com vistas à instauração de tomada de contas especial.</p>	<p>Na prestação de contas encaminhada à Secretaria técnica do PROBIO, constava o referido material permanente como material de consumo, bem como da descrição e quantidade do material adquirido demasiadamente, não propiciando a detecção na impropriedade. Foi encaminhado do ofício ao CNPq para que solicitasse a referida justificativa e a devolução dos recursos, se fosse o caso. A Secretaria Técnica do PROBIO reiterou, no Ofício Circular nº 180/PROBIO de 18/08/2003, encaminhando a todos os executores, que a realização das despesas obedeça ao estabelecido no POA e que as mesmas devam ser compatíveis em qualidade e especificidade com as atividades desenvolvidas para a execução do subprojeto. Mediante o envio do ofício nº 15556-2003 SEPC/COFIN/CNPq, de 09 de dezembro de 2003, foi solicitado ao representante legal do Instituto Conservation International do Brasil, a devolução de R\$ 6.890,83 (seis mil, oitocentos e noventa reais e oitenta e três centavos) – valores atualizados a época – ao qual, resposta, o instituto Conservation International do Brasil apresentou uma justificativa para as despesas, em documento datado dia 19 de janeiro de 2004. A Secretaria Técnica do Probio acatou a justificativa de que se tratava de material de mergulho, enquadrado como material de consumo pela Portaria nº 448/STN, evidenciando que não houvera utilização de recursos em categoria de despesa diferente da existente no plano de</p>

		<p>trabalho do convênio.</p> <p>O instituto Conservation International do Brasil justificou ainda que a aquisição de material de consumo de limpeza e de alimentos ocorrera ao longo do desenvolvimento do projeto "Conservação da Biodiversidade do Recife de Timbebas – PARNAM dos Abrolhos", e que apenas o pagamento ocorrera em data próxima ao término do Projeto.</p>
Acórdão nº 3559/2006	9.7.5- providencie, caso não tenha feito, no prazo de 30 dias, a cobertura de seguro para veículo adquirido no âmbito do Subprojeto "Biologia, Parâmetros Populacionais e Análise do Comércio de Cavalos Marinhos"	<p>A Secretaria Técnica do PROBIO solicitou providências para a contratação de seguro do automóvel citado por meio do Ofício nº 182/PROBIO de 18/08/2003, encaminhando ao executor, estando atualmente segurado. Como informação complementar cabe ressaltar que o veículo foi doado a Universidade Federal da Paraíba, em 02/08/2005, conforme publicado no DOU de 05/09/2005, pg 81, seção 3.</p>
Acórdão nº 3559/2006	9.7.6 - providencie o recolhimento dos valores não comprovados pelos gestores do Subprojeto ".Avaliação e Ação Prioritárias para a Zona Costeira e Marinha ".	<p>O Convênio de Nº 68.0140/98-4, firmado com a Fundação BIO-RIO, que tem por objetivo desenvolver o subprojeto "Avaliação e Áreas Prioritárias para a Zona Costeira e Marinha", foi inicialmente firmado no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), suplementado pelo 3º Termo Aditivo em R\$ 101.812,72 (cento e um mil, oitocentos e doze reais e setenta e dois centavos), totalizando R\$ 401.812,72 (quatrocentos e um mil, oitocentos e doze reais e setenta e dois centavos). Os valores não comprovados pelos gestores do Subprojeto foram recolhidos conforme demonstrado em Ofício nº 029/2007/SECEX/MMA.</p>
Acórdão nº 3559/2006	9.7.7 - observe os valores e o cronograma estipulados no termo dos convênios e respectivos aditivos quando da liberação de recursos.	<p>Os recursos eram disponibilizados para serem aplicados nos subprojetos são previstos nos Planos Operativos Anuais (POA), documentos formatados pelo Banco Mundial, que contém a descrição das despesas a serem realizadas em suas atividades/tarefas. Baseado no POA e elaborado o respectivo Plano de Trabalho. Todavia se fazem necessárias alterações no POA durante a execução dos subprojetos, que são devidamente aprovadas pela</p>

		Secretaria Técnica do PROBIO, podendo isto gerar divergências do Plano de Trabalho originalmente aprovado, conforme o constatado na auditoria. A fim de evitar estas divergências estão sendo, atualmente consideradas as alterações no POA na elaboração dos Planos de Trabalho, visando a sua compatibilidade, mediante termo aditivo.
Acórdão n° 3559/2006	9.9.1-determinar à Direção do Projeto FAO/UTF/BRA 047 que: conceda somente verbas na categoria adiantamento de petth cash em concordância com as normas do Manual de Execução Nacional do PNUD, que restringem esse tipo de concessão a profissionais membros da equipe-base;	Esclarecemos que a FAO - Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação, em seu Guia Operacional, Modulo IV, item II - Concessão, autoriza o adiantamento conforme os itens a seguir: 5- "A Concessão do Petty Cash será feita ao Diretor Nacional do Projeto ou seu preposto , que será o responsável por sua administração e prestação de contas. 6- O Diretor Nacional do Projeto poderá designar como administrador do Petty Cash profissionais da Agencia Executora, selecionados para a implementação de atividades previstas no Documento de Projeto." Esclarecemos ainda que a categoria "equipe-base" deixou de existir em 2002, por força do Termo de Ajustamento e Conduta assinado pelo Governo Federal, Ministério Publico e o Tribunal de Constas da União.
Acórdão n° 3559/2006	9.9.2. efetue o planejamento anual de compra de material que englobe os suprimentos de informática necessários ao bom andamento dos trabalhos do Projeto, sem incorrer no fracionamento de despesa, em discordância com os princípios estabelecidos na Lei n° 8.666/1993;	Todas as medidas foram adotadas para não haver fracionamento de despesas, sendo elaborado o Plano de Trabalho Anual para execução do projeto. Esse plano era submetido, em reunião tripartite, para aprovação da FAO, MMA e ABC.
Acórdão n° 3559/2006	9.9.3. providencie, caso ainda não tenha o feito, a conclusão do inventario físico-financeiro do Projeto, nos termos do disposto no item 32 do Manual de Execução Nacional do PNUD;	Em reunião do Comitê Diretivo (FAO, ABC e MMA) foi aprovado o Relatório Final do Projeto UTF/BRA/047/BRA, encerrado em 30/09/2005, e procedidas as recomendações contidas no Oficio n° 183/ABC, de 13/02/2006 no sentido de providenciar a transferência da titularidade dos bens adquiridos no âmbito do

		projeto.
Acórdão nº 3559/2006	9.9.4. ultime, no prazo de 30 (trinta) dias, caso ainda não o tenha feito, a análise da nova prestação de contas das verbas utilizadas pelo Sr. Raimundo Deusdará Filho, enviando a Secretaria Federal de Controle Interno os resultados dessa análise;	Foi solicitado à Secretaria Federal de Controle, mediante Ofício Nº 062 GAB/SBF/MMA de 15/03/2007, informações sobre o acatamento da análise da prestação de contas do Projeto UTF/BRA/047, quanto ao use de recursos na modalidade Petty Cash no ano de 2002. De posse desta informação a remeteremos a essa Egrégia Corte.
Acórdão nº 3559/2006	9.10 – determinar a Direção do Projeto BRA/097/G031 que, ao contratar profissionais para a realização de atividades de consultoria, cumpra o disposto no § 2º do art. 4º do Decreto nº 3.751/2001, especialmente em relação ao detalhamento dos serviços técnicos a serem desenvolvidos.	Cabe esclarecer que o Projeto BRA 97/G31, foi finalizado em setembro de 2005. No período entre 2002 e a data de finalização do Projeto, as contratações de serviços de consultoria seguiram as recomendações feitas pela Secretaria Federal de Controle, de modo que as atividades e produtos esperados fossem adequadamente detalhados. Todos os demais Projetos existentes no âmbito desta Secretaria vem cumprindo todos os preceitos do Decreto nº 5.151 de 22 de julho de 2004, que revogou o Decreto nº 3.751/2001.
Acórdão 3559/2006	determinar a Secretaria de Biodiversidade e Florestas do MMA que: 9.11.1 - providencie a regularização das doações de bens adquiridos com recursos do convênio nº680328/01-07 (SIAFI 434346), bem Como zele pela guarda e conservação dos referidos bens, ate que seja dada destinação definitiva aos mesmos.	Os bens adquiridos com recursos do convênio 680328/01-7(SIAFI434346) foram doados a Gerencia Executiva do IBAMA em Alagoas, conforme documentado no DOU de 30 de junho de 2004, a pagina 172 - seção 3.
Acórdão 3559/2006	9.11.2- abstenha-se de realizar contratações de materiais gráficos/impressos utilizando-se do previsto no art. 24, inciso XXI, da Lei nº 8.666/1993, conforme detectado no convenio SIAFI 362536;	A Secretaria de Diversidades e Florestas seguirá a recomendação e não pretende contratar a impressão de quaisquer materiais gráficos utilizando-se do previsto no art. 24, inciso XXI da Lei nº 8.666/93. A Secretaria Técnica do Probio, ligada a esta Secretaria, habitualmente orienta, nos treinamentos dos executores e nas monitorias dos subprojetos, sobre a obrigatoriedade da utilizando das normal do Banco Mundial para aquisições e a aplicação da Lei 8.666/93, naquilo que cabe.
Acórdão nº 1770/2006	9.1.1. constituam grupo para elaborar procedimentos a serem observados quando da realização de estudos técnicos para a criação de unidades de conservação	Constituição do grupo de trabalho. Elaboração e encaminhamento de minuta de Portaria à SECEX sobre procedimentos a serem adotados para a criação de unidades de conservação

<p>Acórdão n° 1770/2006</p>	<p>9.1.2. ao criar unidades de conservação, realizem oitivas dos setores afetados, fornecendo informações adequadas e inteligíveis, inclusive com as implicações do ato, a fim de que a proposta de criação represente, ao máximo, um consenso entre os envolvidos, tornando mais factível a implantação e a gestão da unidade</p>	<p>Os processos de criação de unidades de conservação vêm sendo elaborados da forma mais participativa possível, com reuniões prévias com os setores afetados, estudos dos impactos econômicos e sociais e com a realização de consultas públicas</p>
<p>Acórdão n° 1770/2006</p>	<p>9.1.3. ao criar uma unidade de conservação, elaborem projeto para implantação da unidade, indicando, entre outros, objetivos e metas a serem atingidos, prazos, recursos financeiros, humanos e materiais existentes e necessários, bem como fontes de custeio reais e potenciais, para garantir a implantação da unidade, fazendo com que esta cumpra sua função de conservação da biodiversidade nacional.</p>	<p>A elaboração do plano de manejo, definido pela lei 9.985 (SNUC), já prevê a definição de todos os aspectos mencionados nesse. O Plano de manejo de uma unidade de conservação deve ser elaborado no prazo de cinco anos a partir da data de sua criação.</p>

2. Sistema de Controle Interno

Número do Acórdão	Descrição da Determinação ou Recomendação	Providências Adotadas pela Unidade
<p>Ofício 41657/2007/DIAMB/DI/SFC/CGU-PR que encaminhou a Nota Técnica nº 2101/DICIT/DI/SFC/CGU-PR</p>	<p>4a- Seja revista a prestação de contas do Convênio 509829.</p>	<p>A Nota técnica 2101/DICIT/DI/SFC/CGU-PR, de 22 de novembro de 2007 foi enviada ao CNPq pela CGU. O CNPq encaminhou ofício à Biodiversitas solicitando providências para atender às solicitações da CGU, por meio do ofício 11-2008 SEPCO/COFIN, de 11 de janeiro de 2008. A Biodiversitas em resposta ao CNPq apresentou justificativas quanto às impropriedades apontadas na nota técnica. O CNPq informou a CGU as respostas dadas pela Biodiversitas por meio do OF.PR nº 0050/08, de 07 de fevereiro de 2008.</p>
<p>Ofício 41657/2007/DIAMB/DI/SFC/CGU-PR que encaminhou a Nota Técnica nº 2101/DICIT/DI/SFC/CGU-PR</p>	<p>4b- Sejam considerados os fatos expostos quando da análise da prestação de contas do Convênio 520527, que encontra-se na situação de "inadimplência efetiva" no SIAFI.</p>	<p>A Nota técnica 2101/DICIT/DI/SFC/CGU-PR, de 22 de novembro de 2007 foi enviada ao CNPq pela CGU. O CNPq encaminhou ofício à Biodiversitas solicitando providências para atender às solicitações da CGU, por meio do ofício 11-2008 SEPCO/COFIN, de 11 de janeiro de 2008. A Biodiversitas em resposta ao CNPq apresentou justificativas quanto às impropriedades apontadas na nota técnica. O CNPq informou a CGU as respostas dadas pela Biodiversitas por meio do OF.PR nº 0050/08, de 07 de fevereiro de 2008.</p>

<p>Relatório nº 189106</p>	<p>Providencie a análise das prestações de contas dos convênios dentro dos prazos previstos no artigo 31 da IN/STN nº 01/97;</p>	<p>Cumpra esclarecer, inicialmente, que, por meio do Memorando nº 72/SPOA/SECEX/MMA, datado de 31/07/2007, foi a Exma. Secretária de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente informada "que os procedimentos de análise de convênios, sua celebração, liberação de recursos e prestação de contas, a partir de 28 de maio de 2007 (publicação da Portaria no DOU), são de inteira responsabilidade dessa Unidade.", que determinou a imediata capacitação de servidores para as novas atividades e atribuições, objetivando o cumprimento dos respectivos prazos, em conformidade com a legislação atinente à espécie</p>
<p>Relatório nº 189106</p>	<p>Providencie a imediata análise da prestação de contas do convênio SIAFI nº 418415, por se encontrar com sua vigência expirada desde 29/02/2004.</p>	<p>Em face da supra assinalada transferência de competência, inclusive quanto à análise das prestações de contas, e considerando-se o Parecer nº 15/2007, exarado pela área técnica em 19/10/2007, pugnando pela não aprovação das contas do convênio nº 2001CV000049 - SIAFI nº 418415, foram os respectivos autos encaminhados à Coordenação Orçamentária e Financeira, onde encontram-se para fins análise e parecer financeiro.</p>
<p>Relatório nº 189106</p>	<p>Recomendamos à Unidade Examinada que o desconto do auxílio-alimentação, quando do pagamento de diárias internacionais, ocorra na PCD.</p>	<p>Com a implantação do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP, no exercício de 2007, o desconto de auxílio-alimentação na ocasião do pagamento de diárias internacionais e nacionais é efetuado automaticamente pelo Sistema.</p>
<p>Relatório nº 189106</p>	<p>Recomendamos aos gestores da ação 6007 - Monitoramento e Controle de Espécies Invasoras, definirem metas realísticas e adequarem a previsão de gastos à real necessidade para concretização das metas.</p>	<p>Cabe esclarecer que por meio da ação 6007 - Monitoramento e Controle de Espécies Invasoras, houve confusão entre "observar" e "manejar", pois de fato são 20 espécies que encontram-se em observação, porém efetivamente manejadas por ano são no número de 3 espécies. Esses dados deverão ser corrigidos para o exercício de 2008.</p>

**Relatório nº
189106**

1. Recomendamos aos gestores da ação Apoio à Recuperação de Ecossistemas e Áreas Degradadas que não permitam a utilização dos recursos financeiros desta ação em outras atividades cujos indicadores não sejam "hectares recuperados", devendo essas outras atividades, preliminarmente, serem criadas dentro do Programa Nacional de Florestas, com orçamento e indicadores de desempenho próprios.

2. Recomendamos aos gestores da ação Manejo de Florestas Públicas que exercitem as boas técnicas de planejamento e orçamentação, não avalizando a previsão de metas sem a sua correspondente e coerente previsão financeira, evitando, dessa forma, a fabricação de incoseqüentes peças de ficção que no futuro, freqüentemente, apresentam uma grande realização financeira e uma baixa realização física.

1. Com a publicação da Portaria GM/MMA Nº 292, de 23 de maio de 2007, a Secretaria de Biodiversidade e Florestas passou a incorporar as funções de Unidade Gestora e Executora das ações do Programa Nacional de Florestas sob responsabilidade do Departamento de Florestas, por meio da sua Coordenação de Orçamento e Finanças – COF.

Desde então, tem-se solicitado à área técnica justificativas da compatibilidade da despesa a ser realizada com os objetivos das ações, como forma de impedir a utilização dos recursos financeiros em atividades cujos indicadores não sejam os da própria ação. O repasse fica condicionado à análise e aprovação da equipe de orçamento e finanças da COF.

2. Em relação ao planejamento e orçamento da ação de Manejo de Florestas Públicas, informa-se que para o próximo PPA, referente aos anos de 2008 a 2011, a ação será "Expansão do Uso Sustentável dos Recursos Florestais", cujo objetivo é a ampliação da base florestal manejada.

Ressalta-se que o Departamento de Florestas tem a incumbência de elaborar políticas públicas, e não de execução de fato. As ações previstas no PPA 2008-2011 sob sua responsabilidade são de promoção da expansão da base florestal manejada, recuperada e plantada. Portanto, esse Departamento não efetuará de forma direta o manejo florestal, a recuperação de áreas degradadas e a plantação de florestas.

Especificamente na ação "Expansão do Uso Sustentável dos Recursos Florestais", prevê-se a realização de convênios por meio do Edital Amazônia, para prestação de assistência técnica e extensão rural em atividades florestais a agricultores familiares e trabalhadores rurais por intermédio da elaboração, implantação e acompanhamento de projetos, com ênfase na prática de manejo florestal de uso múltiplo.

A meta física atualmente tem sido estimada de acordo com o número

		de convênios a serem celebrados pelo Edital, em que cada um resultará na expansão mínima de 1.500 hectares de áreas manejadas.
Relatório nº 189106	Recomendamos aos gestores da ação 4981 - Conservação de Polinizadores na Agricultura, orientarem os elaboradores do Relatório de Gestão das Contas Anuais da Unidade a utilizarem os valores corretos de realização financeira dessa ação.	A partir da publicação da Portaria GM/MMA nº 292, de 23 de maio de 2007, esta Secretaria passou a incorporar as funções de Unidade Gestora Executora, e desde então tem fortalecido a equipe de suporte orçamentário e financeiro, para o melhor acompanhamento das informações prestadas pelo Relatório de Gestão das Contas Anuais da Unidade, entre outras demandas.
Relatório nº 190379	3.1.10.6- Assinatura de Convênio com a FUNAI - Verificar junto ao Banco Mundial alternativas para sanear o problema.	Com a mudança da administração da FUNAI foram efetuadas novas tentativas para obter a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica MMA/FUNAI sobre ações dos Corredores Ecológicos. Somente no segundo semestre foram consolidadas as posições administrativas desse órgão. Foram feitas novas reuniões e trocadas correspondências. Acreditamos que no início de 2008 esse acordo será assinado.
Relatório nº 190394	3.1.12.2-Que o projeto adote medidas para o recolhimento dos valores pagos em diárias sem comprovação, por se tratar de despesas sem suporte documental; e que sejam apresentados em todos os processos de pagamento de diárias os bilhetes de embarque a fim de comprovar a realização da viagem, conforme determina o Manual de Execução Nacional	Foi encaminhado o Ofício nº 045/2008/SBF/MMA, de 20/02/2008 à CGU, informando as providências tomadas referentes às recomendações feitas no Relatório nº 190394.

<p>Relatório nº 190394</p>	<p>3.1.12.3- Que seja devolvido ao Projeto o valor de US\$10.464,87/R\$ 22.289,92, pela não apresentação dos bilhetes de passagem e relatórios de viagem que comprovem os deslocamentos efetuados.</p>	<p>Foi encaminhado o Ofício nº 045/2008/SBF/MMA, de 20/02/2008 à CGU, informando as providências tomadas referentes às recomendações feitas no Relatório nº 190394. Foi devolvido ao Projeto o valor de R\$ 4.705,08.</p>
<p>Relatório nº 190394</p>	<p>3.1.12.4- Que o Projeto adote medidas para o recolhimento do valor de R\$ 247,42 pago em diárias não utilizadas em exercícios anteriores, conforme determina o Manual de Execução Nacional</p>	<p>Foi encaminhado o Ofício nº 045/2008/SBF/MMA, de 20/02/2008 à CGU, informando as providências tomadas referentes às recomendações feitas no Relatório nº 190394.</p>
<p>Relatório nº 190394</p>	<p>3.1.12.5- Que seja devolvido ao Projeto o valor de R\$ 3.902,55, pela não apresentação dos comprovantes de pagamento de devolução das diárias não utilizadas no exercício</p>	<p>Foi encaminhado o Ofício nº 045/2008/SBF/MMA, de 20/02/2008 à CGU, informando as providências tomadas referentes às recomendações feitas no Relatório nº 190394. Foi devolvido ao Projeto o valor de R\$ 2.500,89.</p>
<p>Relatório nº 190394</p>	<p>3.1.12.6- Que seja devolvido ao Projeto o valor de R\$56.279,29, pela não apresentação dos comprovantes de pagamento de devolução das passagens aéreas não utilizadas pelo Projeto.</p>	<p>Foi encaminhado o Ofício nº 045/2008/SBF/MMA, de 20/02/2008 à CGU, informando as providências tomadas referentes às recomendações feitas no Relatório nº 190394.</p>
<p>Relatório nº 190394</p>	<p>3.1.2.1-Verificamos que não foram adotadas providências por parte da Coordenação do Projeto visando o atendimento das recomendações constantes do relatório de auditoria relativo ao exercício de 2005</p>	<p>A unidade de Coordenação do Projeto adotou as medidas ao seu alcance, solicitando dos beneficiários a apresentação da comprovação do deslocamento efetuado, bem como a devolução das diárias não utilizadas. As outras recomendações constantes no relatório de auditoria relativo ao exercício de 2005 foram acatadas.</p>

<p>Relatório nº 190402</p>	<p>3.1.11.3 - Inexistência de procedimento administrativo para apurar furto de bem móvel</p>	<p>Os escritórios descentralizados do Projeto BRA/02/G31, estão situados nas dependências da antiga ADENE e na Superintendência do IBAMA/RN, todas com sistemas de segurança próprios. Seguindo as recomendações da Auditoria e o Manual de Execução Nacional foram adotadas as seguintes providências: (1) no tocante ao furto do Notebook, que estava sob a responsabilidade do Coordenador da UAP/PNF no Nordeste, o mesmo após registro da ocorrência na policia solicitou ao Superintende do IBAMA/RN que fossem adotadas as medidas pertinentes, anexando para tanto, o Boletim de Ocorrência; (2) quanto ao furto da Câmara, sob a responsabilidade do Escritório Regional, foi registrada a ocorrência no Boletim de Ocorrência nº 06I0319011111, datado de 11/08/2007, em seguida foi comunicado a ADENE, que é responsável pela administração do prédio e pela segurança, para que tomasse as providências cabíveis.</p>
<p>Relatório nº 190402</p>	<p>3.1.14.4 - Ausência de comprovação previa de que os serviços de consultoria contratados em 2006 não poderiam ser desempenhada por servidores do órgão executor</p>	<p>A Coordenação do Projeto fez gestão junto ao MMA no sentido de ver a possibilidade de deslocamento de Técnicos Temporários para atuarem nas ações descentralizadas do Projeto no Nordeste, porém foi informado que os mesmo devido a procedimentos administrativos não podem ser transferidos. Assim, diante do impedimento quanto a cessão de funcionários do MMA para atuarem no Escritório Regional do Projeto, e em atenção as Recomendações da Auditoria, a Coordenação Regional vem realizando de forma sistemática consulta previa ao IBAMA, para ver a disponibilidade de cessão de funcionários antes dos encaminhamentos finais para os Processo Seletivos, visando o atendimento dos Resultados do PRODOC.</p>

<p>Relatório nº 190402</p>	<p>3.1.12.1 - Falhas na concessão de diárias do Projeto.</p>	<p>Todas as observações foram acatadas e tomadas às providências para sua superação. Em relação ao recurso excedente de diária, foi providenciada a emissão de Boleto Bancário para sua devolução.</p>
<p>Relatório nº 190402</p>	<p>3.1.11.2 - Ausência de plaquetas patrimoniais nos bens moveis do Projeto</p>	<p>Apesar do sistema SAP promover o inventário anual de todos os bens adquiridos pelo Projeto, foram adotadas duas providências imediatas: (1) A Coordenação do Projeto encaminhou correspondência ao PNUD solicitando as plaquetas patrimoniais ; (2) foi elaborado um sistema de tombamento provisório, que é acompanhado pela Coordenação do Projeto enquanto é aguardado o tombamento definitivo.</p>

Anexo E

Demonstrativo de Transferências realizadas no Exercício

Demonstrativo de transferências realizadas no exercício de 2007

Tipo	Código Siafi/Siasg	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos	Objeto da avença	Data de publicação no DOU	Valor total pactuado	Valor total recebido/transferido no exercício	Contra-partida	Beneficiário (Razão social e CNPJ)	Situação da avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância, TCE S/N?)
Acordo de cooperação	BRA/01/021	-	Contrato PNUD - e dos da BRA/01/021 Sustentabilidade Repartição Benefícios Biodiversidade	11/09/01	US\$ 26,391,317.00	R\$ 4.531.888,58	-	03.723.329/0001-79 PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	Em andamento
Acordo de cooperação	BRA/01/022	-	Contrato PNUD - do BRA/01/022 Operacionalização do Projeto Corredores Ecológicos	31/12/01	US\$ 4,264,446.00	R\$ 400.000,00	-	03.723.329/0001-79 PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	Em andamento
Acordo de cooperação	BRA/02/G31	-	Promover a Conservação e o Uso Sustentável dos Recursos Florestais da Caatinga por meio da Demonstração de Práticas para a produção e utilização sustentável da sua vegetação		US \$ 4.100.000	R\$ 511.539,00	US \$ 291.262	03.723.329/0001-79 PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	Em andamento
Acordo de cooperação	UTF/BRA/062	-	Consolidação dos Instrumentos Políticos do Programa Nacional de Florestas		US \$ 6,560,804	R\$ 932.000,00	-	04.089.988/0001-68 Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO	Em andamento
Acordo de cooperação	FAO/BRA/061 /WFK	-	Projeto Mata Atlântica.		US\$ 1.100.000,00	R\$ 202.000,00	US\$ 180.000,00	04.089.988/0001-68 Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO	Em andamento

Acordo de cooperação	BRA/03/009	-	Subprograma Projetos Demonstrativos-PDA Mata Atlântica		Eur 17.600.000,00	R\$ 200.000,00		03.723.329/0001-79 PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	Em andamento
Contrato	29/2007	-	Implementar o Projeto Nacional de Ações Integradas Público-Privadas para a Biodiversidade	18/01/08	12.000.000,00	2.075.000,00	-	00.360.305/0001-04 Caixa Econômica Federal - CEF	Vigente
Contrato	30/2007	-	Estabelece a Caixa Econômica Federal como mandatária para efetuar contratos para o repasse de recursos para subprojetos aprovados por editais.	18/01/08	15.000.000,00	5.400.000,00	-	00.360.305/0001-04 Caixa Econômica Federal - CEF	Vigente
Contrato	44007160200 600001	-	Contribuir para a conservação da Biodiversidade nas Florestas Tropicais Brasileiras mediante participação em experimento de implantação de Corredores Ecológicos na parte Central da Amazônia e da Mata Atlântica	15/10/07	4.390.000,00	1.719.400,00	3.490.000,00	03.736.617/0001-68 Organização das Nações Unidas para Educação – UNESCO	Vigente
Convênio	566899	3º TA	Diagnosticar a realidade de cobertura florestal nos assentamentos da Mata Atlântica, Cerrado, Amazônia e Caatinga	29/01/07	492.250,00	154.015,00	84.220,00	68.342.435/0001-58 Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária no Brasil	A comprovar expirado O convênio foi aditado de Ofício em 18/12/2007 com vigência até 30/04/2008 e publicado no DOU de 20/12/2007. Porém, o convênio não esta cadastrado no SIASG. A

								publicação não pode ser feita pelo SICONV, o que comprometeu a atualização do convênio no SIAFI. Foi feita consulta a Setorial de Contabilidade deste Ministério a qual encaminhou mensagem ao MPOG solicitando providências.	
Convênio	522804	4º TA	Fomento ao Resgate, Conservação e Uso da Agrobiodiversidade com enfoque agroecológico nos Assentamentos da Reforma Agrária	30/12/04	274.980,00	124.386,00	49.740,00	68.342.435/0001-58 Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária no Brasil	A comprovar expirado Em 29/02/08, já decorridos 58 dias do prazo regulamentar para prestação de contas, o conveniente solicitou, por meio do Ofício 014/2008, a prorrogação do prazo para entrega da prestação de contas. A COF expediu o Ofício nº 082/2008/SBF/MM A, de 03/03/08, concedendo mais 15 dias para apresentação. Uma vez que o prazo esgotou-se em 20/03/08, serão tomadas as providências consignadas no parágrafo único do art. 35 da IN/STN 01/97.

Convênio	551978	1º TA	Apoiar o Monitoramento dos Recifes de Coral em Unidades de Conservação do Brasil.	26/12/05	142.417,00	3.000,00	13.000,00	04.752.840/0001-61 Instituto Recifes Costeiros	Vigente
Convênio	576410	1º TA	Implementação das atividades inerentes a II fase do Projeto Corredores Ecológicos, componente do CCMA no ES, através de ações de apoio a formação de corredores ecológicos nas áreas de instertícios.	19/12/06	765.915,00	512.630,00	253.285,00	27.273.416/0001-30 Instituto Capixaba de Pesquisa de Pesquisa Rural - INCAPER	Vigente
Convênio	576589	1º TA	Administrar o Projeto Corredores Ecológicos no CCMA na Bahia, por meio da operacionalização da unidade de Coordenação Estadual da Bahia UCE/BA.	19/12/06	1.524.703,40	1.033.193,38	491.510,02	05.467.476/0001-50 Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia	Vigente
Convênio	576641	1º TA	Preservação e Conservação da Mata Atlântica no Estado do Espírito Santo Através da Estratégia de Formação de Corredores Ecológicos.	19/12/06	638.753,00	96.800,00	238.573,00	05.200.358/0001-81 Instituto Estadual de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos - ES	Vigente
Convênio	577135	2º TA	Ações de fiscalização através da Secretaria de Meio Ambiente, com criação de uma UC e apoio à recuperação de áreas degradadas, além de capacitação de técnicos e produtores e divulgação das ações no CCA.	18/12/06	304.041,00	146.671,00	31.000,00	04.629.697/0001-15 Município de Rio Preto da Eva/AM	Vigente

Convênio	590982	TC	Destinação de recursos para a confecção de livros, tradução simultânea e locação dos respectivos equipamentos, com vistas a apoiar o V Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, contribuindo para a implementação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, complementarmente aos esforços empreendidos pelo Ministério do Meio Ambiente para a conservação da diversidade biológica.	17/04/07	257.110,00	163.730,54	51.422,00	03.765.675/0001-10 Rede Nacional Pró- Unidades de Conservação	A aprovar expirado Será procedida a análise do cumprimento das recomendações e, em caso positivo, emitido o parecer de conformidade financeira da prestação de contas.
Convênio	599754	TC	Apoio ao projeto "Uso sustentável da agrobiodiversidade no oeste goiano, fomentando a utilização de plantas medicinais e fitoterápicos produzidos por comunidades agricultores e agricultoras familiares, assentados e assentas da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais.	26/12/07	151.078,32	115.078,32	36.000,00	02.125.227/0001-99 Município de Aragarças	Vigente
Convênio	599757	TC	Apoio ao projeto "Uso sustentável da agrobiodiversidade no oeste goiano, fomentando a utilização de plantas medicinais e fitoterápicos produzidos por comunidades agricultores e agricultoras familiares, assentados e assentas da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais.	26/12/07	113.308,74	86.308,74	27.000,00	01.767.722/0001-39 Município de Montes Claros de Goiás	Vigente

Convênio	599770	TC	Apoio ao projeto "Uso sustentável da agrobiodiversidade no oeste goiano, fomentando a utilização de plantas medicinais e fitoterápicos produzidos por comunidades agricultores e agricultoras familiares, assentados e assentas da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais.	26/12/07	43.435,02	33.085,02	10.350,00	01.335.363/0001-40 Município de Diorama	Vigente
Convênio	599771	TC	Apoio ao projeto "Uso sustentável da agrobiodiversidade no oeste goiano, fomentando a utilização de plantas medicinais e fitoterápicos produzidos por comunidades agricultores e agricultoras familiares, assentados e assentas da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais.	26/12/07	151.078,32	115.078,32	36.000,00	02.922.128/0001-38 Município de Jussara	Vigente
Convênio	600197	TC	"Execução da obras de drenagem e contenção necessárias à estabilização de talude e fechamento da testada do terreno e pórtico para a entrada do Parque Natural Municipal de Petrópolis"	27/12/07	705.126,09	500.000,00	205.126,09	29.138.344/0001-43 Petrópolis Prefeitura	Vigente
Descentralização	Edital 01/2004 - Caatinga	-	Apoio a projetos orientados para a promoção da Assistência Técnica e Extensão Florestal aos agricultores familiares localizados em áreas prioritárias para conservação da biodiversidade no Bioma	09/01/04	4.600.000,00	629.688,00	-	UG: 443022 Fundo Nacional do Meio Ambiente	Em andamento

			Caatinga, visando conciliar a conservação dos recursos naturais com o incremento da renda familiar, por meio do plantio de florestas, sistemas agroflorestais e adequação ambiental das propriedades rurais.						
Descentralização	Edital 01/2006 - Amazônia	-	Apoio a projetos orientados para a promoção da Assistência Técnica e Extensão Florestal aos agricultores familiares localizados em áreas prioritárias para conservação da biodiversidade no Bioma Amazônia, visando conciliar a conservação dos recursos naturais com o incremento da renda familiar, por meio do plantio de florestas, sistemas agroflorestais e adequação ambiental das propriedades rurais.	15/02/06	16.000.000,00	1.821.448,00	-	UG: 443022 Fundo Nacional do Meio Ambiente	Em andamento
Descentralização	Edital 02/2004 -Cerrado	-	Apoio a projetos orientados para a promoção da Assistência Técnica e Extensão Florestal aos agricultores familiares localizados em áreas prioritárias para conservação da biodiversidade no Bioma Cerrado, visando conciliar a conservação dos recursos naturais com o incremento da renda familiar, por meio do plantio de florestas, sistemas agroflorestais e adequação ambiental das propriedades rurais.	17/09/04	7.000.000,00	1.125.365,08	-	UG: 443022 Fundo Nacional do Meio Ambiente	Em andamento

Descentralização	Edital 01/2002 - Mata Atlântica	-	Apoio a projetos orientados para a promoção da Assistência Técnica e Extensão Florestal aos agricultores familiares localizados em áreas prioritárias para conservação da biodiversidade no Bioma Mata Atlântica, visando conciliar a conservação dos recursos naturais com o incremento da renda familiar, por meio do plantio de florestas, sistemas agroflorestais e adequação ambiental das propriedades rurais.		8.000.000,00	716.730,00	-	UG: 443022 Fundo Nacional do Meio Ambiente	Em andamento
Descentralização	Edital 02/2005 - Nascentes	-	Apoio a projetos orientados a recuperação e a conservação de nascentes e áreas que margeiam os corpos e os cursos d'água, com articulação institucional por bacia e sub-bacia hidrográfica, visando estruturar a participação da sociedade na conservação e no uso sustentável dos recursos hídricos.	21/10/05	20.000.000,00	624.747,00	-	UG: 443022 Fundo Nacional do Meio Ambiente	Em andamento

Anexo F

Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS

DECLARAÇÃO

Declaro, para fins do disposto no item 11 do Anexo II da Decisão Normativa TCU n.º 85/2007, alterado pela de n.º 88/2007, que a Coordenação Geral de Gestão de Pessoas da SPOA do Ministério do Meio Ambiente é a responsável pelo controle dos atos ligados a admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão e que estas informações serão apresentadas no relatório da Unidade Jurisdicionada SECEX, que consolida as informações de sua estrutura.

Brasília, de fevereiro de 2008.

Maria Cecília Wey de Brito
Secretária de Biodiversidade e Florestas